UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
ESCOLA DE AGRONOMIA E ENGENHARIA DE ALIMENTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIO

AGRICULTURA FAMILIAR E AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA: INTEGRAÇÕES E CONTRADIÇÕES

Simone Pereira de Carvalho

Goiânia
2008

Simone Pereira de Carvalho

AGRICULTURA FAMILIAR E AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA: INTEGRAÇÕES E CONTRADIÇÕES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Agronegócio da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Agronegócio.

Área de Concentração: Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio.

Orientador: Prof. Dr. Joel Orlando Bevilaqua Marin

Goiânia
2008

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(GPT/BC/UFG)

Carvalho, Simone Pereira de.
C331a Agricultura familiar e agroindústria canavieira [manuscrito]:
integrações e contradições / Simone Pereira de Carvalho. – 2008.
164 f. : il., figs.

Orientador: Prof. Dr. Joel Orlando Bevilaqua Marin.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Agronegócio, 2008.

Bibliografia: 153-157
Anexos.

1. Agroindústria canavieira – Aspectos sócioambientais 2. Agricultura familiar 3. Políticas agroenergéticas 4. Agronegó-
cio I. Marin, Joel Orlando Bevilaqua II. Universidade Federal de Goiás. Programa de Pós-Graduação em Agronegócio.
III. Titulo.

CDU: 338.43:664.1

UFG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIO – PPAGRO

Dissertação de Mestrado

"AGRICULTURA FAMILIAR E AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA: INTEGRAÇÕES E CONTRADIÇÕES"

Autora

Simone Pereira Carvalho

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócio.

Aprovada por:

Prof. Dr. Joel Orlando Bevilaqua Marin
Orientador

Profa. Dra. Delma Pessanha Neves
Membro da Banca

Prof. Dr. David José Caume
Membro da Banca

Goiânia, 12 de junho de 2008.

Dedico esse trabalho, com muito carinho, à memória de meu pai, Manoel Luiz de Carvalho, homem digno e honesto, que viveu com muita simplicidade, semeou alegrias e colheu admiração por onde passou.

AGRADECIMENTOS

Manifesto meus agradecimentos a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, auxiliaram e contribuíram para a concretização deste trabalho, em especial:

Ao Prof. Dr. Joel Orlando Bevilaqua Marin, meu orientador, obrigada pela amizade, compreensão e pela inestimável ajuda na elaboração deste trabalho;

Ao Prof. Dr. David José Caume por ter, durante a graduação, instigado em mim o interesse por essa área de estudo;

Aos professores da Escola de Agronomia e do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio - UFG, em especial à Profª. Drª. Francis Lee pela atenção e ajuda.

À Profª. Drª. Delma Pessanha Neves pela disposição de participar da banca de defesa de minha dissertação;

Às pessoas que se dispuseram a colaborar com esse estudo e que partilharam comigo suas experiências e expectativas de vida. Em especial, aos agricultores e demais moradores entrevistados em Itapuranga que esbanjaram hospitalidade, bem como aos representantes do poder público municipal, da Cooperativa dos Agricultores Familiares de Itapuranga (COOPERAFI), da Organização dos Amigos de Itapuranga (OAI) e do sindicato dos trabalhadores e empregadores rurais;

Aos amigos do Curso do Mestrado que tive o privilégio de conhecer e dividir as alegrias e agonias dessa empreitada;

À Capes, pela concessão de uma Bolsa de mestrado, que possibilitou meu aperfeiçoamento profissional;

Ao CNPq, pela colaboração financeira através do Projeto "Criação e estabelecimento de processos agroecológicos no município de Itapuranga – GO" – processo nº. 554.109/2005-0, que muito ajudou na realização da pesquisa de campo;

Aos meus familiares, especialmente aos meus pais, minha irmã e meu esposo pela torcida, colaboração, carinho e compreensão.

RESUMO

Recentemente, o Estado brasileiro retomou as políticas agroenergéticas de estímulo à produção de cana-de-açúcar, em decorrência dos problemas de abastecimento de petróleo. O Estado de Goiás entrou nas principais rotas de expansão da cana. Os cultivos estão adentrando não somente nas grandes extensões territoriais, mas também em regiões de agricultura familiar. O objetivo dessa dissertação é compreender as formas de integração dos agricultores familiares à agroindústria canavieira, bem como as contradições sociais e ambientais desencadeadas pelo processo de expansão da cultura da cana-de-açúcar no município de Itapuranga – GO. Para o desenvolvimento do tema proposto, utilizou-se uma abordagem qualitativa, realizada com base na combinação de técnicas de pesquisa, especialmente a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, as entrevistas e a observação. Conclui-se que as políticas agroenergéticas contribuíram para transformar o contexto socioeconômico de Itapuranga. Apesar de recente, as novas relações intermediadas pelos contratos de integração foram suficientes para provocar alterações consideráveis na dinâmica social, organizacional e produtiva dos agricultores, desencadeando processos contraditórios na geração de empregos, no processo migratório, nas polêmicas em torno da violência, na oferta e nos preços dos gêneros alimentícios e nas relações da sociedade com o meio ambiente.

Palavras-chave: agricultura familiar, políticas agroenergéticas, agronegócio, agroindústria canavieira.

ABSTRACT

In the current context, the Brazilian state has taken over the agrienergies policies to stimulate the production of sugar cane, as a result of problems of supply of petroleun. The Goiás State entered in the main routes of expansion of cane. The crops are entering not only in major territorial extensions, but also in areas of family farming. The purpose of this dissertation is to understand the forms of integration of family farmers to agribusiness sugar, as well as environmental and social contradictions resulting from the expansion of planting sugar cane in Itapuranga. To develop the theme, used to be a qualitative approach, held on the basis of the combination of technical research, especially the literature search, the documentary research and observation. Conclude, that agrienergies policies, contributed to change the socioeconomic context of Itapuranga. Despite recent, new relationships intermediate by contracts for integration was sufficient to cause considerable changes in social dynamics, organizational and production of farmers, triggering contentious proceedings in the generation of jobs in the migration process, the controversy surrounding the violence, in the supply and in the prices of food and relations between society and the environment.

Keywords: family farming, agrienergies policies, agribusiness, agribusiness sugar.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 9
Questões metodológicas: campo de poder e agricultura familiar 10
Operacionalização do estudo de caso 21
Plano da obra..... 25

1 A INTERVENÇÃO ESTATAL NO SETOR CANAVIEIRO (1930 – 1985)..... 27
1.1 O Estado e a organização do setor canavieiro: 1930 – 1970 28
1.2 PROALCOOL: um estímulo à expansão do setor canavieiro... 32
1.3 O avanço da cana em áreas de pequenos agricultores: históricos impasses socioambientais..... 37

2 A ATIVIDADE CANAVIEIRA EM ITAPURANGA: OS DIVERSOS AGENTES 47
2.1 Programa Nacional de Agroenergia: novos estímulos à expansão canavieira..... 48
2.2 Agroindústrias canavieiras: Goiás e Itapuranga..... 56
2.3 Os Agricultores familiares de Itapuranga: processos de transformação 65
2.4 Agentes sociais e instituições de representação: espaço de agregações e diferenciações..... 73

3 INTEGRAÇÕES ENTRE AGROINDÚSTRIA E AGRICULTORES FAMILIARES 80
3.1 Contrato de parceria entre agricultores e agroindústria 81
3.2 Contratos de integração vertical e fornecimento de cana-de-açúcar 88
3.3 Integrações e motivações dos agricultores familiares 92

4. AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA E CONTRADIÇÕES SOCIAIS 100
4.1 A agroindústria canavieira e a geração de empregos 100
4.2 Empreendimento canavieiro e migração rural 110
4.3 Alterações na dinâmica produtiva dos agricultores integrados 115

5 PRODUÇÃO CANAVIEIRA E CONTRADIÇÕES AMBIENTAIS 128
5.1 A questão ambiental no contexto da política agroenergética 129
5.2 A queima da cana e as controvérsias ambientais 133
5.3 A monocultura da cana: impasses da preservação ambiental..... 139

CONSIDERAÇÕES FINAIS 153

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 159

ANEXOS 165

INTRODUÇÃO

A emergência de problemas relacionados ao abastecimento de petróleo obrigou o Estado brasileiro a retomar as políticas agroenergéticas para produção de biocombustíveis, materializadas no Plano Nacional de Agroenergia (2006-2011). O álcool combustível, proveniente da cultura da cana-de-açúcar, aparece como a alternativa mais viável, visto que o país acumulou certo domínio tecnológico para produção desse combustível. Com isso, espera-se uma nova expansão do setor canavieiro marcada por uma redistribuição espacial da produção com tendências de aumento nos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Goiás.

O estado de Goiás demonstra certos atrativos, como o baixo preço das terras, as condições climáticas favoráveis, os incentivos fiscais e, principalmente, a localização geográfica que facilita o escoamento da produção. Ademais, a topografia plana das terras goianas facilita a mecanização da colheita, diminui os custos e evita a queima da cana, atendendo, assim, às exigências ambientais. Em 2007, eram 100 agroindústrias no estado de Goiás, das quais 25 estão em operação, 23 estão em fase de implantação, 16 em análise, 21 em fase de cadastramento e 15 em que os dados disponíveis não permitem defini-las. Há uma previsão de que até 2020 estejam em funcionamento entre 124 a 132 agroindústrias canavieiras no Estado. O governo prevê que a expansão da cultura da cana-de-açúcar no estado se dará em áreas de pastagens. Porém, há evidências de que a cultura da cana-de-açúcar também adentre áreas de predominância da agricultura familiar, situação já visível em alguns municípios goianos.

As transformações sociais decorrentes da expansão da cultura canavieira em áreas de predomínio de agricultura familiar, no contexto do Programa Nacional do Álcool (PROALCOOL), foram analisadas por Neves (1981, 1997) e Heredia (1988, 1989), a partir das experiências dos estados do Rio de Janeiro e Alagoas. Mais recentemente, Peres (2003) observou a ocorrência desse fato no estado de São Paulo.

No contexto goiano, o avanço da cana-de-açúcar em regiões de agricultura familiar é uma situação nova, portanto ainda não existem estudos relacionados ao tema. Esta dissertação analisa as transformações sociais e ambientais decorrentes da expansão da cultura

canavieira em Itapuranga, município goiano caracterizado pelo forte predomínio de agricultores familiares. O estudo analisa as percepções dos agricultores familiares envolvidos no processo de expansão da cultura canavieira, as diferentes formas de integração dos agricultores familiares à agroindústria canavieira e as transformações sociais e ambientais desencadeadas em Itapuranga.

Para obter maior conhecimento a respeito dessa nova situação que se configura no estado de Goiás, fez-se um estudo de caso em Itapuranga, onde os agricultores familiares estão vivenciando rápidas transformações delineadas pela implantação da agroindústria canavieira em seu território. O município goiano de Itapuranga, localizado no território do Vale do Rio Vermelho, foi escolhido para este estudo de caso porque aproximadamente 91,8% dos estabelecimentos rurais do município enquadram-se na categoria de agricultura familiar – segundo dados do Senso Agropecuário de 1995/1996 do IBGE e do convênio celebrado entre a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para a realização do Projeto UTF/BRA/036/BRA que objetivou traçar um perfil sócio-econômico da agricultura familiar brasileira.

O foco da presente dissertação centrou-se no estudo das transformações sociais e ambientais decorrentes da expansão da cultura da cana-de-açúcar em Itapuranga, um município marcado pela forte presença de agricultores familiares. Para uma maior compreensão desse processo, estudou-se as principais políticas governamentais de estímulo à expansão da cultura da cana-de-açúcar no Brasil e no estado de Goiás, com destaque para o PROALCOOL e o novo Plano Nacional de Agroenergia, avaliando suas contradições expressas no discurso oficial no âmbito social e ambiental. Ademais, analisou-se as formas de integração dos agricultores familiares à agroindústria canavieira, bem como as contradições sociais e ambientais decorrentes da expansão do plantio de cana-de-açúcar entre os agricultores familiares de Itapuranga.

Questões metodológicas: campo de poder e agricultura familiar

A análise das políticas agroenergéticas que estimularam a expansão canavieira se fundamenta na teoria sobre o poder simbólico do Estado, proposta por Bourdieu (1990, 1996, 1998, 1998a). O estudo das propostas do Estado, expressas em discursos e programas políticos, é possível porque os documentos são também signos de autoridade. Segundo Bourdieu (1998), um discurso raramente funciona como um simples instrumento de

comunicação, expressando também relações de poder, uma vez que as palavras expressam propósitos, objetivos e intenções, capazes de propiciar benefícios aos envolvidos. Os discursos alcançam seus objetivos quando as palavras faladas conseguem dizer o que pretendem. Isso é determinado, em parte, pelo contexto favorável que permite aos ouvintes pensar o que se diz como algo razoável e possível. E também depende da eloqüência e do reconhecimento da autoridade do discursante.

Os discursos oficiais, proferidos pelo Estado, comportam a pretensão de possuir um poder suficiente para impor algo, falando pelo povo. O poder das palavras proferidas pelo Estado decorre do fato de elas serem pronunciadas por uma instituição que possui autoridade para falar e agir em nome da coletividade, justamente por isso, conseguem fazer algo existir, falando pelo povo. A autoridade de falar pelo povo pode advir do ato de delegação, que ocorre quando a sociedade elege um representante ou do rito de instituição que, ocorre quando uma instituição, reconhecida por todos, como o Estado, designa um porta-voz – deputado, um ministro, enfim, qualquer um de seus representantes – para falar e agir em nome da instituição (BOURDIEU, 1998).

De acordo com Bourdieu (1990), os representantes autorizados exercem uma violência sobre o povo, que se dá pela usurpação decorrente do ato de delegação, pois o fato de falar por e em nome de alguém implica numa usurpação. Porém, o poder conferido ao Estado só funciona caso seu corpo de representantes dissimule essa usurpação, configurando a própria definição de poder, que existe em função do desconhecimento da violência exercida. Sendo assim, o Estado exerce poder sobre a sociedade que, lhe confere o poder, isso ocorre porque há uma espécie de contradição inerente aos políticos, que se deve ao fato de os indivíduos só poderem se constituir como força capaz de falar e de ser ouvida, na medida em que abrem mão de seu poder em proveito de um representante. Dessa forma, uma violência é exercida sobre cada membro da sociedade, pois se o representante é o que lhes dá voz, identidade, então não há nada a fazer senão obedecer-lhes. A monopolização da verdade coletiva está na origem de todo efeito de imposição, sendo que os representantes manipulam o povo em nome do próprio povo.

Essa manipulação não se manifesta e não é percebida pela sociedade porque o Estado e seu corpo de representantes não são calculadores cínicos que cogitam enganar conscientemente o povo. Em muitos casos, os interesses do Estado e os interesses do povo coincidem. Como explica Bourdieu (1990, p. 202): “O principal mérito do modelo está em explicar o fato de os representantes não serem cínicos (ou muito menos e com freqüência muito menor do que se poderia esperar), de serem envolvidos pelo jogo e de realmente

acreditarem no que fazem." No entanto, existem casos de descompasso nos quais os interesses dos representantes entram em conflito ou em contradição com os interesses do povo.

O poder do Estado baseia-se no poder de impor às outras mentes uma visão de mundo capaz de alterar o mundo por meio das palavras. A ação sobre o mundo é possível porque os agentes políticos, ao fazerem parte do mundo social, têm um conhecimento mais ou menos adequado desse mundo, podendo então agir sobre o conhecimento que os agentes sociais têm dele. Portanto, o Estado, ao descrever e prescrever um plano, programa ou um discurso político contribui para produzir um novo senso comum investido de legitimidade, conferida pela aceitação coletiva (BOURDIEU, 1990, 1998).

Segundo Bourdieu (1998a), nas lutas pela imposição de um ponto de vista legítimo, o discurso científico é quase inevitável, sendo comumente utilizado para argumentar ou fundamentar o ponto de vista oficial do Estado. O discurso científico apropriado pelo Estado tende a enfocar determinados aspectos que lhe convém, em detrimento de outros, utilizando-os, ora como críticos ora como cúmplices, de acordo com sua conveniência. Pelo simples fato de levantar um questionamento, o discurso científico pode funcionar como uma maneira de dar credibilidade e certificação. Assim, a ciência, ao manifestar pontos de vista diferentes, por meio de discursos coerentes e empiricamente válidos, ajuda o Estado a transformar a representação do mundo social e, ao mesmo tempo, o próprio mundo social. A descrição científica pode funcionar como uma prescrição capaz de favorecer sua própria verificação e, portanto, colaborar para o acontecimento daquilo que anuncia. Pois, ao tornar pública a propensão de um determinado acontecimento se concretizar, contribuiria para reforçar a "pretensão de existência" daquilo que é anunciado, fazendo com que os agentes se preparem para se submeter aos problemas descritos ou para contorná-los, incitando os agentes a se mobilizarem para lhe opor resistência.

Um ponto de vista, materializado num plano ou programa governamental, só começa a existir quando é distinguido, segundo um princípio qualquer, através do conhecimento e do reconhecimento de sua necessidade pela sociedade, em relação ao contexto em que ela vive. É no domínio das idéias que, particularmente, se faz sentir a influência do Estado, uma vez que seus representantes são grandes produtores de "problemas sociais". O fato de se impor uma necessidade e uma solução, que do ponto de vista social pode não ser a mais apropriada para o conjunto da sociedade como um todo, também imputa uma espécie de violência (BOURDIEU, 1990, 1996).

Porém, na luta pela produção e imposição da visão legítima do mundo social, o Estado nunca obtém um monopólio absoluto, mesmo quando se alia à autoridade da ciência.

Segundo Bourdieu (1990), isso ocorre por causa dos conflitos entre poderes que, impõem rupturas nas visões legítimas do Estado. Estes conflitos se manifestam por meio de opiniões, provenientes de cientistas, estudiosos, instituições, dentre outros agentes, que contestam os argumentos utilizados pelo Estado para embasar seu ponto de vista.

As políticas agroenergética encontram um contexto favorável para sua aceitação e todas as condições sociais necessárias para o reconhecimento de sua autoridade foram satisfeitas. Portanto, trata-se de discursos que alcançam seus objetivos, pois conseguem fazer com que as questões abordadas sejam acreditadas e obedecidas. Os principais programas agroenergéticos brasileiro, em especial o Programa Nacional do Álcool (PROALCOOL) e o Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011 (PNA), promulgados no ano de 1975 e 2006, respectivamente, decorrem, ao menos no plano do discurso, de problemas relacionados ao abastecimento de petróleo. Os problemas relativos ao petróleo são colocados como se fossem de toda a sociedade e, portanto, demandariam intervenções do poder público.

Os discursos oficiais relacionados ao programa de geração de agroenergia apóiam-se no corpo de profissionais técnico-científicos presentes nos órgãos estatais e nos conhecimentos produzidos por pesquisadores que compõem a comunidade científica nacional e internacional. Por possuírem certo reconhecimento, estes pesquisadores são conhecidos legitimamente pela sociedade como os produtores e detentores do conhecimento. O Estado se apropria, particularmente, do conhecimento científico que descreve como provável a ocorrência de um problema relacionado à questão energética, apoiando-se no pressuposto das limitações das reservas dos combustíveis fósseis, buscando, com isso, mobilizar a sociedade para contornar esse problema.

Em suma, no que se refere à política agroenergética, o Estado destaca a necessidade de intensificação da produção de energia a partir da biomassa. Essa opção é defendida como a mais viável, não somente pelo ponto de vista econômico, mas também sob o ponto de vista social e ambiental, uma vez que essa política possibilitaria a promoção do desenvolvimento sustentável. Esse enfoque funciona, muitas vezes, como uma ideologia, ou seja, uma arma para o exercício da violência do Estado, que se dá pela imposição de um consenso de que o que se anuncia é bom para todos e responde aos anseios de todos.

No conjunto das propostas para a promoção do desenvolvimento sustentável, o Estado brasileiro aborda a inserção da agricultura familiar na política agroenergética como uma forma de promoção da inclusão social das camadas menos favorecidas. Como os agricultores familiares são objeto de estudo da presente dissertação, torna-se necessário compreender conceitualmente a forma de organização social dos agricultores que se

enquadram nessa categoria. Mas, primeiramente, far-se-á uma reflexão conceitual dessa categoria social sob a perspectiva teórica proposta por Neves (2007).

De acordo com Neves (2007), até por volta de 1984, o termo agricultura familiar não era utilizado pela produção acadêmica que discutia os assuntos relacionados aos agentes sociais presentes no espaço rural brasileiro. Os critérios utilizados para a classificação desses agentes enfatizavam aspectos relacionados à renda, às formas de vinculação ao mercado, à condição do produtor, às formas de produção, bem como às formas de apropriação do produto do trabalho.

O termo agricultura familiar começou a ser utilizado a partir de 1990 nos campos acadêmicos americano e europeu. Passou a ser utilizado para designar o modelo de integração entre a agricultura e a agroindústria, levando em consideração as relações de exclusão social e de subordinação dos agricultores. No Brasil, o termo foi primeiramente empregado por pesquisadores multidisciplinares e por representantes políticos dos trabalhadores rurais. Os representantes políticos objetivavam instituir uma categoria classificatória, baseada em aspectos socioeconômicos e dotada de direitos sociais. Ou seja, queriam definir uma outra representação da sociedade brasileira e, assim, assegurar o reconhecimento e a legitimidade das ações políticas de grupos que buscavam um enquadramento profissional, como os trabalhadores rurais, os assentados e os agricultores parcelares (NEVES, 2007).

Para Neves (2007), as pesquisadoras Bergamasco e Wanderley, bem como outros colaboradores, organizaram um número temático em defesa da agricultura familiar, na revista *Reforma Agrária*, da Associação Brasileira de Reforma Agrária (v. 25, n. 2 e 3, maio-dezembro, 1995), que culminou na consagração desse termo no meio científico brasileiro e nos grupos mobilizados para constituição de políticas de apoio aos agricultores que poderiam assim ser enquadrados. Da mesma forma, a autora afirma que Veiga (1995), ao delimitar[1] conceitual e empiricamente o termo agricultura familiar, levou o meio acadêmico brasileiro a substituir as antigas categorias utilizadas – camponeses, produção familiar e pequena produção – pelo termo agricultura familiar.

Neves (2007) ressalta que essa simplificação dificultou a compreensão dos diversos segmentos de agricultores existentes no meio rural brasileiro, pois o termo agricultura familiar passou a ser associado a amplos significados, que remetem a uma

[1] Esse autor sistematizou os agricultores não-patronais, distribuindo-os em categorias classificatórias A-B-C, construídas segundo critérios de estratificação baseados no nível de renda, ou seja, nas diferentes condições de reprodução social do amplo segmento de agricultores familiares. As categorias A e B referiam-se, respectivamente, a agricultores consolidados e agricultores em transição, e C a estabelecimentos mais pobres, que não faziam parte da agricultura familiar, sendo a "franja periférica" – 40%.

heterogeneidade de situações. O termo designa atualmente um grande número de agricultores submetidos a contextos muito diversificados, encobrindo as especificidades de cada um deles.

A classificação mais ampla do termo estabelece a divisão do setor agropecuário em patronal/empresarial e familiar. Quando se pretende separar os agricultores segundo critério valorativo, estes são diferenciados como segmento modernizado tecnologicamente e segmento não-modernizado, com o propósito de chamar a atenção do Estado para a promoção da modernização de determinado segmento de agricultores. Alguns autores classificam, ainda, os agricultores como integrados ou contratuais. Dessa forma, pode também aparecer como uma forma de defesa dos agricultores, supostamente em transição de uma agricultura familiar para a patronal (NEVES, 2007).

Contudo, o termo agricultura familiar, por agregar um grande contingente de grupos sociais, a cada dia ganha mais adeptos. Além disso, já se tornou ambíguo e amplo e, justamente por isso, ineficaz para explicar as especificidades da diversidade social existente no espaço rural brasileiro. Em alguns casos, associa-se a agricultores familiares os agentes sociais que não possuem sequer ligação com a agricultura. Esses agentes buscam se inserir numa categoria reconhecida politicamente para obter algum benefício do Estado. Nesse sentido, Neves (2007, p. 17) afirma:

> Entrementes, por essa mesma ambigüidade, politicamente o termo ganha eficácia, razão pela qual deve se tornar objeto de tantas mais consagrações políticas. E a tal ponto que, em termos analíticos, pode-se perguntar: - o que se ganha ao identificar agricultores como familiares? Ora, na maior parte das vezes, os traços constitutivos dos agentes produtivos rubricados como agricultores familiares não se encontram na agricultura nem na família, mas no projeto político de constituição de uma categoria socioeconômica. Nos termos desses emaranhados de sentidos, advogo eu, agricultor familiar é categoria sócio-profissional e jamais pode ser compreendida como estado, pois que não tem sentido em si mesma, salvo se acolhem as reificações que lhe dão o estatuto de termo de mobilização política. Da mesma forma, deve ser compreendido como resultado de trajetórias diferentes daqueles que, por diversos interesses, querem assim ser socialmente reconhecidos.

No intuito de atenuar os conflitos e atender às demandas reivindicatórias dos grupos que se mobilizavam[2] e lutavam pela instituição de uma categoria classificatória dotada de direitos sociais, o Estado brasileiro adotou uma categorização socioeconômica que busca contemplar o maior número possível de agentes sociais, enquadrando-os como agricultores familiares. Para essa categorização o Estado utiliza parâmetros relacionados ao tamanho da área, à utilização da mão-de-obra familiar, à gestão do empreendimento e à proporção da renda auferida no estabelecimento.

---

[2] Trabalhadores rurais, assentados, agricultores parcelares, dentre outros (NEVES, 2007).

Assim, o Estado, no art. 3º da lei nº. 11.326 de 24/07/2006 estabeleceu a conceituação de agricultor familiar e empreendedor familiar rural enquadrando como agricultores familiares àqueles que praticam atividades no meio rural e que atendem, simultaneamente, aos seguintes requisitos: 1) não ter acesso a uma área de terra, sob título de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário, superior a quatro módulos fiscais; 2) utilizar predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; 3) ter renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento, e 4) administrar e dirigir o estabelecimento ou empreendimento com a própria família.

No entanto, o Estado, ao determinar esses parâmetros, não conseguiu solucionar as questões conceituais relacionadas à definição do que se entende por agricultor familiar, porque as homogeneizações propostas não condizem com a realidade marcada pela diversidade de agricultores encontrados no espaço rural brasileiro.

Segundo Neves (2007), o termo agricultura familiar também pode ser utilizado para designar um setor produtivo dotado de características ou "valores" associados à sustentabilidade socioambiental, em voga atualmente. Com isso, os defensores da idéia pretendem eleger junto ao Estado a "agricultura familiar" como sendo a categoria que melhor atende as exigências para implantação de um novo padrão de produção, baseado numa agricultura produtiva, socialmente justa e ambientalmente correta. Sobre isso, Neves (2007, p.14, 15) faz a seguinte afirmação:

> A proposição da *agricultura familiar* como termo de apelação de um setor produtivo também correspondeu a procedimentos de mobilização política, visando à criação de princípios para enquadramento institucional de diferenciados usuários de serviços e recursos públicos. Por esse motivo, consagrou-se a construção de contrapostos modelos de desenvolvimento econômico e social, capazes de qualificar as formas de organização de unidades produtivas, um deles politicamente correspondente ao desejado valor da *sustentabilidade* econômico-social. Ou diferenciado por melhor corresponder aos ideários elaborados diante do enfrentamento da reconstrução produtiva, genericamente reconhecida pelo termo *globalização.* Emerge então no decorrer desses processos, a construção do *agricultor familiar* como sujeito de direitos consagrados [...].
> Essa associação do termo *agricultura familiar* a investimentos moralizantes na constituição do agricultor também é valorizada por estudiosos americanos e europeus, quando se dedicam a consagrar a agroecologia como princípio de organização da atividade produtiva; ou quando assumem o papel científico-missionário destinado a tornar a idéia-valor *sustentabilidade* uma referência objetiva (isto é, modo de organização de práticas sociais e produtivas). (Grifos da autora)

Esse enfoque permeia o discurso do atual programa agroenergético: "A especialização da agricultura familiar está na capacidade de desenvolvimento de várias

atividades simultâneas. É essa característica dos sistemas produtivos familiares o que garante a biodiversidade dos agroecossistemas" (MAPA, MCT, MME, MDI&CE, 2005, p. 26). Dessa forma, o Estado procura legitimar o programa ao afirmar que reconhece as vantagens e os atributos dos agricultores familiares, preservando-os e incluindo-os como peça chave para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Porém, como ressalta Neves (2007), a distinção da agricultura familiar com base em aspectos valorizados como a ênfase na diversificação, na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, dentre outros atributos, não são generalizáveis a todos os agricultores ditos familiares, mas, sim desejáveis. Contribuindo apenas para reafirmar que o termo agricultura familiar apresenta-se como uma categoria de mobilização política. No exercício de construção de uma categoria produtiva desejada, os autores cumprem o dever de restituir o caráter sociológico do termo que tem sua eficácia política pelo fato de criar posições e direitos correspondentes. No entanto, esses raciocínios são passíveis de novas interpretações e contra-argumentações.

Em suma, Neves observa que o termo agricultura familiar é conceitualmente ambíguo e demasiadamente amplo, se prestando mais para uma categorização sócio-profissional a serviço de uma mobilização política do que propriamente para a definição de um segmento de agricultores. Então, para uma melhor compreensão dos agricultores familiares, a autora propõe o estudo dos agricultores a partir das redes sociais em que eles estão inseridos. Sob essa perspectiva, os agricultores familiares não devem ser analisados a partir de pré-noções, pré-conceitos, entendidos como conceitos pré-estabelecidos por pesquisadores, pelo Estado, ou por quem quer que seja. Devendo ser compreendidos com base nas particularidades das redes de relações que tecem em seu espaço social, e pelos próprios parâmetros que regem a realidade social e as suas múltiplas formas de inserções sociais, suas atitudes, visões e comportamentos. A partir da análise da ampla rede que interliga os agricultores familiares é possível entender suas formas de organização, interação social, as lógicas que orientam suas ações, práticas e escolhas, bem como o contexto situacional que os condicionam a tomar atitudes. É necessário, portanto, compreender os agricultores familiares tomando como pondo de partida às lógicas sociais que regem e regulamentam as redes de relações sociais em que estão inseridos.

Levando em consideração as questões teórico-metodológicas apontadas, o estudo busca apreender a problematização do processo de expansão da cultura da cana-de-açúcar em Itapuranga, a partir das redes de relações sociais em que os agricultores familiares estão envolvidos, procurando evidenciar as diferentes percepções dos diversos agentes sociais, no

que tange às questões sociais e ambientais. Com isso, busca-se compreender as formas de integração dos agricultores no processo de expansão de uma nova atividade produtiva na região, que promove rápidas transformações sociais e ambientais, já experimentadas no município de Itapuranga.

Como explica Bourdieu (1997), para compreender o que se passa em um lugar que abriga pessoas diferentes, não basta dar razão a cada um dos pontos de vista tomados separadamente. É necessário também confrontá-los em sua realidade, para fazer aparecer, pelo simples efeito da justaposição, o resultado do confronto de visões de mundo diferentes ou antagônicas, que tem como efeito favorecer a lucidez. Espera-se com isso, substituir as imagens simplistas e unilaterais por uma representação complexa e múltipla, fundada na expressão das mesmas realidades em discursos diferentes e, às vezes, até inconciliáveis, no intuito de

> [...] abandonar o ponto de vista único, central, dominante, em suma, quase divino, no qual se situa geralmente o observador e também seu leitor [...], em proveito da pluralidade de suas perspectivas correspondendo à pluralidade dos pontos de vista coexistentes e às vezes diretamente concorrentes. (BOURDIEU, 1997, p.11-12)

Bourdieu (1996) também orienta que, em um estudo qualquer, não há como estabelecer a lógica exata do mundo social, a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada. Mas, mesmo assim, apesar de todos os esforços, só se pode construir um caso particular do possível e jamais de uma realidade exata.

Ademais, para uma maior aproximação da realidade social estudada, deve-se tomar como objeto não apenas a realidade social, mas também a percepção que os agentes têm dessa realidade. Vale notar que as percepções, perspectivas e pontos de vista que os agentes sociais expressam variam em função da posição que ocupam no espaço social. Então, os pontos de vista são – como a própria palavra diz – visões tomadas a partir de um ponto, isto é, a partir de uma determinada posição ocupada no espaço social (BOURDIEU, 1996).

O autor ressalta que, como os pontos de vista dependem do ponto a partir do qual são tomados, eles podem ser diferentes e mesmo antagônicos, uma vez que a visão que cada agente tem do espaço social depende também de sua posição nesse espaço e dos interesses, benefícios e prejuízos a ele associados. Em síntese, o posicionamento das pessoas frente à nova situação vivenciada pode estar condicionado ao lugar que as pessoas ocupam no espaço social, que os levam ou não a auferir vantagens ou prejuízos.

O espaço social pode, então, ser definido como sendo um conjunto de posições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras, definidas umas em relação às outras pela proximidade ou pelo distanciamento dos agentes sociais. A própria noção de espaço contém, em si, o princípio de uma apreensão relacional do mundo social. Sendo assim, os indivíduos ou grupos, diretamente visíveis, só existem e subsistem por causa das diferenças, isto é, porque ocupam posições relativas em um espaço de relações que, ainda que invisível e difícil de expressar empiricamente, é o mais real e a origem real dos comportamentos dos indivíduos e dos grupos (BOURDIEU, 1996).

As pessoas inscritas em um setor restrito do espaço serão, ao mesmo tempo, mais próximas em relação as suas propriedades, suas disposições, suas opiniões e seus pontos de vista. Bourdieu (1996) afirma ainda que a construção de um espaço social possibilita a construção de grupos ou classes "teóricas" tão homogêneas quanto possível. Mas, é preciso entender que o espaço social construído pelo pesquisador é apenas explicativo, pois não passa de agrupamentos fictícios que só existem no papel, por uma decisão do próprio pesquisador. Em suma, as classes sociais definidas no estudo são apenas classes lógicas, determinadas em teoria, pela delimitação relativamente homogênea de um conjunto de agentes que ocupam a mesma posição no espaço, ou melhor, expressam as mesmas opiniões, pontos de vista etc.

Há uma correspondência que se estabelece entre as posições ocupadas no espaço social com as predisposições a determinadas atitudes, pontos de vista, opiniões, enfim, o que Bourdieu (1996) chama de *habitus*[3] de seus ocupantes. O lugar de tomada de posição funciona como um princípio de classificação que visa agrupar os agentes, da forma mais homogênea quanto possível, não apenas por suas condições de existência, mas também por suas opiniões, perspectivas e ações.

Sendo assim, os *habitus* são diferenciados e são também diferenciadores, uma vez que promovem distinções. Um mesmo ponto de vista pode, então, parecer normal para uns, mas inaceitável para outros. O essencial é que os agentes, ao serem percebidos por meio de categorias sociais ou por princípios de visão do mundo, apresentam a possibilidade de serem distinguidos por meio das opiniões que expressam. As diferenças associadas aos vários posicionamentos dos agentes no espaço social funcionam como variáveis constitutivas de

---

[3] Segundo Bourdieu (1990), o *habitus* é o responsável pela variação da percepção dos sujeitos. Ele é adquirido através da experiência durável de uma posição no mundo social. O *habitus* é ao mesmo tempo um sistema de esquemas de produções práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação dessas práticas. Através do *habitus* tem-se um mundo de senso comum, um mundo social que parece evidente.

sistemas simbólicos, isto é, como signos de diferenciação que permitem reunir os agentes em grupos ou classes (BOURDIEU, 1996).

Dessa forma, os agentes sociais entrevistados em Itapuranga foram classificados e posicionados naquele espaço social por meio dos diferentes pontos de vista que expressavam. Sucintamente, determinou-se, em Itapuranga, um grupo de indivíduos – ou como prefere Bourdieu, uma classe de indivíduos –, que engloba os agentes sociais favoráveis ao desenvolvimento das atividades da agroindústria canavieira. Esses agentes sociais associam a agroindústria canavieira ao progresso e demonstram-se mais otimistas. Outro grupo ou classe engloba os agentes sociais opositores à expansão canavieira em Itapuranga, bem como às transformações que o empreendimento agroindustrial canavieiro acarreta ao município. Num nível intermediário, foram determinados aqueles agentes considerados neutros, pois não são contra a atuação da agroindústria no município nem à expansão canavieira, embora critiquem seus inconvenientes e ressaltem que ações mitigadoras devem ser empreendidas pelo poder estatal e municipal.

É importante ressaltar que essas classificações determinadas no espaço social pesquisado em Itapuranga não representam classes sociais reais, constituídas na prática. Trata-se apenas de um recorte teórico efetuado durante a pesquisa. Como enfatiza Bourdieu (1996), essas classes não devem ser entendidas como uma categoria real mobilizada por objetivos comuns contra uma outra classe, e sim como um espaço de diferenças, no qual elas existem em estado virtual. As classes podem ser entendidas como grupos de indivíduos que partilham, com uma maior regularidade, das mesmas opiniões, visões e ações. E, devido a essa regularidade, podem ser reunidos e agrupados em uma classe.

Segundo Bourdieu (1996), o espaço social pode ser expresso como um campo de forças, cujas necessidades se impõem aos agentes que nele se encontram envolvidos. Uma espécie de campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com diferentes meios, por diferentes finalidades e objetivos, conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação da estrutura.

As relações objetivas de poder tendem a se reproduzir nas relações subjetivas de poder, manifestadas nas lutas subjetivas pela produção do senso comum, ou seja, na determinação do ponto de vista legítimo. Sendo assim, uma das bases dessas lutas é o poder de produzir e impor uma visão de mundo legítima. Essas lutas podem adquirir formas diferentes e expressarem-se através de ações de representação, individuais ou coletivas, destinadas a mostrar e a fazer valer determinadas realidades, destinadas a manipular a imagem, sobretudo da posição dos agentes no espaço social (BOURDIEU, 1996).

Segundo Bourdieu (1990), isso ocorre porque o mundo social apresenta-se como uma realidade estruturada que pode ser dita e construída de diferentes maneiras, de acordo com os diferentes princípios de visão e de divisão dos indivíduos. O mundo social apresenta-se como um sistema simbólico organizado segundo a lógica da diferença.

Neste estudo foi possível perceber um campo de forças situado em torno das entidades de representação dos agricultores familiares e dos representantes da agroindústria canavieira. Os representantes utilizam seu capital simbólico[4], ou melhor, seu prestígio e reconhecimento social para travar, a todo instante, uma luta simbólica que, nesse caso, é a luta pelo convencimento.

Bourdieu (1996) chama a atenção para o fato de que os objetos do mundo social poderem ser percebidos e expressos de diversas maneiras, porque sempre comportam uma parcela de indeterminação e fluidez, e também certo grau de flexibilidade. Assim, as percepções mais constantes estão sujeitas a variações no tempo, de modo que seu sentido, na medida em que depende do futuro, está relativamente indeterminado. O elemento objetivo da incerteza fornece uma base para a pluralidade de visões de mundo, visto que há uma pluralidade de pontos de vista. Ou seja, a visão e percepção dos agentes entrevistados no estudo podem se alterar com o tempo, pois não se trata de algo totalmente preciso e determinado.

Operacionalização do estudo de caso

Para melhor compreender as integrações e contradições presentes nas relações sociais tecidas entre a agroindústria canavieira e agricultores familiares, experimentadas no contexto da nova política agroenergética brasileira, fez-se um estudo de caso em Itapuranga, município marcado pela forte presença de agricultores familiares. Para o desenvolvimento do tema proposto, utilizou-se uma abordagem qualitativa, realizada com a combinação de técnicas de pesquisa, especialmente a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, as entrevistas e a observação.

O estudo de caso foi realizado no município de Itapuranga, localizado em Goiás, no território do Vale do Rio Vermelho. A origem desse município remonta à fase do ciclo do ouro, sendo que nesse período a região serviu apenas como local de passagem entre os arraiais do ouro, sem grandes significados econômicos. Mas, no ano de 1933, foi requerido o título de

[4] O capital simbólico é um crédito, é o poder atribuído àqueles que obtiveram reconhecimento suficiente para ter condição de impor o reconhecimento a outras pessoas e, assim, poder influenciá-las. (BOURDIEU, 1990, 1998a)

posse das terras que deram origem ao povoado de Xixá, posteriormente elevado à categoria de município, sob denominação de Itapuranga. Com isso houve o desmembramento de parte do município de Goiás, ensejadas no contexto do programa Marcha para o Oeste.

Na ocasião foram atraídos para a região muitos agricultores provenientes de outros Estados da federação, dando início à atual conformação do município, marcada pela forte predominância de agricultores familiares estabelecidos em pequenos lotes de terra. Segundo dados do último Censo Agropecuário, realizado em 1996, aproximadamente 91,8% dos estabelecimentos rurais de Itapuranga enquadram-se na categoria familiar. Esses agricultores movimentam a economia local, sendo responsáveis por 65,7% do Valor Anual Bruto da Produção Agropecuária (VABP) total do município. Em Itapuranga, há predominância de pequenas propriedades, sendo que 82,97% dos agricultores do município possuem área inferior a 80 hectares. As propriedades são exploradas normalmente pelos próprios proprietários e geridas por responsáveis ou familiares não-remunerados.

O município de Itapuranga apresenta bons indicadores referentes ao nível de saúde, à oferta de serviços básicos e à infra-estrutura, no que tange ao número de estabelecimentos rurais, comerciais, industriais e bancários. O Índice de Desenvolvimento Humano do município é classificado como médio, situando-se, no *ranking* dos municípios goianos, na 126ª colocação. Porém, apresenta um baixo grau de escolaridade dos trabalhadores formais, um baixo PIB *per capita* e uma baixa arrecadação de impostos. Em função disso, o poder político municipal empenhou-se pelo crescimento da produção de álcool na expectativa de aumentar a arrecadação de impostos do município, conferindo apoio incondicional à implantação da agroindústria canavieira em Itapuranga.

No início da década de 1980, os agricultores familiares de Itapuranga, juntamente com a população do município, conviveram com a expansão da cultura canavieira no contexto da segunda fase do programa PROALCOOL, quando foi instalada no município a agroindústria PITE S/A. Essa agroindústria canavieira foi desativa ainda na década de 80, retomando suas atividades somente em 2005, quando o Grupo Farias – Vale Verde Empreendimentos Agrícolas Ltda. – alugou as instalações da antiga PITE S/A.

No momento da pesquisa, a agroindústria canavieira estava efetuando a primeira moagem de cana no município. Portanto, a reintrodução da cultura canavieira em Itapuranga está em processo de consolidação, trata-se de um processo permeado de polêmicas e incertezas, dado o contexto de rápidas transformações sociais e ambientais que vem ocorrendo no município. As opiniões da população e dos agricultores familiares encontram-se divididas, enquanto uns apóiam a atuação da agroindústria no município, outros a condenam.

Sendo assim, buscou-se aqui compreender as transformações sociais e ambientais que se apresentam aos agricultores familiares, destacando as formas de integrações e suas contradições, suas preocupações, suas percepções e seus pontos de vista sobre a nova experiência da expansão da cultura canavieira no município de Itapuranga.

Os dados foram obtidos por meio de levantamento dos contratos de integração entre a agroindústria canavieira e os agricultores familiares e, principalmente, pela realização de entrevistas abertas e semi-estruturadas. Foram entrevistadas quinze famílias de agricultores familiares que possuem propriedade rural no município de Itapuranga. Desse total, quatro agricultores familiares não se inserem de nenhuma forma à agroindústria canavieira e onze agricultores se integraram à agroindústria canavieira, na forma de parceria ou no sistema de integração vertical.

Em relação à amostra de agricultores familiares entrevistados, observou-se que a maioria deles explora a terra na condição de proprietários, no entanto, estabelecem relações de parceira ou arrendam terra de outros agricultores. No que se refere ao tamanho da propriedade, todos possuem área inferior a 100 hectares, sendo que 94% dos imóveis rurais enquadram-se como pequena propriedade. Sendo as terras normalmente exploradas pelos proprietários e geridas principalmente pelo casal proprietário do estabelecimento rural.

Do total de agricultores pesquisados, 87% não possuem máquinas ou implementos agrícolas mecanizados, mas utilizam-nos, principalmente, nas etapas de preparo do solo. Para isso, alocam esses equipamentos de terceiros ou os requerem junto à prefeitura do município. Em relação à mão-de-obra, cerca de 80% dos agricultores familiares entrevistados empregam basicamente mão-de-obra familiar, embora contratem diaristas, principalmente para os períodos de pico do ciclo produtivo. As famílias também são assistidas pelas políticas do Estado, pois utilizam ou já utilizaram o crédito rural alguma vez e tinham, mesmo que de forma limitada, acesso à assistência técnica da AgenciaRural.

O sistema de produção desenvolvido pelos agricultores familiares entrevistados em Itapuranga está orientado para a diversificação produtiva, visando atender às necessidades alimentares da família e à comercialização. Com esse intuito, os agricultores combinam a produção de gêneros alimentícios, o cultivo de holerícolas, frutíferas e ainda a criação de animais, especialmente de bovinos de leite, suínos e galinhas.

Nas entrevistas dirigidas aos agricultores (Anexo A) daquela região foram privilegiados os aspectos qualitativos, estimulando o envolvimento e a participação dos membros da família. Objetivou-se obter uma abordagem mais ampla e sistêmica do problema em estudo, procurando dar visibilidade aos pontos de vista e visões dos diferentes agentes

sociais envolvidos na questão, além de melhor explicitar a realidade vivenciada pelos agricultores familiares. Como ressalta Bourdieu (1990, p.156):

> A "realidade social" [...] também é um objeto de percepção. E a ciência social deve tomar como objeto não apenas essa realidade, mas também a percepção dessa realidade, as perspectivas, os pontos de vista que, em função da posição que ocupam no espaço social objetivo, os agentes têm sobre essa realidade.

Com esse intuito, além dos agricultores familiares – objeto de estudo desta dissertação –, foram entrevistados (Anexo B) outros agentes sociais de Itapuranga que, de um forma ou de outra, estão envolvidos com a questão, como o presidente do sindicato dos empregadores rurais, o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais, um representante da Igreja católica de Itapuranga, o Secretário da Agricultura do Município, o Secretário do Meio Ambiente, o presidente da Organização dos Amigos de Itapuranga (OAI), um técnico da AgenciaRural, o presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas e uma representante da Cooperativa dos Agricultores Familiares de Itapuranga (COOPERAFI).

Inicialmente, tinha-se em mente entrevistar os dirigentes da agroindústria canavieira implantada no município com a intenção de apreender em seus discursos as visões, os objetivos e as perspectivas que tinham do empreendimento. Porém, os administradores da agroindústria não se dispuseram em conceder entrevistas para contribuir com o estudo. Ademais, procurou-se entrevistar pessoas que, de alguma forma, estavam ligadas à agroindústria, como funcionários, prestadores de serviço, um grupo de cortadores de cana de Araçaí – MG, um funcionário natural de Itapuranga e um tratorista prestador de serviço (Anexo C).

Nas entrevistas feitas com o líder sindical, o representante da cooperativa e o representante da Igreja Católica buscou-se apreender seus pontos de vista, opiniões, bem como as influências que exerciam nos agricultores familiares. As entrevistas dirigidas aos representantes políticos destinaram-se à apreensão do posicionamento do poder estatal local, para captar suas percepções sobre os problemas sociais e ambientais decorrentes do cultivo da cana no município. Em relação à OAI – organização que desempenhou uma ação ativa no intuito de levar a agroindústria para o município –, buscou-se compreender suas motivações e suas perspectivas em relação ao processo que ajudou a consolidar. Já o presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas informou sobre as transformações econômicas que ocorreram com a

vinda da agroindústria para o município. Por fim, os trabalhadores da agroindústria informaram sobre as particularidades relacionadas ao mercado de trabalho no município.

Os depoimentos obtidos por meios das entrevistas abertas e semi-estruturadas, realizadas aos diversos agentes sociais de Itapuranga, passaram por um processo de edição, onde foram efetuadas correções ortográficas e gramaticais, no intuito de facilitar a compreensão do texto, contudo manteve-se fidedigno o sentido dos depoimentos dos entrevistados.

Os objetivos específicos contidos nesta dissertação também contemplam o estudo das principais políticas governamentais de estímulo à expansão da cultura da cana-de-açúcar no Brasil. Isso, com destaque para a análise das contradições expressas no discurso oficial, no que se refere às questões de âmbito social e ambiental contidas nas principais políticas de estímulo à produção canavieira, como o PROALCOOL e o atual Plano Nacional de Agroenergia. A análise enfoca algumas contradições presentes nos discursos oficiais, especificamente, com base na teoria de Bourdieu. Para tanto, analisou-se, em documentos oficiais, as visões e percepções do Estado que estimularam ou estimulam o crescimento do cultivo da cana-de-açúcar no Brasil para fins energéticos.

Plano da obra

O presente estudo está estruturado em cinco partes. Primeiramente, buscou-se fazer a contextualização das políticas de intervenção no setor canavieiro, com ênfase no PROALCOOL, bem como apresentar as transformações provocadas no contexto da agricultura familiar, especialmente no que se refere à problemática social e ambiental desencadeada pela expansão da cultura canavieira.

O segundo capítulo tem por objetivo apreender as visões, pontos de vistas e expectativas sobre a experiência da expansão da cultura canavieira no município de Itapuranga, a partir de problematizações feitas pelos diversos agentes envolvidos com a questão. Para tanto, procurou-se destacar os principais grupos e agentes envolvidos, a saber: o Estado que, por meio das políticas agroenergéticas, estimulou a expansão canavieira no município de Itapuranga, os agricultores familiares, a agroindústria canavieira implantada no município e os diferentes grupos de representação social de Itapuranga.

No terceiro capítulo, o foco está na análise das formas de integração dos agricultores familiares à agroindústria canavieira do município, como também as lógicas sociais que os levaram a optar pela integração com a agroindústria.

No quarto capítulo, buscou-se compreender as repercussões sociais desencadeadas pela introdução da agroindústria canavieira em Itapuranga. Nesse sentido, procurou-se compreender acerca da geração de empregos, os impactos na oferta de mão-de-obra local, a migração, o aumento da violência e as transformações dos sistemas de produção desencadeadas pela atividade canavieira.

No último capítulo, são analisadas as implicações ambientais decorrentes da expansão canavieira no município, enfocando os inconvenientes e os desdobramentos relacionados à queima da cana, à perda da biodiversidade, à degradação do solo e dos recursos hídricos, em função da implantação da monocultura canavieira.

CAPÍTULO I

A INTERVENÇÃO ESTATAL NO SETOR CANAVIEIRO (1930 – 1985)

A história do setor canavieiro no Brasil é marcada pela presença do Estado. As políticas voltadas ao setor priorizaram a produção de cana em larga escala pelas agroindústrias e pelos grandes proprietários, em detrimento do cultivo de cana pelos agricultores familiares e pequenos proprietários. No entanto, isso não impediu que a expansão canavieira se desse em áreas de agricultura familiar levando, em algumas situações, a inserção destes agricultores no complexo canavieiro como fornecedores de cana para a agroindústria, porém de forma subordinada, provocando vários desdobramentos socioambientais.

A expansão da cultura canavieira em áreas de agricultura familiar trouxe diversas transformações para os agricultores. A literatura relacionada ao tema aponta como conseqüências disso à exclusão dos agricultores familiares do processo produtivo, a expulsão de agricultores do campo, a subordinação de agricultores ao complexo canavieiro e o aprofundamento da diferenciação social no campo. Em determinados contextos, os agricultores se integraram à agroindústria canavieira sob diferentes formas, seja via integração vertical, parceria, arrendamento ou assalariamento.

O presente capítulo tem por objetivo fazer uma contextualização histórica dos processos de intervenção estatal no setor canavieiro, no período de 1930 até por volta da segunda metade da década de 1980. Procura-se enfocar as transformações sociais que incidiram sobre os agricultores familiares e a problemática ambiental desencadeada pela implantação da cultura canavieira. O estudo dessas questões, sob uma perspectiva histórica, permite compreender o atual contexto de expansão da cultura de cana-de-açúcar para a produção de matéria-prima do álcool combustível, determinada pela retomada das políticas de estímulo à produção de agroenergia.

1.1 O Estado e a organização do setor canavieiro: 1930 – 1970

Bourdieu (1998) explica que a ação propriamente política é possível porque os agentes, por fazerem parte do mundo social, têm um conhecimento mais ou menos adequado de mundo, podendo então agir sobre ele. A ação tem como objetivo produzir e impor representações do mundo social capazes de agir sobre o mundo, atuando sobre as representações dos agentes a seu respeito. Nos discursos oficiais, o Estado, ao difundir uma idéia, visão, ideologia, projeto, plano, programa etc. explora a possibilidade de mudar a estrutura do mundo social, transformando a representação desse mundo. O processo se realiza mediante o exercício de uma violência subjetiva, que provém do desconhecimento dos reais interesses em jogo no campo em questão.

Desde a década de 1930, o Estado exerceu forte influência no desenvolvimento do setor canavieiro no Brasil, concentrando um conjunto de recursos materiais e simbólicos – leis, dispositivos, decretos, órgãos públicos, instituições fiscalizadoras, financeiras, econômicas, de pesquisa e extensão rural, meios de publicidade e propagandas, dentre outros, com vistas a regular e a disciplinar o funcionamento da cadeia produtiva de cana.

No campo canavieiro, as intervenções estatais passaram a dinamizar o complexo agroindustrial[5]. As ações implementadas, no período de 1930 a 1945, objetivaram estabilizar os preços do açúcar e equilibrar a oferta de produto, que apresentava superprodução. Acreditava-se que seria essencial desenvolver a produção e o consumo de álcool combustível, para converter a produção de cana e açúcar excedente em álcool. Essas questões contribuíram para a criação do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) – órgão responsável pela elaboração e implementação da política pública para todo o setor açucareiro –, da Comissão de Estudos do Álcool Motor (CEAM) e da Comissão de Defesa da Produção do Açúcar (CDPA). A função dos órgãos estatais era conciliar os conflitos de interesses entre os produtores de açúcar, plantadores de cana, comerciantes de álcool e de açúcar e consumidores (GUEDES, 2000).

Segundo Guedes (2000), com os preços estáveis e compensadores para os empresários do setor, houve uma grande expansão das usinas, tanto na região Nordeste,

[5] O termo complexo agroindustrial refere-se ao vínculo entre os produtores de insumos, máquinas e equipamentos, a produção de cana de açúcar – que pode ser realizada pela própria usina e/ou por fornecedores –, e as unidades produtivas industriais (usinas e destilarias) que transformam a cana em produtos (açúcar e álcool) e subprodutos (bagaço, vinhoto etc.), destinados ao mercado interno e externo (GUEDES, 2000).

quanto na região Sudeste. Nesse cenário, explodiam os conflitos decorrentes do avanço da cana em terras de pequenos agricultores.

Em 1941, pelo decreto lei 3855, o Estado criou o Estatuto da Lavoura Canavieira (ELC) com o intuito de disciplinar as transações entre usinas e fornecedores de cana. O Estado pretendia, por meio do Instituto do Açúcar e Álcool (IAA), intervir no processo de aquisição de terras pelas agroindústrias canavieiras. Sendo assim, o ELC estipulava a quantidade máxima de cana própria que poderia ser produzida pela agroindústria, no máximo 60%, devendo o restante ser adquirida de fornecedores. Segundo Peres (2003), o objetivo do Estatuto era proteger a categoria de fornecedores, definido como lavrador do campo ou pequeno agricultor que explorava a terra em regime de produção familiar. Isso fazia parte da ideologia de um "desenvolvimento equilibrado", difundida pelo presidente Getúlio Vargas.

Portanto, nessa época, o desenvolvimento econômico visava à garantia de empregos e à fixação do homem no campo, pautando-se num modelo agrícola que buscava implementar a atividade canavieira com a inserção da pequena produção. Para isso, o Estado reduziu os riscos de oscilações de preços da cana, atrelando-os aos preços do açúcar e do álcool e ao rendimento industrial. Como resultado, as oscilações de valores diminuíram e os preços do açúcar se estabilizaram no mercado interno, graças à sua exportação e à transformação de cana em álcool (PERES, 2003).

Szmrecsányi (1979) ressalta que, no plano do discurso, a intervenção estatal no setor pretendia proteger a pequena produção canavieira da ameaça do avanço das usinas sobre as terras desses agricultores. A solução encontrada perpassava pela criação de um mercado para a cana-de-açúcar produzida pelos pequenos agricultores. Como conseqüência, o Estatuto arrefeceu o avanço das usinas sobre as terras dos fornecedores, porém não impediu o aumento da concentração fundiária e a redução do número de fornecedores de cana.

Em 1942, com a entrada do Brasil na segunda Guerra Mundial houve uma crise no abastecimento do mercado interno da região Centro-Sul, que impulsionou a produção paulista por meio de engenhos e pequenas usinas. No período pós-guerra (1946–1968), o objetivo da intervenção estatal no setor era permitir a expansão equilibrada da produção canavieira entre as regiões Nordeste e Centro-Sul. Para tanto, o IAA contava com a fixação de preços e a definição de cotas de produção (GUEDES, 2000).

Peres (2003) ressalta que a idéia de um desenvolvimento pautada na pequena produção começou a mudar a partir de 1965, com a promulgação de dispositivos legais. A lei 4.879 determinou que a expansão do cultivo de cana poderia ser feita pelas agroindústrias, caso os agricultores, enquadrados na categoria de fornecedores de cana para as agroindústrias,

não aumentassem suas produções e cotas de produção. A lei 2.008, de 1968, determinou que qualquer sociedade anônima poderia fornecer cana, bem como sócios, acionistas das agroindústrias e parentes de até 2º grau. As mudanças nos aparatos legais dissociaram a figura do fornecedor de cana ao lavrador, que explorava pequenas áreas em regime familiar.

A criação desses dispositivos legais deveu-se ao jogo de forças e interesses existentes no campo em questão, envolvendo, principalmente, fornecedores de cana e agroindústrias. Nessas disputas, as agroindústrias saíram vitoriosas, devido ao poder acumulado pelo setor ao longo de sua trajetória e em função das políticas privilegiadoras concedidas pelo Estado.

Bourdieu (1998) afirma que o alcance dos propósitos de um grupo depende das relações estabelecidas com o meio no qual está inserido, sendo caracterizado por uma lei muito especial que depende das relações de forças determinadas concretamente entre os agentes envolvidos nas disputas. Os locutores possuem diferentes competências para produção de discursos e para exposição de argumentos, que lhes permitem embasar suas idéias e obter apreciação dos ouvintes. No entanto, as competências dependem da capacidade que cada agente tem para impor os critérios mais favoráveis de apreciação daquilo que oferece ou da idéia que anuncia.

As lutas coletivas têm uma lógica específica que lhes confere uma autonomia real. Elas decorrem do fato de o "prestígio" depender do aparato econômico ou cultural conhecido e reconhecido. Na medida em que os agentes "mais poderosos" são conhecidos e reconhecidos pela sociedade, tornando mais fácil impor valor àquilo que oferecem, especialmente porque eles detêm, de fato, quase um monopólio das instituições que estabelecem e garantem sua posição privilegiada. A determinação de uma qualificação, socialmente reconhecida, é uma das expressões mais típicas do monopólio da violência legítima, da qual pertence o Estado e seus mandatários. Dessa forma, as categorias de percepção, impostas pelo Estado, tendem a reproduzir e a reforçar as relações de força que mantêm a estrutura de poder existente (BOURDIEU, 1990).

A partir de 1968, se consolidou a configuração da agroindústria canavieira – segmento compreendido apenas pelo subconjunto formado pelos segmentos agrícola e industrial – no Brasil, tal como se encontra hoje, isto é, integrada vertical e parcialmente para trás. Essa forma de integração é marcada pela coordenação econômica da usina/destilaria, que produzem, em terras próprias ou de terceiros, parte ou a totalidade da matéria-prima (cana-de-açúcar) utilizada em seu processamento industrial, seja para a produção de açúcar ou de álcool (GUEDES, 2000).

De acordo com Guedes (2000), entre 1966 e 1973, o Estado propugnou uma série de incentivos e subsídios com o objetivo de modernizar o setor canavieiro, com a intenção de torná-lo mais competitivo no mercado internacional, acreditando que os preços internacionais do açúcar conservar-se-iam em patamares elevados. Para isso, foram fundamentais vários fundos e instituições. O primeiro, criado em 1966, foi o Fundo Especial de Exportação (FEE), oriundo da diferença entre os preços que o IAA pagava internamente pelo açúcar e o preço que obtinha no mercado internacional, através do monopólio das exportações do produto. Desse fundo vieram os recursos para modernizar a agroindústria canavieira. O IAA concedia recursos do FEE às empresas do setor sob condições extremamente benéficas, como juros baixos, longos prazos de pagamento e ausência de correção monetária. Porém, menos de 10% desses recursos foram aplicados nas atividades diretamente vinculadas ao fornecedor de cana-de-açúcar, sendo destinados, prioritariamente, às usinas, que aumentaram seu poder frente aos pequenos produtores.

Outra iniciativa estatal foi o Programa de Racionalização e Apoio da Agroindústria Açucareira (1971–1972), cujo objetivo era aumentar a concentração industrial no setor, a partir de um diagnóstico que relacionava a baixa rentabilidade física industrial ao número elevado de usinas de pequeno porte existentes na época. O programa concedia estímulos fiscais e financeiros à fusão, incorporação e relocalização de unidades industriais, bem como financiamento aos fornecedores que incorporassem novas cotas de fornecimento àquelas que já possuíam para fazer frente à maior demanda das usinas reestruturadas (GUEDES, 2000).

Já o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar (PLANALSUCAR), de 1971, embora não materializado em fluxos diretos de recursos públicos para o setor canavieiro, constituiu uma forma ampla de subsídio, pois assumiu os custos da pesquisa tecnológica que deveriam ser realizados pelos agentes privados. O PLANALSUCAR visava suprir as regiões menos dinâmicas como a região Nordeste e o estado do Rio de Janeiro com instituições produtoras e difusoras de pesquisa e tecnologia, a fim de reduzir as disparidades regionais (GUEDES, 2000).

De acordo com Peres (2003), o conjunto das políticas de modernização da agricultura contribuiu para consolidar o processo de concentração e centralização das atividades agrícolas de produção de cana pelas agroindústrias canavieiras, afastando assim os pequenos fornecedores de cana do processo produtivo. O grande aporte de recursos financeiros provenientes dos incentivos governamentais contribuiu para a modernização do processo produtivo e a consolidação das agroindústrias de grande porte.

Dessa forma, o Estado utilizou todo seu poder para conservar a manutenção do poder de determinados grupos ligados ao setor agroindustrial canavieiro. Bourdieu (1998) explica que o poder subjetivo do Estado se materializa na imposição de uma visão das divisões, isso ocorre quando o Estado torna visível ou explícita as divisões sociais implícitas. Assim, o poder político por excelência decorre do poder de fazer, de eleger e/ou privilegiar determinados grupos e assim manipular, alterar ou conservar a estrutura objetiva da sociedade.

1.2 PROALCOOL: um estímulo à expansão do setor canavieiro

A partir dos anos setenta, o ambiente da agroindústria canavieira foi reformulado, visando intensificar a intervenção estatal no setor, mediante a criação do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), pelo governo de Geisel, com o decreto lei 76.593 de 14/11/1975. Esse programa marcou a fase de maior expansão do setor canavieiro no Brasil. Vale notar que, até 1975, a expansão do cultivo da cana-de-açúcar no Brasil sempre esteve associada à produção de açúcar. Porém, esse produto vinha presenciando, desde o final dos anos de 1960, oscilação e queda dos preços no mercado internacional (SZMRECSÁNYI, 1979; BORGES et al., 1988; MAGALHÃES et al., 1991; LOPES, 1996).

Os plantadores e industriais vinculados ao setor canavieiro, constituindo um grupo de grande influência e poder político, passaram a demandar do Estado uma solução que viesse ao encontro dos seus interesses. A deflagração da primeira crise do petróleo[6], em 1973, aumentou o valor pago pelas importações de petróleo[7], provocando assim um aumento da dívida externa líquida[8] do país. A junção desses fatores levou o Estado brasileiro a buscar uma solução que contemplasse ambos os interesses. A alternativa encontrada foi estimular a produção de álcool, um substituto do petróleo, produzido a partir da matéria-prima cana-de-açúcar, em destilarias anexas às usinas de açúcar, possibilitando o aproveitamento da capacidade ociosa do setor açucareiro e a garantia de mercados para escoar a produção excedente da agroindústria canavieira. Após a criação do PROALCOOL, a expansão da cultura

---

[6] Ocorreu uma substancial elevação dos preços desse combustível, em conseqüência da ação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Os preços correntes do petróleo cru no mercado mundial passaram de 1,9 US$/barril, em 1972, para 11,2 US$/barril, em 1974, uma alta superior a 550% (WORLD BANK apud BORGES et al., 1988).

[7] As importações de petróleo do Brasil passaram de US$ 711 milhões, em 1973, para US$ 2.875 milhões, em 1975 (BANCO CENTRAL apud BORGES et al., 1988).

[8] A dívida externa líquida que, em 1973, atingia US$ 6,2 bilhões de dólares correntes passou para US$ 17,2 bilhões em 1975 (RICHER, 1987).

da cana-de-açúcar passou a depender não exclusivamente do açúcar, mas também do álcool (SZMRECSÁNYI, 1979; BORGES et al., 1988; MAGALHÃES et al., 1991; LOPES, 1996).

Segundo Andrade (1994), o propósito inicial do Programa era utilizar a cana-de-açúcar ou a mandioca como matéria-prima, contudo, essa idéia sofreu grande resistência por parte dos plantadores e industriais ligados ao setor canavieiro, que constituíam um grupo social de grande influência e poder político, enquanto os produtores de mandioca eram, geralmente, agricultores pobres com pouca influência política. Sendo assim, os primeiros conseguiram barganhar todo o recurso disponível, usando como justificativa a dificuldade de organizar uma produção em larga escala, controlada por milhares de pequenos produtores, bem como o baixo conhecimento da tecnologia industrial para produção e processamento da mandioca.

Bourdieu (1998) afirma que qualquer tentativa de instituir uma nova divisão e redistribuição do poder encontra resistências dos ocupantes das posições dominantes nos espaços sociais, pois estes são os maiores interessados na perpetuação da ordem social que os privilegia. Dessa forma, a tendência é a de defender como naturais às divisões estabelecidas e de negar as novas alterações propostas, falando em nome de um "bem maior da nação".

As relações de força dependem de toda uma estrutura social que se faz presente em cada interação. Uma ordem, uma idéia, um pressuposto ou mesmo uma palavra, só faz sentido quando tem a seu favor a ordem das coisas, pois sua realização depende de todas as condições que definem a ordem social, a qual permite pensar, o que se anuncia, como algo razoável ou realista. Sendo assim, uma idéia inserida num discurso só pode alcançar seus objetivos quando se torna socialmente aceitável, isto é, quando é ouvida, acreditada e possível, tendo a seu favor as leis definidoras das condições sociais da aceitabilidade. Portanto, a eficácia de uma idéia depende da posição social do locutor, ou melhor, do prestígio e reconhecimento do poder desses grupos (BOURDIEU, 1998).

O PROALCOOL era administrado pelo Ministério da Indústria e Comércio, por meio da Comissão Executiva Nacional do Álcool. Szmrecsányi (1979) afirma que o programa objetivava aumentar a produção de safras agroenergéticas e a capacidade industrial de transformação industrial para obtenção de álcool como substituto do petróleo e seus derivados, em especial, a gasolina. Outros objetivos oficiais do Programa estavam associados à redução das disparidades regionais e individuais de renda, ao aumento da flexibilidade na produção de açúcar, ao crescimento da renda interna, à expansão da produção de bens de capital, à geração de empregos e melhoria nas condições ambientais pela menor emissão de gases poluentes.

Os anseios nacionais em torno do programa eram grandiosos: "[...] institui-se o (PROALCOOL), sob cuja égide o Brasil ingressaria na era nova do álcool-motor, numa das mais audaciosas e singulares aventuras econômico-sociais já registradas no mundo e na história das civilizações ocidentais. Possivelmente, a nossa verdadeira Revolução Industrial" (BRASIL, apud BRANDÃO 1985, p. 222).

No entanto, Mello & Fonseca (1981) ressaltam que o PROALCOOL teve um caráter "estritamente desenvolvimentista", pois as incumbências sociais advogadas pelo programa não chegaram a ser efetivadas, salvo a geração de empregos. Stroh observa que, de maneira geral, as políticas públicas instituídas até recentemente no Brasil pautavam-se nas premissas desenvolvimentistas focadas, sobretudo, no crescimento econômico. A autora caracterizou esse período como sendo um círculo vicioso de degradação socioambiental, na medida em que colocou "como centro de referência um estilo de desenvolvimento amparado pelo Estado brasileiro, que historicamente subordinou os interesses do bem-estar social aos interesses de expansão do capital, na exploração dos recursos naturais" (STROH, 2003, p. 277).

É possível distinguir na evolução do PROALCOOL três fases bem distintas. A primeira fase, compreendida entre 1975 e 1979, baseou-se na utilização da infra-estrutura já existente, aproveitando a capacidade ociosa do setor açucareiro, implantando destilarias anexas às usinas de açúcar, para produção de álcool anidro para misturar à gasolina. A meta inicial do programa era atingir uma produção de 3,0 milhões de litros de álcool até 1980. Porém, a meta foi superada[9] ainda em 1979. A área colhida com cana-de-açúcar cresceu 44%, entre 1975 e 1980, e a produção total aumentou 75% (IBGE, 2007).

Magalhães et al. (1991) ressaltaram que os resultados obtidos no contexto da primeira fase do programa foram pouco significativos, em função do arrefecimento do impacto do primeiro choque do petróleo, declinando, assim, os déficits comerciais brasileiros e estabilizando o valor das importações petrolíferas[10]. A partir de 1979, essa situação se alterou, em decorrência do segundo choque do petróleo[11], estimulado pelo aumento nos

---

[9] Entre 1975 e 1976 se observou um incremento da produção alcooleira de aproximadamente 555 milhões de litros/ano, atingindo 3,4 milhões de litros, em 1979–1980 (IAA, apud BORGES et al., 1988). A produção do álcool etílico – anidro e hidratado, expresso em quantidade equivalente de petróleo – passou de cerca de 2.000 barris/dia, em 1975, para 39.000 barris/dia, em 1980 (RICHER, 1987).

[10] Os preços correntes do barril de petróleo cru permaneceram estáveis entre 1976 e 1978. Passando de 11,7, em 1976, para 12,9, em 1978 (MAGALHÃES et al., 1991). Nesse mesmo período as importações de petróleo tiveram um acréscimo de apenas 16%, contra o acréscimo de 571% observado entre 1972 e 1974 (WORLD BANK e BANCO CENTRAL apud BORGES et al., 1988).

[11] No segundo choque do petróleo, os preços do barril de petróleo subiram de US$ 12,9 dólares, em 1978, para 30,5 dólares, em 1980 (MAGALHÃES et al., 1991).

preços do petróleo – influenciado pela guerra entre o Irã e o Iraque, que são grandes produtores de petróleo –, o que provocou deterioração na situação cambial do país.

Nesse momento, o governo brasileiro adotou medidas destinadas à ativação do PROALCOOL, dando início à segunda fase do programa que representou sua fase áurea. Para tanto, foram criados o Conselho Nacional do Álcool e a Comissão Nacional do Álcool. Na segunda fase, os objetivos[12] do PROALCOOL foram ampliados para a utilização de álcool hidratado em automóveis movidos exclusivamente a esse combustível, que começaram a ser fabricados a partir da década de 1980. O programa se apoiou, sobretudo, na pesquisa e no desenvolvimento tecnológico, especialmente na adaptação dos veículos ao uso do álcool carburante e ao aperfeiçoamento dos processos de produção de combustível[13], envolvendo o setor químico, o agrícola, o automobilístico e a mecânica pesada (MAGALHÃES et al., 1991).

Segundo os autores, a partir da segunda metade dos anos oitenta ocorreu um arrefecimento do PROALCOOL, em decorrência do avanço inflacionário, da elevação das dívidas interna e externa, da elevação das taxas de juros no mercado internacional e da redução do preço do barril de petróleo, que inviabilizou a exploração econômica do álcool combustível. Os acordos firmados entre o Brasil e o FMI exigiram uma revisão das políticas de subsídio do governo, impondo ao Estado brasileiro limites para continuar privilegiando a expansão do setor canavieiro com base em fartos subsídios públicos. Essa conjuntura marcou a terceira fase do programa. A partir de então, houve uma queda na produção de álcool que repercutiu numa crise no abastecimento, na confiança dos consumidores e na redução da produção de veículos movidos a álcool. Também se delineou um ambiente institucional marcado pelo gradativo afastamento da ação regulatória e intervencionista do Estado, abrindo espaços para a intensificação das forças competitivas empresariais que imprimiram uma sensível melhora no desempenho econômico do setor canavieiro.

Segundo Guedes (2000), as políticas destinadas ao setor canavieiro sempre estiveram voltadas a atender às necessidades das grandes propriedades. Um exemplo disso ocorreu em 1983, quando se mudou a forma de pagamento da cana, passando a incorporar o fator teor de sacarose. A mudança impulsionou a integração vertical para trás, uma vez que reduzia o número de fornecedores aptos a realizarem os investimentos exigidos pela mudança

---

[12] A meta de produção de álcool se elevou para 14 bilhões de litros, alcançando o pico em 1985 e 1986, com a produção de 11,8 bilhões de litros/ano (IAA, apud BORGES et al., 1988).

[13] De acordo com Ribas (1987), a participação da gasolina, no consumo de combustível líquido, declinou de 98,9% para 42,8% entre 1975 e 1986 e, em contrapartida, a participação do álcool passou de 1,1% para 55,5%. Em 1979, a porcentagem dos veículos movidos a álcool, na frota nacional, subiu de 0,5% para 92% em 1986, enquanto que a de carros movidos à gasolina caiu de 89% para 20,9%.

introduzida na forma de pagamento. Por isso, permaneceram na atividade, principalmente, os grandes e médios fornecedores. Após a medida observou-se um crescimento na produção de cana própria das usinas, seja através da ampliação das terras próprias, seja pela incorporação de terras de terceiros via aluguel, arrendamento, integração, parceria. A política de crédito também foi um importante instrumento de estímulo ao crescimento da integração vertical na época do PROALCOOL.

Guedes (2000) constata que a intensificação do processo de integração vertical na agroindústria canavieira foi uma das conseqüências das políticas agrícolas que beneficiaram os grandes plantadores de cana e o setor industrial, em detrimento das pequenas propriedades. A funcionalidade da grande propriedade não se justificava pela sua superioridade sobre a pequena, decorrente de possíveis economias de escala. A grande propriedade se tornou economicamente funcional devido ao acesso prioritário aos recursos econômicos, disponibilizados pelo Estado por meio de políticas agrícolas. O Estado[14], ao permitir que as usinas adquirissem ou alugassem terra, desestimulou a especialização das usinas em sua atividade principal, a produção de açúcar e álcool e a exploração do uso potencial de seus subprodutos. Sendo "livre" o acesso a terra, as usinas puderam avançar sobre terras de fornecedores, mediante a compra ou contratos de integração, utilizando os mecanismos do mercado de terras e da legislação agrária vigente no país.

Dessa forma, o Estado consagrou um grupo prioritário para receber benefícios estatais, conformando uma determinada estrutura no setor canavieiro. Bourdieu (1990), afirma que o poder do Estado é um poder capaz de fazer, alterar, transformar, consagrar, privilegiar ou de revelar algo ou grupos que já existem. Isso ocorre quando o Estado distingue um grupo dos demais grupos, segundo um princípio qualquer, através do conhecimento e do reconhecimento. Desse modo, compreende-se melhor o que está em jogo nas lutas subjetivas entre os grupos sociais.

Como se observou, o Estado, por meio de suas políticas voltadas ao setor canavieiro, culminou por estimular a expansão da cultura canavieira no país em grandes extensões territoriais. Contudo, essa cultura também se expandiu em regiões de predomínio de pequenos agricultores, provocando alterações significativas em suas dinâmicas produtivas, sociais e organizacionais.

---

[14] A ausência de controles institucionais sobre a terra e seu mercado possibilitou ao setor canavieiro no Brasil se desenvolver sem que o uso e a negociação de terras fossem submetidos ao controle social. Ou seja, no ambiente institucional brasileiro, não houve mecanismos que proibisse ou restringisse os usineiros de comprar/alugar terra para se auto-abastecerem de matéria-prima (GUEDES, 2000).

1.3 O avanço da cana em áreas de pequenos agricultores: históricos impasses socioambientais

A bibliografia relacionada ao tema aponta para uma dubiedade em torno das repercussões da intervenção do Estado no setor canavieiro, principalmente no que se refere ao perfil sócio-econômico dos produtores de cana. Alguns autores, aqui em especial, Peres (2003), Ferraz (2000) e Novais (1988) trabalham na perspectiva da simplificação ao ressaltar que a expansão canavieira em áreas de agricultura familiar levou a exclusão destes agricultores da cadeia produtiva da cana. Outros autores como Andrade (1994), Neves (1981, 1997) e Heredia (1988, 1989) trabalham na perspectiva da complexidade, para tanto analisam as transformações desencadeadas pela expansão canavieira em áreas de pequenos agricultores, a partir das novas relações sociais em que os lavradores e pequenos produtores de cana se inserem. Para tanto, esses autores, apontam as contradições e diferenciações sociais delineadas por esse processo.

Segundo Peres (2003), as políticas de intervenção do Estado no complexo canavieiro e, sobretudo, o PROALCOOL contribuíram para consolidar o processo de produção da cana-de-açúcar, com base em grandes propriedades. Há de se considerar que os aparatos legais, as tecnologias disponíveis e os requisitos de acesso ao crédito priorizaram a produção em larga escala nas grandes extensões territoriais. Dessa forma, os pequenos agricultores que, já vinham enfrentando dificuldades[15] em acompanhar o processo de modernização, foram perdendo importância no complexo canavieiro como produtores de matérias-primas.

Segundo Ferraz (2000), as conseqüências da expansão da cultura canavieira no país levaram à concentração de posse da terra, pela compra e/ou incorporação de terras de pequenos e médios produtores às grandes propriedades, pelo choque sociocultural, devido à "expulsão" de agricultores familiares para a cidade ou pelo deslocamento de trabalhadores no período da safra. Somam-se também os transtornos decorrentes da sazonalidade da mão-de-obra, tanto para os trabalhadores quanto para as comunidades locais que recebiam os trabalhadores temporários.

---

[15] Peres (2003) levantou os problemas enfrentados pelos pequenos proprietários que, tentavam de várias formas se manterem como fornecedores de cana, seja pelo emprego de mutirões para o corte da cana, da transformação dos filhos em trabalhadores urbanos com o intuito de equilibrar o consumo familiar, do plantio de culturas diversificadas, da criação de gado, para equilibrar a produção e o consumo familiar A autora observou até o desaparecimento da categoria de fornecedores de cana. Outras formas de inserção dos agricultores no complexo canavieiro se davam por meio da integração vertical, do arrendamento, e das relações de parceria entre pequenos proprietários e as agroindústrias, em que o processo de gestão da propriedade passava a ser exercido não mais pelos agricultores.

No estado da Paraíba, Novais (1988) afirma que a expansão da lavoura canavieira resultou na expulsão de agricultores que se dedicavam às culturas alimentares, especialmente os segmentos compostos de moradores, arrendatários, foreiros e posseiros. Além disso, a expansão da cana na região não propiciou aos seus trabalhadores nenhum tipo de estabilidade decorrente da incorporação de direitos trabalhistas básicos.

Adissi & Spagnul (2000) ressaltam que, nos estados nordestinos, a ocupação dos tabuleiros litorâneos pela cultura canavieira, no início do PROALCOOL, desencadeou grandes conflitos pela posse e uso da terra. Elias (2003) afirma que, na região de Ribeirão Preto - SP, centenas de agricultores familiares não resistiram às pressões econômicas e venderam suas terras às agroindústrias canavieiras, abrindo espaço para a implementação de grandes fazendas canavieiras.

De acordo com Andrade (1994), a expansão da cultura da cana-de-açúcar nas regiões de pequenas propriedades trouxe profundas transformações sociais para esses agricultores, alterando a lógica da produção familiar, que resultou na maioria das vezes, num processo de diferenciação social no campo. Na região dos tabuleiros alagoanos, a expansão da cana desapropriou pequenos proprietários e posseiros, transformando-os em trabalhadores volantes e moradores das periferias de cidades.

Neves (1981) contextualiza, por volta de 1978, os processos de subordinação dos lavradores e pequenos produtores de cana integrados à agroindústria canavieira da região de Campos de Goytacazes, estado do Rio de Janeiro. Antes da região se tornar um pólo de produção canavieira, os pequenos produtores agrícolas cultivavam cana-de-açúcar para atender ao consumo interno de rapaduras, açúcar mascavo e aguardentes. Com base no trabalho familiar[16], os agricultores dedicavam-se à cultura canavieira, às lavouras de subsistência[17] e à criação de gado.

---

[16] O uso do trabalho familiar diminuía os custos de remuneração da força de trabalho, uma vez que a dedicação a culturas de subsistências reduzia os gastos com o consumo doméstico e a dependência do mercado.

[17] Os cultivos de subsistência eram importantes para a reprodução familiar, pois ampliavam a utilização dos fatores de produção, aumentavam o aproveitamento da força de trabalho familiar, o autoconsumo doméstico e ofereciam recursos alternativos para minimizar a dependência do mercado. O preço regulador da economia desses agricultores não era, necessariamente, igual ao preço dos fatores de produção e sua finalidade não era necessariamente a valorização específica do capital e a obtenção do lucro no sentido restrito, mas a subsistência da família que, em parte, era assegurada pelas culturas de subsistência (NEVES, 1981).

De acordo com Neves (1981), os agricultores desenvolviam inúmeras estratégias de reprodução social e adaptação, como os serviços comunitários[18] e as "trocas", estabelecidos entre parentes e vizinhos. As trocas de produtos de subsistência eram regidas por princípios de reciprocidade e retribuição entre parentes e vizinhos, permitindo, assim, a ampliação do auto-abastecimento das unidades familiares por um período mais prolongado, visto que posteriormente havia uma recuperação de tais produtos. Outras trocas eram mais abrangentes e integravam povoados circunvizinhos. As ofertas pressupunham a retribuição imediata do valor dos bens trocados – aves, ovos, suínos, feijão, dentre outros – por produtos equivalentes. Os agricultores também estabeleciam relações de troca com vendeiros do comércio local, permutando[19] produtos de espécie semelhante ou não.

Com a expansão canavieira na região, os agricultores se envolveram num conjunto de relações sociais, estabelecidas com a usina ou com prestadores de serviços, no intuito de viabilizar sua inserção no complexo canavieiro. Para o plantio de cana em suas propriedades era necessário o uso de instrumentos mecanizados, o que exigia dos agricultores recursos financeiros para pagar os serviços oferecidos por empreiteiras e para remunerar os trabalhadores assalariados, porque a unidade familiar não dispunha de mão-de-obra suficiente. Os recursos podiam advir de recursos próprios, da cooperativa, da usina ou de outras formas (NEVES, 1981, 1997).

Neves (1981, 1997) observa que, em determinadas situações, os lavradores e pequenos produtores de cana optavam pelo acúmulo de recursos através da poupança. Os recursos poupados advinham da dedicação a outras atividades produtivas agrícolas ou comerciais, da própria atividade canavieira, da venda da força de trabalho, da criação de gado, da redução do consumo doméstico e produtivo.

A cooperativa oferecia crédito para o plantio, replantio e manutenção do canavial. Os empréstimos, apesar de terem juros reduzidos (10% a.a.) e a possibilidade de serem quitados na época da comercialização, eram apreendidos com cautela pelos agricultores, pois impunha exigências burocráticas e determinava o emprego de um padrão tecnológico de cultivo, como o uso de insumos químicos. O uso de insumos era visto como gastos adicionais não recompensados, porque a cana não era remunerada em função de sua qualidade. A

---

[18] As tarefas que demandavam mais mão-de-obra e que exigiam maior esforço físico contavam com a ajuda de parentes e vizinhos. Posteriormente, a pessoa que foi ajudada, deveria saldar a dívida com o parente ou vizinho colaborador doando-lhes uma parte dos produtos colhidos (NEVES, 1981).

[19] O agricultor entregava uma quantidade de produto num determinado tempo e, após o consumo da parte armazenada, ele, paulatinamente, ia recuperando a parte que foi entregue ao vendeiro (NEVES, 1981).

conjunção das exigências burocráticas e da imposição tecnológica limitava a autonomia dos produtores e impunha o pagamento de juros (NEVES, 1981).

Para os agricultores, o pagamento de juros era interpretado como uma forma de redução dos rendimentos, uma vez que os preços tabelados para a cana não compensavam o aumento dos custos da produção e os riscos inerentes à atividade agrícola. Nesse sentido, os preços pagos pela cana não consideravam os custos de produção, sendo estabelecidos, geralmente, no início da comercialização. Além do mais, o acesso ao crédito era proporcional ao rendimento da produção de cana, sendo assim, ele se tornava irrisório para os produtores que plantavam pequenas áreas (NEVES, 1981, 1997).

Os lavradores e pequenos produtores de cana consideravam que a usina era a solução mais viável. Então, os agricultores estabeleciam um sistema de dívida com a agroindústria, que era saldada na ocasião da comercialização da produção canavieira. De acordo com Neves (1981, 1997), a oferta de crédito pela agroindústria se configura num endividamento antecipado que assegurava os recursos necessários ao replantio do canavial. A usina oferecia os toletes de cana para o plantio ou replantio, também os trabalhadores, os instrumentos de trabalho necessários, as máquinas, os insumos químicos, e a contabilidade dos gastos ficavam por conta da empresa. Cabia ao agricultor e fornecedor de cana escolher a modalidade de prestação de serviço desejada. O pagamento pela prestação dos serviços se dava através de descontos na folha de pagamento, ocasião em que se abatiam os custos da produção dos rendimentos auferidos com a comercialização da cana. A usina não cobrava juros da dívida, entretanto, o pagamento era avaliado pelo preço alcançado no momento da comercialização da produção canavieira. Como as tarefas de plantio e replantio do canavial eram realizadas com um ano de antecedência à comercialização, a prestação de serviços pela agroindústria era uma forma desta obter ganhos adicionais, pois assegurava a utilização de recursos imobilizados e subutilizados durante a entressafra. Também, o pagamento da força de trabalho imobilizada durante a entressafra era repassado para os fornecedores de cana.

Neves (1981) afirma que os agricultores consideravam essa solução mais adequada, uma vez que não pagavam juros e não precisavam transferir recursos financeiros próprios para o processo produtivo. Outra vantagem é que dispunham de maior autonomia no processo produtivo, no entanto, essa opção apresentava como inconveniente o endividamento antecipado, a redução dos rendimentos auferidos com a comercialização da cana e a imposição de novos padrões de produção.

Dos preços brutos recebidos pela tonelada de cana eram descontadas as taxas para manutenção dos órgãos de classe e instituições de previdência e assistência. Assim, os

fornecedores de cana passavam a ter acesso a alguns benefícios sociais sob a forma de crédito, como assistência médica, social, jurídica, dentre outras. Os fornecedores de cana recebiam de forma parcelada e, a cada quinzena, através de promissórias rurais. Segundo Neves (1981), essa forma de pagamento impunha riscos e tornava expressa a subordinação econômica, política e cultural, pois os agricultores de menor rendimento tinham que percorrer várias agências bancárias para conseguir tornar as notas promissórias solúveis.

A remuneração média mensal dos fornecedores de cana que possuíam pouca terra – até cinco hectares e eram mais empobrecidos – não chegava a atingir o salário mínimo vigente. Sendo assim, a produção de cana por esses agricultores parecia uma prática irracional, pois a atividade produtiva apenas complementava o rendimento obtido basicamente pela venda de força de trabalho e possibilitava o acesso aos benefícios sociais que os fornecedores de cana tinham direito. A autora observa que esses agricultores não conseguiam ampliar a posse dos fatores de produção, principalmente a terra, por isso se dedicavam continuamente à venda da força de trabalho e somente esporadicamente se voltavam para o cultivo de suas lavouras. Os agricultores nem chegavam a utilizar intensivamente o solo para não despender recursos. Nessas condições, a dependência ao mercado aumentava, uma vez que a sua subsistência era garantida basicamente pelo salário.

Os fornecedores de cana que possuíam uma área maior, entre cinco e vinte hectares, também tinham recursos escassos e esporadicamente eram levados a vender sua força de trabalho e a de seus filhos. A inserção dos filhos no mercado de trabalho funcionava como um mecanismo de equilíbrio entre consumo e produção, bem como uma forma de ampliação do rendimento familiar, pela inserção dos recursos monetários dos filhos solteiros que migravam. Ademais, a incorporação dos jovens em outras atividades produtivas constituía-se uma forma de afastar as possibilidades de fragmentação do solo pelas partilhas da herança (NEVES, 1981, 1997).

Segundo Neves (1981, 1997), os agricultores conciliavam a lavoura de subsistência, à lavoura canavieira e a criação de gado, procurando atender às necessidades internas da unidade familiar. A lavoura de subsistência atendia, principalmente, ao autoconsumo. A lavoura canavieira assegurava a integração ao sistema econômico e o acesso aos direitos sociais como a assistência médica, o auxílio-doença, a aposentadoria, o crédito, dentre outros benefícios. A criação de gado tornava-se uma atividade complementar. O fato de possuírem uma área pequena de terra limitava a produção de cana, obrigando o uso de áreas intersticiais para a criação de gado, de pastos alugados ou de beiras da estrada. Alguns cultivos de subsistência tinham que ser plantados em aceiros ou em áreas de baixadas úmidas,

correndo o risco de intempéries climáticas inibirem o desenvolvimento das plantações.

De acordo com a autora, os agricultores que dispunham de tratores, carretas e uma área de terra maior, situado entre vinte e cem hectares, prestavam serviços especializados aos agricultores familiares que não possuíam esses fatores de produção. A prestação de serviço incorporava um ou dois filhos na atividade produtiva da unidade familiar, levando a melhor utilização do trabalho da família. Dispondo de maiores recursos de capital, os agricultores ampliavam os fatores de produção, especialmente a terra, como forma de garantir a permanência de um dos filhos na atividade agrícola como prestador de serviços de tratorista, tentando assim evitar a migração de alguns deles.

Em síntese, Neves (1981) constata que a intensificação do cultivo de cana na região de Campos possibilitou a inserção dos agricultores no complexo canavieiro, desencadeando um processo contraditório que levou a uma grande diferenciação social no campo, estimulando, concomitantemente, o processo de proletarização, de manutenção da pequena produção e de concentração do capital. Além disso, o processo acarretou alterações na dinâmica organizacional dos agricultores inseridos nesse contexto e nas práticas de convívio social, pois as alterações globais intensificadas em função da cana levaram a restrição das estratégias de reprodução e adaptação que envolvia o circuito de "trocas".

Heredia (1988, 1988a) também analisa as repercussões da expansão do cultivo da cana-de-açúcar, no sul do estado de Alagoas, região em que a indústria canavieira operou profundas transformações na vida dos agricultores. Antes da expansão canavieira os pequenos proprietários praticavam cultivos de subsistência em terras consideradas improdutivas para o cultivo da cana. Esses agricultores se agrupavam em conjuntos de unidades compostas de casa e roçado, denominadas sítios, onde produziam alimentos como a mandioca, o milho e o feijão, dentre outros. No passado, os "povos dos sítios" faziam uso de parcelas localizadas fora dos limites das grandes propriedades, nas chamadas "terras sem dono" ou "terra de hereu", sendo seu usufruto transmitido de geração em geração.

Segundo Heredia (1988, 1988a), quando os grandes proprietários "descobriram"[20] a produtividade dos tabuleiros alagoanos, a cana passou a ocupar as terras dos pequenos proprietários, processo que se intensificou devido aos amplos incentivos estatais, instituídos no âmbito do PROALCOOL. A comercialização das áreas de tabuleiros foi o principal

[20] A incorporação dos tabuleiros para o cultivo da cana já vinha ocorrendo desde os anos 1950. A experiência de utilização dos tabuleiros e da fertilização de suas terras, mediante o emprego de adubos, era do conhecimento dos agricultores ali residentes, mas seu alto custo tornava inviável a utilização de adubos por esses agricultores (HEREDIA, 1988).

mecanismo de expropriação dos pequenos proprietários. A chegada de pessoas interessadas na aquisição de terras, oferecendo preços relativamente altos, serviu de incentivo para a venda das pequenas propriedades, com a perspectiva de adquirirem parcelas maiores, situada em área mais distante. Para evitar o inflacionamento dos preços das terras, os grandes proprietários lançaram mão de intermediários que se apresentavam como compradores individuais. Antes da instalação das novas usinas, os intermediários compravam as terras dos tabuleiros, independentemente do tamanho. O fato de aparecerem como compradores isolados, contribuiu para ocultar a magnitude da concentração territorial, revelada quando as parcelas foram reunidas sob a propriedade de um único dono. Apesar disso, os preços das terras dos tabuleiros se elevaram de tal forma que inviabilizou qualquer iniciativa dos pequenos proprietários adquirirem novas parcelas. Quando os agricultores conseguiam ter acesso a terra novamente, em geral, eram de menor extensão e menos férteis. Os agricultores que não conseguiram readquirir terras foram forçados a se deslocar para os aglomerados urbanos, passando a vender sua força de trabalho. Os pequenos proprietários que resistiram à venda foram praticamente cercados pelas grandes fazendas monocultoras de cana, que fechavam as saídas de suas propriedades ou invadiam paulatinamente parte de suas terras.

A autora observa várias formas de inserção dos agricultores à agroindústria canavieira, via formas de arrendamento, integração ou assalariamento. Os pequenos proprietários que não tinham condições de trabalhar na sua parcela, por serem idosos ou não terem filhos, tiveram que arrendá-la para as usinas como uma forma de obter renda que lhes permitissem manterem-se na propriedade. Os agricultores que conseguiram permanecer na condição de proprietários de terra passaram a combinar as atividades no roçado com o trabalho assalariado nas usinas. Entre 1975 até 1985, a população da cidade de Feira Nova (Alagoas) aumentou muito por causa da migração de trabalhadores atraídos pelas oportunidades de trabalho geradas na usina. Somaram-se à massa de trabalhadores os antigos moradores e pequenos proprietários locais que foram levados a se transferir para a cidade. Agregaram-se também agricultores provenientes de outros locais para se incorporarem ao trabalho assalariado na usina, como forma de complementar a renda obtida em seus roçados.

Segundo Heredia (1988, 1988a), outros agricultores se inseriram no complexo canavieiro como fornecedores de cana. Isso foi possível porque, a princípio, as usinas viabilizavam o plantio de cana pelos pequenos proprietários, com o intuito de assegurar a cota mínima para seu funcionamento. Como o acesso ao crédito era vedado aos pequenos agricultores, freqüentemente, a própria agroindústria concedia o financiamento, adiantando o dinheiro necessário ao plantio e ao pagamento dos trabalhadores na época de safra. Mas, se

houvesse algum problema de redução da safra, os financiamentos concedidos podiam superar a produção obtida. A situação de endividamento constituía uma ameaça concreta aos agricultores, chegando ao limite de terem que entregar suas parcelas à usina, como parte do pagamento da dívida. Com o passar do tempo, a possibilidade de produção de cana pelos pequenos proprietários se tornou cada vez mais difícil.

A autora observa que os agricultores fornecedores de cana não eliminaram os cultivos do roçado, sendo freqüente a presença do milho, do feijão e da mandioca em suas unidades de produção. Esses produtos, além da possibilidade de serem consumidos, podiam ser vendidos no mercado local para aquisição de outros bens, funcionando assim como uma garantia para enfrentar as situações de crise.

Em suma, a expansão canavieira em meio aos pequenos proprietários alterou a dinâmica social e produtiva destes agricultores e possibilitou inclusões diversas à agroindústria canavieira. Em alguns casos viabilizou a manutenção da terra e a reprodução social dos agricultores, mediante a integração deles como fornecedores de cana à agroindústria, porém, de forma subordinada. Em outras situações, provocou a exclusão dos agricultores do processo produtivo e a transformação deles em assalariados.

Além dos desdobramentos sociais, a expansão canavieira também repercutia no meio ambiente onde as agroindústrias se inseriram. As repercussões ambientais provocadas pela intensificação do cultivo da cana-de-açúcar são polêmicas. O Estado e alguns agentes sociais que apóiam a expansão do complexo canavieiro tendem a enfocar aspectos positivos, relacionados ao seqüestro de gás carbônico que ocorre durante o cultivo da cana-de-açúcar, bem como à redução das emissões de poluentes atmosféricos pela utilização de combustíveis derivados da cana-de-açúcar – o mais difundido é o álcool combustível. Outra vantagem refere-se ao fato de o álcool carburante apresentar um maior índice de octanagem e, quando utilizado puro ou combinado com a gasolina, dispensa o uso do chumbo tetraetila – produto muito danoso à saúde humana (RIBAS, 1987; MAPA, SPA, EMBRAPA, 2005; MAPA, MCT, MME, MDI&CE, 2005; MAPA, SPA, 2006).

Já os ambientalistas tecem críticas contundentes às políticas de estímulo à expansão canavieira no país, destacando diversas formas de degradação ambiental associada ao cultivo desse produto. Os aspectos negativos associados ao cultivo da cana-de-açúcar estão relacionados aos efeitos das queimadas, aos impactos das monoculturas sobre o meio ambiente, à perda da biodiversidade da fauna, da flora e do microbioma do solo e à degradação do solo e da água.

Ferraz (2000) discorre acerca dos inconvenientes advindos da queima dos canaviais, ressaltando as repercussões do processo para o agravamento do efeito estufa e a formação das chuvas ácidas e, ainda, contesta as afirmações de que os impactos das queimadas são anulados ao longo do tempo, com o desenvolvimento dos canaviais. Outros problemas relacionados às queimadas, diz respeito à perda da biodiversidade, a depreciação do panorama visual e os impactos antrópicos.

Rodrigues & Ortiz (2006) ressaltam os malefícios que os gases emitidos durante a queima da cana podem trazer para o homem e ao meio ambiente. Contudo, relacionam os benefícios ambientais advindos da extinção das queimadas com os contrapostos agravados pelo problema social do desemprego. Ademais, alertam para a possibilidade do avanço da monocultura canavieira sobre áreas naturais ou áreas destinadas à produção de culturas alimentares, e questionam a degradação dos recursos hídricos pela produção e processamento da cana-de-açúcar. No entanto, os autores observam que o emprego de técnicas avançadas de manejo agrícola na lavoura canavieira tende a reduzir a degradação do solo, quando comparadas à produção de grãos e pastagens, por exemplo.

Outro problema decorrente do cultivo da cana está relacionado ao uso de insumos químicos[21], pois envolve riscos de contaminação de trabalhadores, das culturas e da vegetação natural do seu entorno, do solo e da água, tanto na superfície como no subterrâneo, afetando as biotas terrestres e aquáticas. Ocorre também à depreciação da qualidade do ar, em decorrência da concentração de gases e partículas na atmosfera, oriundas da distribuição de insumos. Além do mais, o uso de insumos químicos para controle de plantas daninhas causa a diminuição do banco de propágulos do solo, a eliminação parcial dos *habitats* de insetos ou pequenos animais e a contaminação da cadeia alimentar com riscos à saúde humana (PASQUALETO & ZITO, 2000). O destino do vinhoto, subproduto oriundo da produção de álcool, também mereceu atenção dos pesquisados, em função da alta proporção em que é gerado, uma vez que seu volume equivale a 13 vezes o volume do álcool produzido (ANDRADE, 1994).

[21] Entretanto, Pasqualeto & Zito (2000) ressalta que com a fertilização do solo, ocorrem efeitos positivos sobre a fertilidade e microbiota do solo, mitigando importantes impactos decorrentes da extração de nutrientes pela cultura. Alguns aspectos negativos do uso de insumos químicos podem ser mitigados se forem feitos, previamente, um banco de germoplasma, um estudo dos *habitats* de pequenos animais ou insetos e uma preservação de áreas de refúgio. Outra medida importante é a utilização de produtos com pouca ou nenhuma persistência no ambiente, conjugada à observância do horário, das condições climáticas, dos aspectos fisiológicos da planta, do estado dos equipamentos e/ou máquinas utilizadas, além do emprego de pessoas habilitadas na execução das operações, da adoção de técnicas apropriadas de aplicação e da posterior lavagem das máquinas e acessórios.

A expansão da cultura canavieira em áreas de pequenos agricultores, estimulada pelo Estado no contexto do PROALCOOL, trouxe vários desdobramentos socioambientais. A reflexão acerca destas questões torna-se relevante, uma vez que o Estado pretende retomar as políticas de estímulo à produção canavieira no País, materializadas no Plano Nacional de Agroenergia, lançado pelo Estado, em 2006. Os desdobramentos desse processo foram analisados com base num estudo de caso de Itapuranga, município goiano marcado pela forte presença de agricultores familiares que atualmente convivem com a expansão canavieira em seu território.

CAPÍTULO II

A ATIVIDADE CANAVIEIRA EM ITAPURANGA: OS DIVERSOS AGENTES

O Programa Nacional de Agroenergia, publicado em 2006, pretende estimular a produção de culturas energéticas, principalmente a cultura da cana-de-açúcar, matéria-prima para produção do álcool combustível. A expectativa é de que a política agroenergética promova um novo ímpeto na expansão da cultura canavieira, a exemplo do ocorrido no contexto do PROALCOOL. Na nova conjuntura, o estado de Goiás encontra-se entre as principais rotas de expansão da cana. O governo goiano defende que a cultura canavieira irá avançar sobre áreas anteriormente ocupadas com pastagens degradadas, provocando poucos impactos na dinâmica produtiva de Goiás. No entanto, observa-se que as agroindústrias canavieiras e a cultura da cana estão avançando de forma rápida e desordenada no Estado, trazendo transformações consideráveis às populações inseridas no contexto da cana. As transformações desencadeadas pela expansão canavieira são particularmente importantes quando incidem em regiões de agricultura familiar, uma vez que pouco se sabe acerca das repercussões desse processo sobre os agricultores familiares goianos.

Este capítulo tem por objetivo apreender as visões, pontos de vista e expectativas sobre a experiência da expansão da cultura canavieira no município de Itapuranga, a partir de problematizações feitas pelos diversos agentes envolvidos com a questão, objetivando compreender o processo sob diferentes perspectivas. Para tanto, procurou-se destacar os principais grupos e agentes envolvidos, a saber: o Estado, que por meio das políticas agroenergéticas estimulou a expansão canavieira no município de Itapuranga, os agricultores familiares, a agroindústria canavieira implantada no município e os diferentes grupos de representação social de Itapuranga. A compreensão do jogo de interesse dos diversos agentes ajuda no desenvolvimento do estudo das transformações socioambientais vivenciadas pelos agricultores familiares de Itapuranga, desencadeadas pela expansão canavieira no município.

2.1 Programa Nacional de Agroenergia: novos estímulos à expansão canavieira

Segundo Bourdieu (1998, p. 53): "os discursos não são apenas [...] signos destinados a serem compreendidos, decifrados; são também *signos de riqueza* a serem avaliados, apreciados, e *signos de autoridade* a serem acreditados e obedecidos". Por meio de discursos, projetos, programas ou planos políticos, o Estado impõe seu ponto de vista, que se institui como legítimo, que todo mundo deve reconhecer, pelo menos dentro dos limites de uma determinada sociedade. Dessa forma, o Estado pretende explorar a possibilidade de mudar o mundo social modificando a representação do mundo através de uma pré-visão, que na condição de "previsão" contribui para a construção da realidade que anuncia e para a produção de um novo senso comum.

No discurso oficial relacionado ao Programa Nacional de Agroenergia[22], o Estado, por meio de seus representantes legítimos, exerce uma violência subjetiva ao apresentar sua visão de mundo como uma demanda social extraída da coletividade da sociedade, como se fosse o próprio desejo da sociedade se transformando em realidade. O ministro da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Sr. Roberto Rodrigues, assim se manifesta: "Conclamamos [...] a sociedade em geral, a se integrarem neste esforço nacional, para transformar estas oportunidades em realizações. Juntos, vamos construir um novo paradigma de desenvolvimento, em bases sustentáveis da nossa agroenergia" (MAPA, SPA, EMBRAPA, 2005, p. 3).

Bourdieu (1990) explica que no domínio simbólico, os atos de força traduzem-se em "atos de forma". Quando um ministro, como um representante autorizado do Estado, quer empreender um ato de força subjetiva, ele passa do eu ao nós. Ele não afirma: "Vou construir um novo paradigma [...]"; mas: "Juntos, vamos construir [...]"; ou ainda: "venham todos se integrar nesse esforço nacional [...]". Nesse caso, o interesse particular do ministro, ou melhor, do Estado, esconde-se atrás do interesse proclamado do povo, e este substitui a visão de mundo do povo, a qual os representantes autorizados deveriam representar, pela visão de mundo do Estado.

---

[22] O Estado brasileiro lançou, em 2006, o Programa Nacional de Agroenergia 2006 – 2011, que apresenta as vertentes do etanol, do biodiesel, das florestas energéticas em substituição ao carvão mineral, do biogás, de biofertilizantes, e do aproveitamento de resíduos e de dejetos. Cogita-se também o uso do etanol para a produção de biodiesel, e a co-geração de energia elétrica com resíduos da produção de álcool.

Nas lutas simbólicas pela imposição de um ponto de vista legítimo, o discurso científico é comumente utilizado para fundamentar a visão do Estado. Da mesma forma, o atual programa de geração de agroenergia se apóia no corpo de profissionais técnico-científicos presentes nos órgãos estatais, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), o Ministério de Minas e Energia (MME), o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDICE), bem como em outros órgãos, entidades e institutos de pesquisa públicas ou privadas. O Estado também usa os conhecimentos produzidos por pesquisadores que compõem a comunidade científica nacional e internacional. Nos discursos relacionados ao Plano Nacional de Agroenergia (PNA), o Estado se apropria do conhecimento científico que descreve como provável a ocorrência de um problema relacionado à questão energética.

Segundo Bourdieu (1990), a visão de mundo do Estado é o ponto de vista oficial, que se exprime nos discursos oficiais. Esses discursos preenchem três funções. Em primeiro lugar, faz um diagnóstico, isto é, um ato de conhecimento que obtém o reconhecimento e que, com muita freqüência, tende a afirmar o que algo é ou o que está acontecendo. A segunda função baseia-se na construção de diretrizes direcionando o que precisa ser feito. E, por último, diz o que se tem feito, como nos relatórios oficiais. Em cada discurso oficial, o Estado impõe seu ponto de vista, que está instituído como ponto de vista legítimo, isto é, o ponto de vista "iluminado" que todo mundo deve reconhecer, pelo menos dentro dos limites de uma determinada sociedade. Porém, sua eficácia simbólica depende do grau em que a visão proposta está alicerçada na realidade e terá tanto mais chances de sucesso quanto mais alicerçadas estiverem na realidade.

Num primeiro momento, o discurso oficial embutido no programa agroenergético procurou fazer um diagnóstico dos problemas relacionados à questão energética. O diagnóstico apontou cinco problemas chaves inter-relacionados: 1) o declínio da oferta de carbono fóssil; 2) o aumento da demanda por petróleo; 3) a dependência mundial de petróleo; 4) o aumento dos preços do petróleo; 5) as mudanças climáticas globais. Esses problemas relacionados ao petróleo são colocados como sendo de toda a sociedade e, portanto, demandam do Estado uma solução.

O primeiro problema levantado pelo Estado relaciona-se ao declínio da oferta de carbono fóssil. Segundo os cientistas, as atuais reservas de petróleo comprovadas no mundo terão durabilidade de apenas 40 anos, caso sejam mantidos os atuais níveis de consumo. Tal diagnóstico suscita a necessidade de substituição das fontes de origem fóssil não-renováveis por fontes renováveis provenientes de biomassa. Para melhor ilustrar esse conceito,

esquematizam a natureza finita das fontes de origem fóssil e a capacidade de expansão das fontes renováveis (Figura 1).

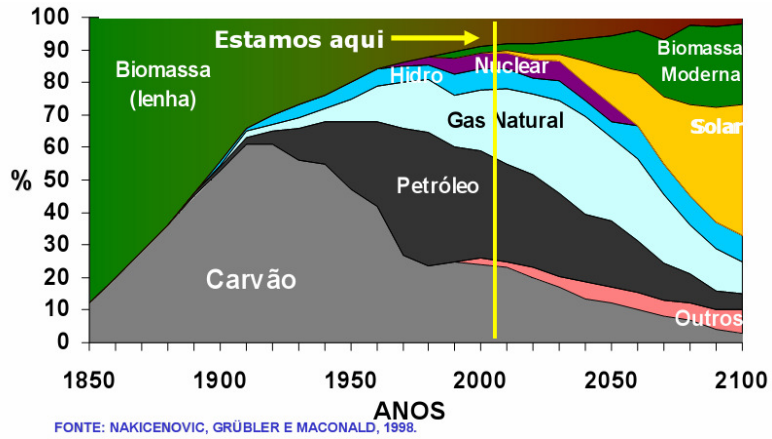
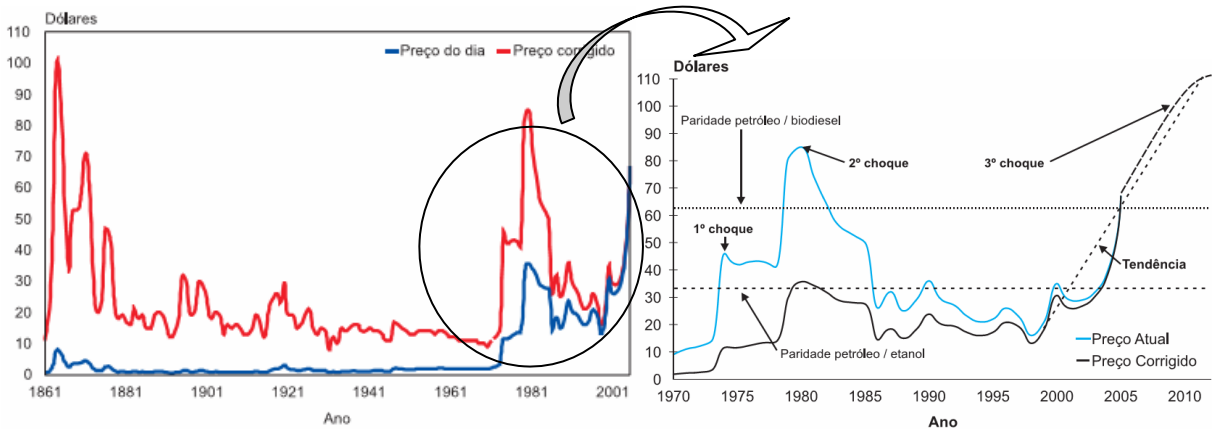


Figura 1 – Panorama atual e futuro da disponibilidade energética no mundo.

Outro problema levantado refere-se ao aumento da demanda por petróleo. Estudiosos estimam que a demanda por petróleo deve crescer entre 1,5% e 1,9% ao ano, enquanto as reservas crescerão apenas 0,8% ao ano, em média. As justificativas para essa hipótese baseiam-se na globalização, que fez com que os países em desenvolvimento assimilassem costumes dos países desenvolvidos, provocando assim, um aumento no consumo energético.

Um fato que ressurge nesse novo contexto diz respeito à insegurança em relação à oferta de petróleo. O problema é colocado porque 75,2% das reservas de petróleo existentes no mundo estão localizadas no subsolo dos países do oriente médio. Isso impõe uma forte dependência mundial de petróleo e de gás, que são controlados pelo cartel dos países exportadores de petróleo que compõem a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), incluindo, além dos países do oriente médio, a Venezuela. Os países do oriente médio são constantemente assolados por conflitos regionais que causam insegurança em relação ao suprimento da demanda por combustíveis fósseis, enquanto a Venezuela, atualmente presidida por Hugo Chaves, insurge como uma nova liderança opositora aos Estados Unidos da América. Essas questões trazem turbulência ao mercado mundial de petróleo e conseqüentemente aos preços, imputando na busca de “fontes energéticas mais sustentáveis, sob uma perspectiva econômica”.

Ademais, estudiosos prevêem um “terceiro choque” do petróleo, ainda na primeira metade do século XXI (Figura 2). A tendência de alta dos preços é explicada por fatores de ordem econômica, como a redução da oferta e aumento da demanda, além da expectativa de incorporação dos custos ambientais aos preços dos combustíveis fósseis, por meio de tributos punitivos, a exemplo das taxas de poluição em discussão no atual contexto.



Fonte: GAZZONI, D. L. apud MAPA, SPA, EMBRAPA (2005).

Figura 2 – Evolução dos preços internacionais do barril de petróleo e previsões acerca do terceiro choque do petróleo.

O Estado argumenta que a tendência de alta dos preços do petróleo será agravada por conflitos regionais e pelas preocupações com as mudanças climáticas globais, uma vez que a causalidade do aquecimento global é atribuída às altas concentrações de gás carbônico observados na atmosfera, provenientes, principalmente, da combustão dos combustíveis fósseis. Todos esses problemas intensificam a necessidade de se investir em fontes alternativas ao petróleo, especialmente as fontes oriundas de biomassa.

O fato de se ressaltar uma necessidade imputa numa solução, que funciona como uma espécie de imposição, de violência, uma vez que a solução proposta, do ponto de vista social, pode não ser a mais apropriada para o conjunto da sociedade como um todo. Para resolver o problema referente ao aumento dos preços de petróleo haveria inúmeras alternativas, como a opção proposta por Melo & Fonseca (1981) nos períodos do primeiro e segundo choque do petróleo, quando o Brasil enfrentou o mesmo dilema: investir no transporte coletivo para reduzir a demanda de combustíveis ou, então, promover alterações significativas no modelo viário de transportes no país, substituindo parte do sistema rodoviário pelo ferroviário e hidroviário, que são mais econômicos e eficientes. Outra medida

importante poderia se encaminhar para o estímulo da utilização de bicicletas, ao invés dos carros, para percursos de curta distância. Ou ainda, a expansão e o aprimoramento das energias renováveis como a eólica e a solar.

Além de destacar a necessidade de alterar a matriz energética mundial, o Estado procura justificar suas ações e, assim, legitimá-las junto à sociedade, com a exposição das vantagens decorrentes da utilização dos biocombustíveis. Para tanto, num segundo momento, o Plano Nacional de Agroenergia fez um diagnóstico das possibilidades que se abrem para o Brasil, caso o país invista na produção de agroenergia. O Estado também aborda os aspectos positivos do programa, como os relacionados à captação e redução das emissões de gás carbônico na atmosfera e as oportunidades de negócios advindas com o aumento da demanda de biocombustíveis – devido à necessidade dos países desenvolvidos atenderem aos acordos de redução das emissões de gás carbônico, firmados no Protocolo de Quioto (MAPA, SPA, EMBRAPA, 2005).

A agricultura é colocada como a opção mais viável pelo fato de o Brasil ter alcançado o domínio tecnológico para a produção de álcool combustível a partir da cana-de-açúcar. Num contexto de tendências de alta dos preços do petróleo, a produção de biocombustíveis, em especial do álcool combustível, é economicamente viável porque o custo de produção fica menor do que o da gasolina. Ademais, a agroenergia, sendo uma fonte considerada renovável proveniente da agricultura, não sofreria riscos de escassez com o tempo, como ocorre com os combustíveis derivados de carbono fóssil. Outra vantagem ressaltada está associada às grandes dimensões do país, que possibilita aumentar o cultivo de culturas energéticas sem afetar a produção de alimentos.

A segunda função do discurso oficial ficou a encargo do documento intitulado Diretrizes de Política de Agroenergia (MAPA, MCT, MME, MDI&CE, 2005), no qual foram especificadas as condições necessárias para a implementação do Plano Nacional de Agroenergia e as funções e características da política de estímulo à produção de agroenergia, bem como as ações públicas necessárias para a criação do programa, inclusive as regimentares que abordam a legislação e os mecanismos de incentivo a essa produção. Dentre as diretrizes defendidas na política de agroenergia, estão: o comprometimento de que a produção de alimentos para o consumo interno não deve ser afetada pela ampliação dos cultivos agroenergéticos; a produção de biocombustíveis deve seguir as premissas de preservação ambiental em todas as fases do processo produtivo; e que a geração de divisas decorrentes do aumento das exportações de biocombustíveis impulsionará o desenvolvimento do país. Tal desenvolvimento suscita a promessa da sustentabilidade com a sua interiorização

no país, à geração de empregos, a inclusão social dos agricultores familiares como beneficiários da política de agroenergia, a redução das disparidades regionais e a fixação das populações no seu meio social.

Já na segunda edição revisada do PNA (MAPA, SPA, 2006), O discurso oficial incumbiu-se de demonstrar as realizações do Estado no sentido de aumentar a produção de agroenergia. Dentre as ações empreendidas para se atingir os objetivos propostos no programa agroenergético, foram ressaltadas a criação do Programa de Pesquisa em Agroenergia, a criação de parcerias institucionais para elaborar e executar o Programa Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Agroenergia, a criação da EMBRAPA Agroenergia, bem como os avanços em relação à criação do mercado internacional de biocombustíveis.

Em suma, segundo o ponto de vista oficial, o Brasil e o mundo encontram-se numa eminente insuficiência energética e reconhece-se a necessidade de se intensificar a produção de energia. Sendo assim, elegeu-se a produção de agroenergia a partir da biomassa como a opção mais viável, não somente sob o ponto de vista de produção de energia, mas também em função de seus impactos socioambientais. A solução proposta é tida como um dos pilares que irá estimular o desenvolvimento do país, tanto economicamente como sócio-ambientalmente, como expõe o ministro do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento:

> A agroenergia é uma das prioridades do nosso ministério. Deriva da necessidade crescente de energia como insumo para o desenvolvimento de nossa sociedade [...]. A agricultura é a alternativa viável, do ponto de vista econômico, social e ambiental, para a geração de energia renovável. [...] A produção de agroenergia [...] apresenta vantagens ambientais, e gera renda e emprego no setor rural. Em outras palavras, promove o desenvolvimento sustentável do interior do Brasil, em especial nas regiões remotas. (MAPA, SPA, EMBRAPA, 2005, p. 3)

Para mascarar as contradições presentes na proposta do programa, o Estado utiliza o conceito de desenvolvimento sustentável. Segundo Scotto et al. (2007), o conceito de desenvolvimento sustentável está fundamentado na crença de um crescimento econômico dentro de uma lógica de mercado. Assim, essa forma de desenvolvimento segue anunciando um futuro de oportunidades comuns, um mundo de maior eqüidade social e equilíbrio ambiental, sem abrir mão da idéia de que isso só pode ser obtido com mais crescimento econômico.

Segundo os autores, o conceito de desenvolvimento sustentável expressa as expectativas de uma reformulação no ideário do progresso, buscando responder, de alguma forma, às críticas sociais e ecológicas que surgiram ao longo do tempo, em função das implicações negativas decorrentes do ideário desenvolvimentista. Portanto, estão instaurados os pressupostos necessários para a introdução de um novo ideário, de uma nova ideologia: a ideologia do desenvolvimento sustentável. O fato de o desenvolvimento sustentável se apresentar com essas características torna-o de fácil assimilação por setores da sociedade que são adversários históricos, em termos de projetos políticos – organizações ambientais, movimentos sociais, empresários, dentre outros –, na medida em que sintetiza os ideais de vários agentes sociais numa única proposta.

De acordo com Bourdieu (1998a), o discurso ideológico consiste em extrair sua eficácia da duplicidade, da contradição que busca exprimir legitimamente o interesse do povo, ao mesmo tempo em que dissimula ou que o trai. O reconhecimento prático dos interesses dos quais o locutor é porta-voz, bem como da forma particular de censura que veda a expressão direta de tais interesses, dá acesso direto àquilo que o discurso quer dizer. É preciso compreender o que está além das palavras proferidas e escritas, ou seja, levar em consideração os interesses particulares defendidos pelos locutores, que nem sempre estão explícitos.

A violência contida em todo discurso ideológico, baseia-se no desconhecimento que consegue fazer com que seus ouvintes tratem tal discurso como os locutores querem. Uma dada produção ideológica é tanto mais bem-sucedida quanto mais for capaz de desqualificar qualquer um que tente reduzi-la à verdade objetiva. E, a enunciação da verdade oculta no discurso escandaliza porque diz a última coisa a ser dita (BOURDIEU, 1998a).

Nesse sentido, a ideologia do desenvolvimento sustentável é uma das armas utilizadas pelo Estado para o exercício de sua violência, que se dá pela imposição de um ponto de vista, ou seja, de um consenso de que o que se anuncia é bom para todos. No plano de agroenergia, os argumentos utilizados para a promoção do desenvolvimento sustentável apóiam-se principalmente em aspectos sociais e ambientais relacionados à produção de biocombustíveis.

A agroenergia é colocada como a solução mais viável por ser uma fonte energética sustentável, no sentido de ser uma fonte teoricamente infinita, ou melhor, auto-sustentável, já que é reproduzida pela natureza. A sustentabilidade também é enfocada sob uma perspectiva econômica, uma vez que apresenta maior estabilidade quanto ao preço e ao

suprimento da oferta, além do menor risco de desabastecimento em decorrência de disputas de poder.

O Estado defende que a energia mais viável atualmente seria o gás natural, por ter maior capacidade de expansão e ser mais "limpa" do que o petróleo. Porém, o gás natural apresenta os mesmos inconvenientes do petróleo em termos de insegurança quanto à oferta. Estima-se que a produção de petróleo deverá cair nos Estados Unidos da América, aumentando a dependência energética dos países que compõem a OPEP. Esse contexto de insegurança traz turbulências ao mercado, com disputas políticas e possibilidades de interferências de dirigentes locais, que ocasionalmente podem descumprir os contratos de fornecimento, tornando os preços instáveis e o suprimento da demanda incerta.

Em meio a esse contexto de turbulência, busca-se uma fonte energética que seja segura ou, como afirmam alguns agentes autorizados do Estado, "mais sustentável", na medida em que tenha preços mais estáveis, que não sofra influência de cartéis e de lideranças locais, e que disponha de uma oferta mais constante. Dessa forma, o termo "sustentável" restringe-se a sustentabilidade do desenvolvimento, que tem como foco os pressupostos do crescimento econômico. Portanto, o termo desenvolvimento sustentável surge como uma nova ideologia a serviço da dominação. Nesse sentido, a atual política agroenergética do Estado está imbuída de um conjunto de ideais e valores condizentes com o enfoque do desenvolvimento sustentável com o intuito de conferir legitimidade às ações estatais de estímulo à produção de biocombustíveis, a partir da biomassa, principalmente da cana-de-açúcar.

As políticas de estímulo à produção de álcool combustível promovidas no contexto do PROALCOOL inseriram o estado de Goiás no circuito da produção de cana-de-açúcar para obtenção de etanol. E novamente, por meio da atual política agroenergética, o Estado está impulsionando a expansão da cultura canavieira em Goiás. A cana vem adentrando em áreas de pastagens, culturas anuais e áreas de agricultura familiar. Essa situação é particularmente visível no Território Rio Vermelho – região goiana reconhecida pela importância da agricultura familiar –, onde há duas agroindústrias canavieiras implantadas, uma em Carmo do Rio Verde e outra em Itapuranga, a qual entrou em funcionamento em 2005. Ademais, outras três agroindústrias já foram aprovadas para receber investimentos, e encontram-se em fase de regularização para implantação nos municípios de Itaberaí, Uruana e Cidade de Goiás.

2.2 Agroindústrias canavieiras: Goiás e Itapuranga

As primeiras agroindústrias canavieiras foram implantadas no território goiano durante a vigência do Estado Novo (1937 – 1945), e tinham por objetivo contribuir para a política de interiorização predominante nesse período, que visava à fixação da população na região Sudoeste do Estado (SANTOS, 1987).

De acordo com a autora, por volta de 1960/61 havia quatro agroindústrias em funcionamento em Goiás, localizadas nos municípios de Catalão, Ceres, Goianésia e Santa Helena. No entanto, com o Decreto Lei 1.186 de 27 de agosto de 1971 que concedia estímulos a fusão, incorporação e realocação de unidades industriais açucareiras, as cotas relativas às agroindústrias de Catalão e Ceres foram transferidas para o estado de São Paulo, já que situavam na mesma região geoeconômica (Centro-Sul) – conforme determinação prevista no Art. 4º do referido decreto. Em conseqüência, houve ampliação da capacidade de produção das agroindústrias de Goianésia e Santa Helena que passaram a operar com exclusividade no território goiano até 1980. Mesmo assim, até por volta de 1973, a produção de açúcar do Estado não correspondia as expectativas mínimas de produção, isso começou a mudar no ano seguinte com o aumento dos preços do açúcar ditado pelo mercado internacional – apesar da produção goiana ser voltada para o mercado interno. Estimulados pelo aumento dos preços, os usineiros intensificaram o plantio de cana própria, já que os agricultores da região não tinham interesse, nem dispunham de tecnologia para o plantio da cana, além do mais, as culturas de grãos ofereciam maior rentabilidade nessa época.

Contudo, nas décadas seguintes, a produção canavieira permaneceu pouco relevante. A situação só se alterou a partir de 1980, em função dos estímulos estatais instituídos na segunda fase do PROALCOOL, ocasião em que houve aumento do peso das destilarias autônomas na produção de álcool e a alteração geográfica da produção alcooleira nacional. Assim, os Estados da região Centro-Oeste, sem tradição no setor sucroalcooleiro, passaram a ter relativo destaque.

Em Goiás, uma análise dos dados da época confirma a evolução da área cultivada com a cultura da cana-de-açúcar. A área colhida de cana passou de 8,5 mil ha, em 1975, para 77,2 mil ha, em 1985, um aumento percentual de 800% e, a quantidade de cana produzida passou de 338 mil para 706 mil toneladas, entre 1975 e 1980, um acréscimo da ordem de 109%, conforme dados apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 - Evolução absoluta e percentual da produção de cana-de-açúcar (t) e área colhida (ha) no estado de Goiás entre 1970 a 1985.

Ano	Aumento absoluto		Aumento percentual		
	Produção (t)	Área colhida (ha)	Período	Produção (t)	Área colhida (ha)
1970	219.530	9.824	1970/75	55%	-12%
1975	338.688	8.590	1975/80	109%	46%
1980	706.146	12.572	1980/85	529%	514%
1985	4.439.246	77.196	1970/85	1922%	686%

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

Segundo Andrade (1994), Goiás oferecia como vantagens aos capitais o baixo preço das terras, o clima quente e úmido com alternância entre uma estação seca e úmida, com temperaturas elevadas. Além de disponibilidade de força de trabalho e a disposição dos proprietários, pecuaristas e produtores de grãos de se tornarem plantadores de cana.

Santos (1987), de posse dos dados da Comissão Executiva Nacional do Álcool (CENAL), observou que, a partir de 1981, iniciou-se um processo de expansão da agroindústria canavieira no Estado atingindo, em 1984, um total de dezesseis destilarias em pleno funcionamento, localizadas nos municípios de Serranópolis, Santa Helena de Goiás, Maurilância, Acreúna, Jandaia, Ipameri, Inhumas, Itapuranga, Carmo do Rio Verde, Formosa, Rubiataba, Itapaci, Uruaçu, Alto Paraíso e duas unidades em Goianésia. Havia ainda oito unidades em fase de implantação, além de um projeto e vinte duas cartas-consulta em análise na CENAL. Cabe destacar o predomínio de destilarias autônomas nesse período.

Até a safra 1974/75, a produção de álcool do estado de Goiás era incipiente, como pode ser observado na Tabela 2. Mas, a partir de 1983, o crescimento da produção de álcool foi intenso, de modo que Goiás foi responsável por 6,9% do total da produção nacional, tornando-se o segundo produtor brasileiro, superado apenas pelo estado de São Paulo. O aumento da produção de álcool foi acompanhado pela concomitante redução da produção de açúcar.

Tabela 2 - Total de cana processada e produção de álcool e açúcar produzidos no estado de Goiás no período de 1970 a 1980.

Safra	Cana processada (mil toneladas)	Álcool (mil m³) (anidro e hidratado)	Açúcar (mil toneladas)
1970/71	131	1,02	3,31
1974/75	274	1,84	23,79
1979/80	356	7,44	24,84
1983/84	182	154,10	7,71
1984/85	3.665	256,12	14,84
1988/89	4.468	325,38	0,00

Fonte: MAPA, 2007.

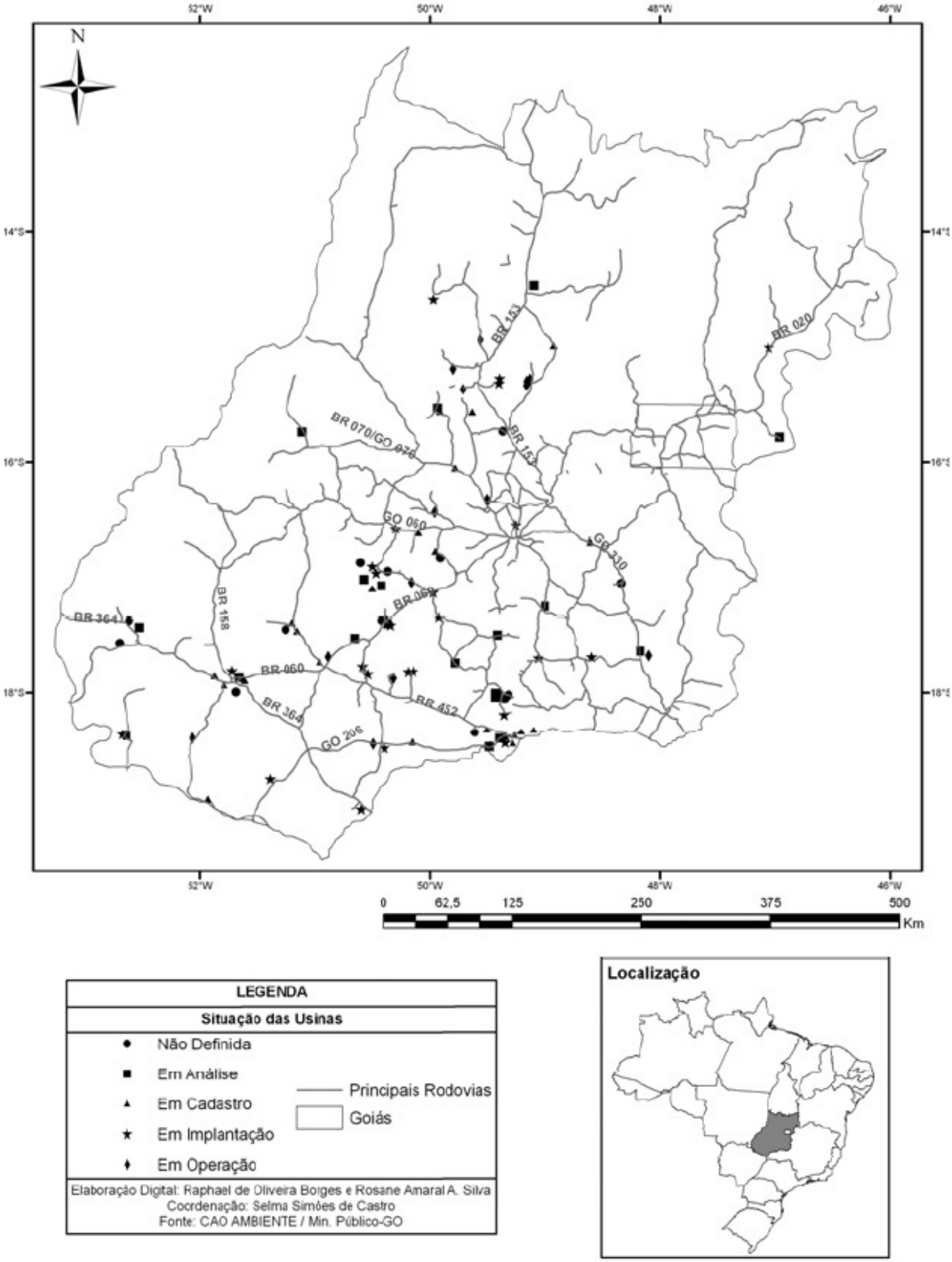
No contexto atual, com a retomada das políticas agroenergéticas, o estado de Goiás emerge novamente como um dos centros de produção da cana-de-açúcar. Isso ocorre porque o setor canavieiro – preocupado com os inconvenientes econômicos relacionados à expansão de monoculturas canavieiras, especialmente em São Paulo, onde metade das terras agricultáveis está coberta pela cultura da cana-de-açúcar – demanda do Estado brasileiro ações no intuito de reverter o processo de concentração espacial da produção de cana, com uma melhor distribuição entre os outros estados da federação. Sendo assim, o setor reclama do poder público ações e investimentos em infra-estrutura para escoamento da produção no interior do país, esperando aumentar a atratividade de Estados, localizados fora das áreas tradicionalmente canavieiras, para implantação de projetos sucroalcooleiros. O Centro-Oeste e o Meio Norte, que contempla o estado do Tocantins, Sul do Maranhão e o Piauí, destacam-se como novos eixos de produção canavieira (MAPA, SPA, EMBRAPA, 2005).

A atratividade do estado de Goiás ainda decorre do baixo preço das terras, em relação aos da região Sudeste, das condições climáticas favoráveis, somados aos incentivos fiscais e à localização geográfica que facilita o escoamento da produção. Ademais, a topografia plana das terras goianas facilita a mecanização da colheita, diminui os custos de produção e evita a queima da cana, condições essas que atendem às exigências ambientais e econômicas colocadas pelo setor agroindustrial (TEIXEIRA et al., 2007).

Considerando o zoneamento agroclimático, referentes às condições térmicas e hídricas propícias ao cultivo da cana no estado de Goiás, observa-se que aproximadamente 95% dos terrenos de Goiás são favoráveis ao cultivo da cana de açúcar. Entretanto, o Centro - Sul Goiano pode apresentar algum grau de risco em relação à disponibilidade hídrica,

sobretudo se o plantio da cana ocorrer na época seca (maio, junho). Castros et al. (2008), ressaltam que a prática da fertirrigação pode acentuar os riscos de déficit hídrico, devido ao fato da alta porosidade do solo facilitar a infiltração deste no lençol freático. Em relação ao zoneamento da aptidão agrícola, observa-se que mais da metade do território goiano (cerca de 60%) são propícias ao cultivo da cana, quando se leva em consideração os declives dos terrenos e os potenciais dos solos – principalmente a latossolos, argissolos e cambissolos –, excluídas as Unidades de Conservação e as Áreas Prioritárias para Conservação.

Nos últimos três anos houve uma elevada expansão no número de agroindústrias em Goiás. Em 2005 eram menos de 20 agroindústrias implantadas. No ano de 2006, já haviam 34 agroindústrias implantadas e mais 4 estavam em fase final de licenciamento. Em 2007 eram 100 agroindústrias, das quais 25 estão em operação, 23 estão em fase de implantação, 16 em análise, 21 em fase de cadastramento e 15 em que os dados disponíveis não permitem defini-las, conforme apresentado na figura 3 (CASTRO et al., 2008).



Fonte: Castros et al. (2008)

Figura 3 – Distribuição das 25 agroindústrias em operação, das 23 em fase de implantação, das 16 em análise, das 21 em fase de cadastramento e das 15 não definidas.

O Centro-Sul Goiano concentra o maior número de empreendimentos canavieiros. Nas duas mesorregiões Centro e Sul Goiano encontram-se 95 das 100 agroindústrias. Há uma notável densidade de agroindústrias na mesorregião Sul Goiano que concentra 74% dos empreendimentos. Deste total, quase a metade, cerca de 33 empreendimentos já se encontram em fase de operação e implantação, com destaque para as microrregiões: Meia Ponte, Sudoeste e Vale do Rio dos Bois, que reúnem 63 das 74 listadas. Em seguida aparece a mesorregião Centro Goiano com 21 usinas, destas mais da metade estão localizadas na microrregião de Ceres (Tabela 3). Os municípios de Itumbiara, Paraúna, Jataí, Goiatuba e Acreúna concentram número significativo de agroindústrias canavieiras e de projetos de implantação de novas agroindústrias. Esses municípios concentram um terço das agroindústrias do Estado, a maioria em fase de licenciamento (CASTRO et al., 2008).

Tabela 3 - Localização das agroindústrias em operação, análise, cadastro e indefinidas previstas para o Estado de Goiás.

Mesorregião	Microrregião	Fase					
		Operação	Implantação	Análise	Cadastro	Indefinido	Total
Leste Goiano	Entorno do Distrito Federa	0	1	1	0	0	2
Noroeste Goiano	Rio Vermelho	0	0	1	0	0	1
	São Miguel do Araguaia	0	1	0	0	0	1
Norte Goiano	Porangatu	0	0	1	0	0	1
Sul Goiano	Catalão	1	0	1	0	0	2
	Meia Ponte	5	7	5	4	3	24
	Pires do Rio	0	0	0	1	1	2
	Quirinópolis	1	3	1	1	1	7
	Sudoeste de Goiás	5	3	3	6	4	21
	Vale do Rio dos Bois	4	4	1	5	4	18
	Subtotal	**16**	**17**	**11**	**17**	**13**	**74**
Centro Goiano	Anápolis	2	0	0	1	1	4
	Anicuns	1	1	0	1	0	3
	Ceres	6	2	2	2	0	12
	Goiânia	0	1	0	0	1	2
	Subtotal	**9**	**4**	**2**	**4**	**2**	**21**
	Total Geral	**25**	**23**	**16**	**21**	**15**	**100**

Fontes: SEFAZ, 2006 e SEPLAN,2006

A produção de cana-de-açúcar no Estado vem crescendo nos últimos anos, passou

de 6,8 milhões de toneladas, em 1990, para 18,2 milhões de toneladas, na safra 2006, conforme dados da CONAB (2007). Um crescimento da ordem de 325% se comparados com a safra de 1985. No ano de 2004, a produção canavieira em Goiás expandiu 8,47%, devido às boas cotações dos seus principais derivados – o açúcar e o álcool –, influenciados, principalmente, pelo aumento das exportações de açúcar e pela elevação na demanda por álcool combustível no mercado interno. Essa demanda foi estimulada pelo aumento das vendas de carros bicombustíveis ou *flex Power*. Na safra 2007/08 as 25 agroindústrias canavieiras, em operação no Estado, processaram 21 milhões de toneladas de cana, que redundaram em 952 mil toneladas de açúcar e 749.818 mil litros de álcool (UNICA, 2008). A cultura canavieira ocupou, no ano de 2006, 234,9 mil hectares de área plantada somente no estado de Goiás, o que corresponde a 0,8% da área total do território e representa 3,8% da plantação nacional (IBGE, 2008).

Em 2006, 32% da produção de cana-de-açúcar foram destinados à produção de açúcar e 53% para a produção de álcool. O estado de Goiás foi o quarto maior produtor nacional de álcool em 2005 e, a expectativa é de que, em 2010, o estado se torne o segundo produtor nacional. Em cinco anos, a produção cresceu 105%, ficando acima da média nacional. A produção acumula alta de 153,3% nos últimos dez anos, o que permitiu ao Estado alcançar a auto-suficiência na produção de álcool. Em 2005, observou-se um aumento da produção da ordem de 36% em relação a 2004 – foram produzidos 803,21 milhões de litros de álcool, que correspondem a 4,6% da produção nacional (ANP, 2007). De acordo com a Seplan/Sepin (2008), a produção de cana-de-açúcar do Estado passou de 10,050 milhões de toneladas no ano de 2000, para 22,050 milhões no ano de 2007.

O Estado está investindo em tecnologia para se tornar mais competitivo e vem concedendo incentivos fiscais ao setor por meio dos programas Fomentar e Produzir (SEPLAN, 2006). O Governo prevê que, até 2020, estejam em funcionamento 120 agroindústrias de cana-de-açúcar no Estado, implicando num incremento de quase 50% do PIB goiano nos próximos anos, ou seja, um aumento da renda total em torno de R$ 26,4 bilhões. Em termos de arrecadação de ICMS/ano, espera-se um aumento da ordem de R$ 13,8 milhões por agroindústria, sendo que o total recolhido das 120 agroindústrias equivalerá aproximadamente a R$ 1,66 bilhão por ano, proporcionando um aumento de 30% na arrecadação anual de ICMS do Estado[23].

Com o mercado favorável, o grande gargalo da produção em Goiás é a logística.

[23] Para maiores informações consultar entrevista concedida pelo governador Alcides Rodrigues ao jornal Diário da Manhã - Goiânia/GO (10/12/2007).

A preocupação com esse entrave no escoamento da produção levou a Petrobrás a anunciar a construção do primeiro alcoolduto brasileiro. A obra, orçada no valor de R$ 4 bilhões, virá da parceria entre a Petrobras, a trading japonesa Mitsui e o setor privado. A parceria prevê ainda a construção de 40 destilarias de álcool, a maioria no entorno, entre a ponta e o meio do alcoolduto, abrangendo os estados de Goiás, Tocantins, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O duto será capaz de transportar até seis bilhões de litros de álcool, reduzindo os custos de transporte e facilitando a exportação de combustível. A previsão é de que o alcoolduto esteja em funcionamento já em 2010. A tubulação se estenderá por cerca de 1.150 quilômetros e ligará o terminal Senador Canedo - GO à refinaria de Paulínia - SP e seguirá até o porto de São Sebastião, localizado no litoral paulista, de onde o produto poderá ser exportado para os EUA e Ásia.

Como já foi dito, o Estado brasileiro destaca as vantagens da produção de agroenergia não somente sob o ponto de vista econômico, mas também em função de seus impactos socioambientais (MAPA, SPA, EMBRAPA, 2005). No entanto, ainda não há estudos que comprovem que a agroindústria canavieira cumpre estas incumbências atribuídas pelo Estado. Até o momento, observa-se certa carece de pesquisas científicas esclarecedoras acerca da sustentabilidade das agroindústrias canavieiras implantadas no estado de Goiás. Estes estudos são um aporte necessário para fazer a mediação entre o discurso teórico e a realidade praticada. Há indícios de que os benefícios econômicos advindo da implantação de empreendimentos canavieiros nos municípios goianos nem sempre se revertem em ganhos sociais e ambientais, como é o caso dos municípios de Jandaia e Turvelândia que, embora estejam entre os dez municípios com maiores PIB *per capita* do Estado possuem os piores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal. Os descompassos se agravam com as inúmeras denuncias de trabalho escravo no corte da cana em Goiás[24]. Sobre os cortadores de cana, ainda convém ressaltar as condições de sobrevivência subumanas a que ficam submetidos durante vários meses nos alojamentos.

Ademais, o governo prevê que a expansão da cultura da cana-de-açúcar em Goiás se dará basicamente em áreas de pastagens. Porém, observando no mapa (Figura 3) a distribuição geográfica dos projetos para a instalação de agroindústrias no Estado, pode-se constatar que dois terços da produção canavieira estão concentrados na bacia do rio Paranaíba, e a tendência é que a cana substitua, especialmente, áreas já consolidadas de produção agrícola – com a soja e o milho –, aproveitando a infra-estrutura já existente. Assim,

[24] Para maiores informações consultar os Jornais Radiobras (09/06/2006) e Repórter Brasil (27/07/2007).

as culturas de soja e milho seriam empurradas para as regiões Norte e Noroeste do Estado. Há evidências de que a cultura da cana-de-açúcar também adentre áreas de predominância da agricultura familiar, situação já visível em alguns municípios goianos, como em Itapuranga, município onde foi realizado o presente estudo de caso.

Como ressaltado acima, a partir de 1981, no contexto da segunda fase do PROALCOOL, foi instalada no município de Itapuranga a agroindústria canavieira PITE S/A. Sendo assim, muitos agricultores familiares de Itapuranga, juntamente com a população do município, já conviveram com a expansão da cultura canavieira. A maioria dos entrevistados percebe essa experiência como negativa, conforme relata uma representante da Cooperativa dos Agricultores familiares de Itapuranga: "[...] nós já tivemos uma antiga experiência com a PITE, diziam que ia ser um negócio duradouro e nós só tivemos problemas, eu lembro [...] que muita gente afundou com essa agroindústria". O relato de um agricultor familiar integrado à atual agroindústria também atesta essa realidade: "[...] aqui já tinha o problema da PITE. Era só falar de cana que as pessoas tinham medo, porque aquilo [PITE S/A] só foi para atrapalhar a cidade". São recorrentes as afirmações de que a agroindústria PITE S/A não era uma empresa séria e só se instalou no município para ter acesso aos recursos estatais, que eram fartos e de fácil aquisição para a atividade canavieira. Vários agricultores relataram que tiveram prejuízos ao plantar cana para a agroindústria.

Os noticiários da época confirmam os problemas enfrentados pelos fornecedores de cana de Itapuranga. Os impasses referiam-se, principalmente aos atrasos no pagamento dos fornecedores e aos descontos de ate 85% sobre o preço bruto da cana entregue pelos produtores – descumprindo assim, as determinações do Instituto do Açúcar e do Álcool. Esse foi o saldo negativo da primeira safra de cana colhida em Itapuranga. Em conseqüência, entre as safras 1983/84 e 1984/85, houve uma redução significativa, na participação dos fornecedores na produção de cana para referida agroindústria, sendo que a área plantada por estes passou de 3.014 ha para 1.514 ha, conforme publicado no Jornal Diário da Manhã – Goiânia, em 23/01/1983 (SANTOS, 1987). Esses fatores, aliados ao contexto político nacional[25], determinaram a desativação da agroindústria ainda na década de 1980.

E, novamente, o Estado, por meio da atual política agroenergética está contribuindo para a retomada das atividades da agroindústria canavieira de Itapuranga. No momento, o Grupo Farias – Vale Verde Empreendimentos Agrícolas Ltda. alugou as instalações da antiga PITE S/A. Esse grupo atuava desde os tempos do PROALCOOL na Região

[25] Segundo Vian (2007), a crise econômica que atingiu o país, a partir de 1985, também atingiu a produção canavieira goiana, sobretudo depois da estabilização do preço do petróleo.

Nordeste, especialmente no estado do Rio Grande do Norte. Percebendo as potencialidades produtivas e ambientais, além dos incentivos fiscais, o Grupo Farias resolveu instalar algumas unidades agroindustriais no estado de Goiás. Em 2007, quando se fazia o levantamento dos dados da pesquisa, a agroindústria canavieira Vale Verde estava efetuando a primeira moagem de cana no município. Portanto, a re-introdução da cultura canavieira em Itapuranga está em processo de consolidação. O novo contexto socioeconômico delineado pela cana está permeado de polêmicas e incertezas, em virtude das transformações que a agroindústria canavieira desencadeia no município e, principalmente, na vida dos agricultores familiares que se integram à agroindústria.

2.3 Os Agricultores familiares de Itapuranga: processos de transformação

Segundo Bourdieu (1997), não há como estabelecer a lógica do mundo social, a não ser por meio do estudo particular de uma realidade empírica, historicamente situada e datada. Mas, apesar de todo o esforço, é impossível estabelecer uma realidade "exata", permitindo apenas uma aproximação da realidade, o mais fidedigna quanto possível. Para melhor compreender as relações sociais tecidas entre a agroindústria canavieira e os agricultores familiares, experimentadas no contexto da nova política agroenergética brasileira, estudou-se a realidade dos agricultores familiares de Itapuranga. O município pertence ao território do Vale do Rio Vermelho[26] e está localizado na mesorregião Centro Goiano[27] e microrregião de Ceres[28]. Ocupa uma área de aproximadamente 1.277,160 km² – segundo Resolução nº. 05, de 10/10/2002, o que corresponde a 0,38% da área total do estado de Goiás. O município é formado pelos Distritos de Cibele e Diolândia e pelos aglomerados rurais de Lages e São José (IBGE, 2007, SEPLAN, 2007).

A origem de Itapuranga remonta à fase do ciclo do ouro. No período compreendido entre o apogeu e a decadência do ouro, a região serviu como local de passagem

---

[26] Os municípios que compõem o Território do Vale do Rio Vermelho são: Buriti de Goiás, Carmo do Rio Verde, Goiás, Guaraíta, Heitoraí, Itaberaí, Itaguari, Itaguaru, Itapirapuã, Itapuranga, Morro Agudo de Goiás, Mossâmedes, Sanclerlândia, Taquaral de Goiás e Uruana.

[27] Os municípios que compõem a mesorregião do Centro Goiano são: Goiás, Guaraíta, Heitoraí, Itaberaí, Itaguari, Itaguaru, Itapuranga, Aruanã, Araguapaz, Matrincha, Faina, Itauçu, Araçu, Inhumas, Caturaí, Brazabrantes.

[28] Os municípios que compõem a microrregião de Ceres são: Barro Alto, Carmo do Rio Verde, Ceres, Goianésia, Guaraíta, Guarinos, Hidrolinatapaci, Itapuranga, Morro Agudo de Goiás, Nova América, Nova Glória, Pilar de Goiás, Rialma, Rianápolis, Rubiataba, Santa Isabel, Santa Rita do Novo Destino, São Luiz do Norte, São Patrício, Uruana.

entre os arraiais onde ele foi encontrado. Segundo Brandão e Ramalho (1986), os municípios do entorno da Cidade de Goiás, dentre eles Itapuranga, foram utilizados durante dois séculos apenas como caminhos, não tendo um grande significado econômico. Somente no ano de 1933 foi requerido, por frades dominicanos sediados na cidade de Goiás, o título de posse das terras devolutas localizadas na margem esquerda do Ribeirão Canastra, para a formação de um patrimônio. O povoado nascente recebeu o topônimo de "Xixá" – árvore típica da região. Em 1943, o povoado figurava com a categoria de distrito, criado com a denominação de Xixá, pertencente ao município de Goiás. A lei nº. 748, de 03/07/1953, elevou o povoado de Xixá à categoria de município, com a denominação de Itapuranga.

O desmembramento de parte do município de Goiás resultou na criação do município de Itapuranga, ensejado no contexto da "Marcha para o Oeste", programa promovido pelo Estado, o qual acelerou o crescimento populacional da região. Como parte do programa "Marcha para Oeste", foi criada, em 1940, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) em terras doadas pelo Governo do Estado, incumbido da distribuição de lotes a agricultores "reconhecidamente pobres, trabalhadores e disciplinados", que variavam de 26 a 32 hectares. A criação da CANG impulsionou a integração econômica, principalmente da região situada ao norte e oeste da cidade de Anápolis, sendo que o oeste encontravam-se os núcleos populacionais que dariam origem ao então município de Itapuranga. A existência de terras inexploradas, devolutas, férteis, cobertas de matas, em grande parte despovoada e a preços acessíveis, atraiu para a região tanto lavradores pobres como especuladores e proprietários que dispunham de capital. Durante a década de 1940, a região acolheu migrantes provenientes de São Paulo e, principalmente, de Minas Gerais (CAMPOS, 2004).

De acordo com Lunardi (1999), muitos migrantes que se estabeleceram em Itapuranga, no contexto da "Marcha para o Oeste", tornaram-se arrendatários, parceiros ou agregados, como condição de reprodução social. Com o tempo, alguns agricultores tornaram-se proprietários de pequenos lotes de terra, dando início à atual conformação do município, marcada pela forte predominância de agricultores familiares estabelecidos em pequenas propriedades.

Com base em dados do Censo Agropecuário de 1996, verifica-se que, em Itapuranga, o percentual de estabelecimentos enquadrados na categoria familiar atinge 91,8%. Embora sendo a maioria, os estabelecimentos familiares ocupam apenas 58,4% da área total do município, revelando uma elevada concentração fundiária (Tabela 4). Apesar de os estabelecimentos familiares de Itapuranga ocuparem uma área reduzida, são responsáveis por

R$ 9.158 mil ou 64,7% do Valor Anual Bruto da Produção Agropecuária[29] (VABP) total do município. Em Itapuranga, o VABP por estabelecimento foi de R$ 4.939,59, e de R$ 140,00 por hectare (MDA, SDT, 2006).

Tabela 4 - Número de estabelecimentos rurais, área (ha), e relação percentual, segundo as categorias Familiar e Patronal[30] – 1996.

Município	Familiares		Patronal	
	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área
Itapuranga	1.854 (nº.)	65.262 (ha)	165 (nº.)	46.479 (ha)
Itapuranga (%)	91,8	58,4	8,2	41,6

FONTE: Censo Agropecuário 1995/1996, IBGE. Elaboração: Convênio INCRA/FAO.

Itapuranga apresentava, em 2003, 82,97% dos imóveis rurais[31] classificados como pequenas propriedades. No entanto, ocupavam apenas 34,1% da área total dos imóveis rurais; 14,31% eram médias propriedades e 2,71% eram grandes propriedades que, embora se apresentassem em menor número, ocupavam 29,57% da área total dos imóveis rurais do município (Tabela 5). De acordo com o INCRA (2008), 94% dos imóveis rurais dos agricultores familiares existentes no Brasil enquadram-se como pequena propriedade.

[29] O Valor Anual Bruto da Produção Animal e Vegetal (VABP) é o índice que mede o desempenho da agricultura familiar. Ele é calculado a partir das seguintes variáveis: animais de grande e médio porte, aves e pequenos animais, lavouras permanentes, lavouras temporárias, fruticultura e horticultura, silvicultura e exploração florestal.

[30] Agricultura patronal refere-se aos estabelecimentos onde há uma completa separação entre gestão e trabalho sendo que o trabalho contratado é superior ao familiar. Além disso, ainda que estes dois critérios não sejam verificados, o estabelecimento é de agricultura patronal se a área for superior a que a família pode explorar com base em seu próprio trabalho associado à tecnologia de que dispõe. Ademais, no modelo Patronal a ênfase recai na especialização e nas praticas agrícolas padronizadas (DIEESE, NEAD, MDA, 2006).

[31] De acordo com o INCRA, é tido como imóvel rural, para fins de cadastro, o prédio rústico, de área contínua, formada por uma ou mais parcelas de terra, pertencente a um mesmo dono, que seja ou possa ser utilizada em exploração agrícola, pecuária, extrativismo vegetal ou agro-industrial, independente de sua localização na zona rural ou urbana do município, com a restrição de que o imóvel localizado na zona rural do município tenha área total superior a 5.000 m² (NEAD/MDA, 2006).

Tabela 5 - Imóveis rurais cadastrados no INCRA, no contexto do Brasil, do estado de Goiás e do município de Itapuranga. Posição: Outubro / 2003.

ITAPURANGA	Módulo Fiscal[32]	Parâmetros	Imóveis rurais	
			Quantidade (%)	Área (%)
Pequena propriedade		De 0 a 80	82,97	34,07
Média propriedade	**20**	mais de 80 a 300	14,31	36,36
Grande propriedade		mais de 300	2,71	29,57

Fonte: INCRA. Estatísticas cadastrais: Elaboração DIEESE e SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica – 2005. Dados organizados pela autora.

Nota: 1 módulo fiscal = 0 – 4 ha / Pequena propriedade - até 4 módulo fiscal / Média propriedade - mais de 4,1 a 15 módulo fiscal / Grande propriedade - mais de 15,1 módulo fiscal.

Em estudo sobre a agricultura familiar do estado de Goiás, realizado em 1994, Caume (1997) informa que os agricultores familiares de Itapuranga utilizavam basicamente mão-de-obra familiar, contudo, em ocasiões de alta demanda de força de trabalho, contratavam principalmente trabalhadores temporários ou empregavam a prática de "troca de dias de serviço". Em algumas unidades de produção familiar, especialmente nas mais empobrecidas, que convivem com um excedente de força de trabalho decorrente da escassez dos meios de produção, alguns membros da família eram levados a vender sua força de trabalho para auxiliar na reprodução social da família. Com a renda auferida por meio do assalariamento, podiam quitar as dívidas contraídas no mercado, comprar gêneros alimentícios ou insumos necessários ao processo produtivo.

Os dados do Censo Agropecuário 1995/1996 revelaram que, dos 2.020 estabelecimentos agropecuários existentes no município de Itapuranga, 72,37% eram ocupados por responsáveis ou familiares não-remunerados, 8,45% eram empregados permanentes, 5,68% eram empregados temporários, 1,31% eram parceiros e 12,17% se encontram em outra condição.

[32] Entende-se por módulo fiscal a unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, levando-se em consideração: o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida com a exploração predominante, o conceito de propriedade familiar e outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda e da área utilizada. Assumindo-se que 1 módulo fiscal = 0 – 4 ha classifica-se como pequena propriedade os imóveis rurais que apresentam até 4 módulo fiscal; média propriedade os imóveis rurais que apresentam mais 4,1 a 15 módulo fiscal, e grande propriedade os imóveis rurais que apresentam mais de 15,1 módulo fiscal (NEAD/MDA, 2006).

Em Itapuranga, 1.663 estabelecimentos rurais[33], o que corresponde a aproximadamente 82,3%, eram exploradas por proprietários, 162 ou 8,0% eram explorados na condição de parceria, 125 ou 6,2 % na condição de ocupante e 70 ou 3,5% eram explorados na condição de arrendatários (SEPLAN/SEPIN, 2007).

No contexto da "modernização conservadora", os agricultores familiares de Itapuranga foram, aos poucos, incorporando instrumentos mecânicos no processo produtivo. Mas, permanece coexistindo diversos padrões tecnológicos no espaço rural, tendendo à utilização de instrumentos de tração animal. Entretanto, os agricultores processam mecanicamente o preparo do solo por meio da contratação de prestadores de serviços mecanizados. O dados da SEPLAN/SEPIN (2008) revelaram que, no ano de 2006, havia apenas 162 tratores no município de Itapuranga, distribuídos em 106 estabelecimentos rurais.

Em relação ao sistema de produção desenvolvido pelos agricultores familiares, Caume (1997) diferenciou no universo do município de Itapuranga um grupo de agricultores que desenvolvia a produção de culturas alimentícias e a pecuária diversificada e de pequena escala (gado de leite, porcos, galinhas). Nesse sistema produtivo, a exploração agropecuária era orientada para atender, principalmente, ao autoconsumo familiar e, num nível secundário, à comercialização mercantil. Outro grupo de agricultores destacado pelo autor se dedicava ao sistema integrado agricultura – pecuária, no qual a comercialização do produto final ganhava ênfase.

Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (MDA, SDT, 2006; MDA, SDT, SAF, 2007), a predominância da atividade pecuária em Itapuranga deve-se, dentre outros fatores, às condições do relevo da região, que vai do plano ao ondulado, com predominância de terrenos ondulados. A pecuária leiteira é uma atividade muito executada na região. Várias propriedades têm a produção leiteira como principal sistema produtivo, sendo de suma importância para a agricultura familiar, uma vez que é responsável por uma fatia considerável da renda dos agricultores.

---

[33] Entende-se por estabelecimento agropecuário, segundo o IBGE, todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processa uma exploração agropecuária. E, por proprietário, a condição do produtor que explora diretamente as terras de sua propriedade, inclusive por usufruto, enfiteuse, herança etc. Por arrendatário, entende-se a condição do produtor que toma terras de estabelecimento em arrendamento mediante o pagamento de quantia fixa em dinheiro ou sua equivalência em produtos ou prestação de serviços. Parceiro é a condição do produtor que explora o estabelecimento de terceiros em regime de parceria, mediante contrato verbal ou escrito, do qual resulta a obrigação de pagamento de um percentual da produção obtida ao proprietário. E ocupante, como sendo a condição do produtor que explora terras públicas, devolutas ou de terceiros (com ou sem consentimento do proprietário), nada pagando pelo seu uso (NEAD/MDA, 2006).

A Secretaria de Desenvolvimento Territorial distinguiu quatro tipos de pecuaristas na região. O primeiro é o especializado, que trabalha só com leite e algumas vezes com seus derivados. Esses agricultores investem em tecnologia (tanques de expansão, inseminação e silagem) e possuem um rebanho de melhor qualidade. O segundo tipo é o pecuarista misto, que cria bovinos tanto para leite como para corte. Normalmente, esse produtor é descapitalizado e investe pouco em tecnologias, sendo a renda do leite complementada pela venda de bezerros. Outro tipo é o produtor de leite e de frutas. Esse tipo pode ser encontrado mais recentemente, devido ao incentivo à produção de frutíferas, principalmente, maracujá, mamão e banana. O agricultor que se enquadra nessa tipologia continua tendo o leite como principal atividade. Há ainda um tipo de agricultor que desempenha uma agropecuária mista, que consiste em integrar as atividades de lavoura e pecuária (MDA, SDT, SAF, 2007).

No entanto, com a instalação da agroindústria canavieira em Itapuranga, as plantações de cana têm se expandido muito, provocando alterações na conformação produtiva do espaço rural. Em 2005, havia apenas 2.000 hectares plantados com cana-de-açúcar, já em 2007, a cultura da cana abrangia 9.500 hectares, ocupando 8,5% da área total do município. A perspectiva é de crescimento da área cultivada com cana-de-açúcar, o que acarretará transformações significativas na dinâmica organizacional e produtiva dos agricultores familiares. Observa-se uma transformação e/ou redefinição dos sistemas produtivos e, por conseqüência, uma reconfiguração nas redes de relações econômicas e sociais. Os quinze agricultores[34] que compõem a amostra desta pesquisa enquadram-se na categoria familiar, quando se toma como parâmetro o tamanho da área, a utilização de mão-de-obra familiar, a renda oriunda da atividade agrícola e a gestão do estabelecimento rural, conforme definição de agricultor familiar instituída pelo Estado no artigo 3 da lei nº. 11.326, de 24 de julho de 2006. Ademais, todos os agricultores familiares pesquisados em Itapuranga enquadram-se como pequenos proprietários, sendo que 73% deles possuem área inferior a 60 hectares (Tabela 6).

Dentre os agricultores familiares entrevistados, a maioria explora a terra na condição de proprietários. Porém, três agricultores, após cederem a sua terra para a agroindústria, passaram a arrendar pasto de outros agricultores para manter a criação de animais. Outro agricultor familiar, mesmo antes de se integrar à agroindústria, já cultivava produtos de subsistência em parceria com outros agricultores familiares, visando sanar o problema de escassez de terra.

[34] Sendo que desse total, onze agricultores familiares encontram-se integrados à agroindústria e os demais não estabeleceram contratos de integração.

Os estabelecimentos rurais pesquisados em Itapuranga são geridos por responsáveis e familiares não-remunerados, e aproximadamente 80% dos agricultores familiares utilizam basicamente mão-de-obra familiar (Tabela 6). Mas, a contratação de diaristas ocorre principalmente nos períodos de pico do ciclo produtivo que, normalmente, coincide com a fase do plantio e da colheita. Alguns agricultores suprem suas demandas por mão-de-obra com o emprego de trabalho comunitário, especialmente a "troca de dias de serviço".

A prática da venda da força de trabalho foi observada em uma unidade familiar onde o agricultor, além de administrar o próprio estabelecimento, trabalhava como pecuarista de forma permanente em outra propriedade e, dessa forma, retirava o rendimento necessário para reprodução da família. Em função da extensa carga horária de trabalho, o agricultor dedicava pouco tempo às atividades na propriedade. Porém, com a ajuda da esposa e dos filhos pequenos, tinha criações de galinhas, suínos, vacas, um animal de tração e cuidava da horta e do pomar.

Outra questão que auxilia na compreensão dos agricultores familiares pesquisados refere-se à utilização de crédito rural e dos fatores de produção. Nesse sentido, observa-se que a maioria das famílias são assistida pelo Estado, no que tange à política de acesso ao crédito rural e à assistência técnica, embora de forma muito deficitária. Aproximadamente 70% dos agricultores familiares entrevistados informaram que estão utilizando ou já utilizaram o crédito rural para custear as atividades agrícolas. A principal modalidade de financiamento utilizada é o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), mas há também agricultores que obtiveram financiamento pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). (Tabela 6)

Conforme os dados de pesquisa apresentados na Tabela 6, observa-se que 87% dos agricultores não possuem máquinas ou implementos agrícolas mecanizados. Alguns agricultores, especialmente os que detêm uma área reduzida, utilizam instrumentos movidos à tração animal. Os demais agricultores utilizam máquinas e implementos mecanizados, principalmente nas etapas de preparo do solo. Para isso, alocam os instrumentos agrícolas de terceiros, que prestam esse tipo de serviço. Os agricultores também optam por utilizar as máquinas e implementos agrícolas da prefeitura do município, que as adquiriram por meio das linhas de financiamento do PRONAF infra-estrutura. Essa forma é a mais utilizada por apresentar um menor custo, no entanto, as máquinas nem sempre estão disponíveis quando os agricultores precisam. Apenas dois agricultores familiares entrevistados possuem máquinas e

implementos agrícolas, sendo que um deles utiliza-os para prestar serviços a outros agricultores, com a ajuda dos filhos.

Tabela 6 – Área da propriedade, utilização de crédito e fatores de produção dos agricultores familiares pesquisados no município de Itapuranga.

Unid.	Área da propriedade rural	Utilizam crédito rural	Fatores de produção		
			Possuem máquinas e Implementos Mecânicos	Trabalho	
				Principalmente Familiar	Assalariado temporário
1	10,0	X	-	X	-
2	76,8	n.i.	-	X	X
3	16,8	X	-	X	-
4	80,0	X	-	X	X
5	38,4	-	-	-	-
6	15,4	X	-	X	-
7	57,6	X	X	-	X
8	72,0	X	-	X	Trab. comunitário
9	96,0	X	-	X	X
10	44,0	X	-	X	Trab. comunitário
11	57,6	X	X	X	X
12	5,5	-	-	-	-
13	48,0	-	-	X	X
14	33,6	n.i.	-	X	Trab. comunitário
15	30,0	-	-	X	X

FONTE: dados de pesquisa / n.i. – não informaram

Durante o estudo, observou-se que os agricultores familiares que possuem uma área de terra reduzida – até 20 hectares –, além de se dedicarem à produção de gêneros alimentícios e à criação de pequenos animais (galinhas, suínos e alguns bovinos), cultivam holerícolas e frutíferas, destinando-as ao consumo e à comercialização. Já os agricultores que possuem uma área maior, apesar de produzirem culturas alimentares e frutíferas, têm na pecuária leiteira sua principal atividade. Dentre os agricultores pesquisados não havia

produtores especializados de leite, a maioria deles desenvolvia uma agropecuária mista, integrando as atividades de lavoura e de pecuária. No que se refere especificamente à pecuária, a maioria dos entrevistados enquadrava-se melhor no tipo misto, por se tratar de agricultores pauperizados que investem pouco em tecnologias e complementam a remuneração advinda da venda do leite com a venda de derivados de leite, como queijo e requeijão, bem como com a venda dos bezerros.

Após uma melhor compreensão dos agricultores familiares, objeto de estudo desta dissertação, torna-se necessário explicitar a reestruturação do espaço social delineada pela implantação de uma agroindústria canavieira e da conseqüente expansão da cultura da cana em Itapuranga.

2.4 Agentes sociais e instituições de representação: espaço de agregações e diferenciações

De acordo com Bourdieu (1996), para uma maior aproximação da realidade social estudada, deve-se tomar como objeto não somente a realidade social, mas também as percepções, perspectivas e pontos de vista dos agentes sociais. Os pontos de vista são visões tomadas a partir de um ponto, isto é, a partir de uma determinada posição no espaço social, e dependem, então, do ponto a partir do qual são tomados, ou seja, dependem da posição que os agentes sociais ocupam no espaço social e dos interesses, benefícios e prejuízos a ele associados. Sendo assim, o espaço social é construído de modo que os agentes são distribuídos da forma mais homogênea quanto possível, quando se leva em consideração suas perspectivas, visões, posicionamentos e ações. Nesse sentido, as pessoas circunscritas em um setor restrito do espaço social serão, ao mesmo tempo, mais próximas quanto às suas características, suas disposições, suas opiniões, seus pontos de vista.

Por meio dos diferentes pontos de vista, opiniões e ações, os agentes sociais entrevistados em Itapuranga foram classificados e posicionados no espaço social pesquisado. Um grupo de indivíduos engloba os agentes sociais que são favoráveis ao desenvolvimento das atividades da agroindústria canavieira em Itapuranga. Esses agentes sociais associam o progresso a esse tipo de atividade e demonstram-se mais otimistas do que os demais. Quando são questionados, destacam, sobretudo, os pontos positivos que envolvem a vinda da agroindústria para o município e a expansão canavieira na região. Em seus discursos, procuram sempre legitimar e defender as ações do empreendimento, até mesmo aquelas que não aprovam. Geralmente aceitam e tentam justificar os problemas que lhes são apresentados,

ressaltando que, no final das contas, há mais benefícios do que prejuízos. Normalmente, esses agentes promovem ações concretas no intuito de ajudar a implementação e a consolidação das atividades da agroindústria no município.

Os agentes sociais favoráveis ao empreendimento canavieiro constituem o grupo majoritário numericamente. Geralmente, estão envolvidos mais diretamente com a agroindústria canavieira e auferem algum benefício direto ou indireto. No grupo em questão, encontram-se os agricultores familiares integrados à agroindústria canavieira que obtêm uma renda mensal ou anual advinda da relação contratual, dentre outros benefícios. Na mesma situação se encontram os afiliados à Organização dos Amigos de Itapuranga (OAI), ligada aos comerciantes locais, que ampliaram seus rendimentos em decorrência do aumento da circulação monetária no município. Da mesma forma, agregam-se os representantes do poder municipal, que percebem a implantação da agroindústria canavieira em Itapuranga como uma forma de aumentar a arrecadação de impostos do município:

> É esperado um aumento de ICMS da usina, e aí eu coloco seu lado positivo [...]. Porque, com os balancetes, [...] com o rendimento que entra para a prefeitura, ela tem dificuldade de se auto-sustentar, de fechar sua conta. Essa tem sido a realidade de hoje [...]. [Com o aumento da arrecadação de impostos] talvez tivéssemos uma possibilidade de ter dinheiro para poder investir na infra-estrutura ligada ao campo, isso depois que o ICMS da cidade de Itapuranga aumentar drasticamente com a produção de três milhões de toneladas de cana moída e transformada em álcool – isso em médio prazo. (Secretário da Agricultura de Itapuranga)

Observa-se certa contradição em relação aos pontos de vista do poder estatal, no âmbito regional, especificamente da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), que demonstram preocupação com a expansão canavieira em áreas de agricultura familiar e criticam o apoio demasiado e incondicional que muitas prefeituras dão à implantação dos empreendimentos canavieiros:

> A expansão da cana no território deve trazer conseqüências irreversíveis para a agricultura familiar [...]. O que se vê é que essas questões não estão sendo levadas em conta na definição das políticas do estado de Goiás e dos municípios, que vêm dando total apoio às usinas de açúcar e álcool, independente de estudos de impacto e mapeamento de áreas mais prudentes para o cultivo da cana. (MDA, SDT, SAF, 2007, p. 20)

Para tanto, cogitam a instituição de uma política pública intitulada "Política de regularização do avanço da cana-de-açúcar", a fim de conter a expansão canavieira em áreas de agricultura familiar no contexto do território goiano. Até o momento, o Plano se limita a chamar a atenção para os possíveis impactos socioambientais decorrentes do cultivo da cana em áreas de agricultura familiar que, segundo o Plano Safra Territorial (2007), comprometem as políticas de desenvolvimento direcionadas a essa categoria de agricultores. O Plano não programa nenhuma ação concreta para conter os problemas anunciados, apenas propõe um debate sobre o tema.

Nesse contexto, outro grupo de interesse engloba os agentes sociais que se opõem à expansão canavieira em Itapuranga e às transformações que a agroindústria acarreta no município. Esses agentes são representados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, pela Cooperativa dos Agricultores Familiares e pela Igreja Católica e, por meio de estratégias diversas, essas entidades de representação local conseguem influenciar um grande contingente de indivíduos. Nas entrevistas realizadas com os agricultores familiares, percebe-se uma apropriação dos discursos das lideranças locais para justificar suas atitudes e opiniões. À primeira vista, as entidades de representação não auferem nenhum beneficio direto decorrente da vinda da agroindústria para o município e da expansão canavieira na região. Porém, elas têm um certo reconhecimento social capaz de influenciar os agricultores familiares afiliados e, utilizando seu poder, conseguem problematizar e convencer vários agentes sociais com suas convicções.

Os agentes aglutinados nessa classe demonstram-se muito pessimistas em relação às transformações desencadeadas no município pela expansão da atividade canavieira. Em seus discursos ressaltam, principalmente, os aspectos negativos da atividade, são mais críticos em relação aos problemas que ocorrem, e não possuem – ou possuem pouco – vínculo direto com a agroindústria. Observa-se que os agricultores familiares enquadrados nessa classe ou grupo são mais apegados às tradições e à cultura do campo e, na maioria dos casos, não se integraram à agroindústria canavieira e nem estabeleceram contratos de assalariamento.

Em síntese, no estudo de caso realizado no município de Itapuranga, foi possível notar as diversidades e contradições de pontos de vista. Um grupo engloba os agricultores familiares que se integraram diretamente à agroindústria, os representantes da agroindústria, os representantes do poder público municipal, a Organização dos Amigos de Itapuranga (OAI), bem como o Sindicato dos Empregadores Rurais. O outro grupo engloba os agricultores que não estabeleceram nenhum tipo de relação com a agroindústria e os grupos de representação dos agricultores familiares, a saber, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a

Cooperativa dos Agricultores Familiares de Itapuranga e a Igreja Católica. Os primeiros são mais favoráveis à atuação da agroindústria e apontam várias melhorias para o município. Já os pertencentes ao segundo grupo – mais críticos –, destacam mais os aspectos negativos decorrentes da atuação da agroindústria canavieira no município e denunciam com mais veemência os possíveis crimes ambientais, como os inconvenientes decorrentes das queimadas, e temem o aumento da violência.

Num nível intermediário, encontram-se os agentes que não se posicionam contra a atuação da agroindústria em Itapuranga nem sobre a expansão canavieira. Porém, criticam seus inconvenientes e ressaltam que ações mitigadoras deveriam ser empreendidas pelo poder municipal para conter as conseqüências negativas associadas ao empreendimento.

Bourdieu (1990) explica que as relações objetivas de poder tendem a se reproduzir nas relações subjetivas de poder, manifestadas nas lutas e conflitos pela produção do senso comum. Uma das bases dessas lutas é a capacidade de produzir e impor uma visão de mundo aos outros agentes, através de ações de representação, individuais ou coletivas, destinadas a mostrar e a fazer valer determinadas realidades. No nível coletivo, há várias estratégias que visam impor uma nova construção da realidade social. As estratégias mais comuns são as que objetivam reconstruir retrospectivamente um passado ajustado às necessidades do presente ou à construção do futuro, por meio de uma previsão criadora.

Em Itapuranga, o emprego de tais estratégias foi particularmente visível entre as entidades de representação local dos agricultores familiares. As entidades de representação dos agricultores, ao exprimirem suas opiniões contrárias à expansão da cana no município, freqüentemente, recorriam ao retrospecto de experiências consideradas negativas, relacionadas a expansão canavieira em outras regiões. Então, "prediziam" que essas conseqüências negativas também ocorreriam no município de Itapuranga, conforme avaliação da presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rural (STR): "eu falo isso porque em São Paulo, na cidade de Ribeirão, quase não tinha favelas e, hoje, as favelas são enormes. [...] Você já pensou como vai ser a periferia aqui? Como vai ser a vida desses agricultores familiares que saem do campo e vêm pra periferia da cidade?"

Segundo Bourdieu (1990), a construção de uma representação social é possível porque o mundo social apresenta-se como uma realidade possível de ser estruturada, que pode ser dita e construída de diferentes maneiras, de acordo com os diversos princípios de visão e de divisão dos indivíduos. Através da distribuição das várias visões, o mundo social apresenta-se como um sistema simbólico organizado segundo a lógica da diferença.

Em Itapuranga, os agentes sociais favoráveis à atuação da agroindústria no município estavam mais envolvidos pelos discursos do empreendimento canavieiro. Os agentes sociais contrários à atuação da agroindústria estavam envolvidos pelo discurso ideológico das entidades opositoras, como o Sindicato do Trabalhador Rural, a Cooperativa ou a Igreja Católica.

Comumente, os agricultores familiares que não se integraram à agroindústria apropriam-se dos discursos das lideranças locais, opositoras ao empreendimento, para justificar sua opção. Manifestam o temor em relação ao futuro, expressado pelos representantes locais, como pode ser percebido no relato de uma agricultora familiar que não se integrou à agroindústria:

> Não arrendei [denominação dada aos parceiros da agroindústria]! Vários colegas e vizinhos meus pelejaram pra eu arrendar minha terra, mas eu não arrendei! Eu vi, no meu ponto de vista, que arrendar acaba com a terra. [...] Quem arrenda pensa que o dinheiro do aluguel vai ajudar em alguma coisa. A gente vai pegar o dinheiro e ir pra cidade, mas esse dinheiro vai acabar. Aquele dinheiro que nós alugamos nunca vai dar para arrumarmos a terra do jeito que precisa, [então a terra] acaba. [...]

Nesse caso, a agricultora entrevistada temia ser forçada a se mudar para a cidade, caso cedesse suas terras à agroindústria, sem poder mais contar com a renda proveniente das diversas atividades agropecuárias desenvolvidas em sua propriedade. Assim, a renda familiar se resumiria a remuneração oriunda do contrato de parceria estabelecido com a agroindústria. Além disso, morando na cidade, teriam suas despesas ampliadas com aluguel, alimentação, água, luz, IPTU, dentre outras. A renda auferida, com a integração à agroindústria, seria toda destinada a cobrir tais gastos, restando pouco ou nada para a formação de uma reserva de capital. Em conseqüência, após o término do contrato de parceria, receberiam suas terras com o solo degradado, já que a cultura canavieira absorve muitos nutrientes do solo.

Comparando o discurso dessa agricultora familiar com o discurso da presidente do STR observa-se uma correlação entre os argumentos. É possível constatar que a presidente consegue exercer certa influência na agricultora, a ponto desta se apropriar dos discursos das lideranças locais para justificar sua opção em não estabelecer contratos de integração com a agroindústria:

> [...] o agricultor familiar que arrendar toda a propriedade e mudar para a cidade, hoje, é mais um que vai para a periferia, porque ele não tem nenhuma profissão urbana. Aqui ele não é profissional em nada. Ele é profissional é na propriedade dele [...]. É o que ele conhece. Então, nós, como direção do sindicato, temos aconselhado, para ver se a gente consegue convencer que a cana não é um bom negócio para a agricultura familiar. [...] eu percebo que têm pessoas se lascando, porque têm aquele entendimento que vai pegar um dinheiro sem trabalhar: "eu arrendo minha terra e no final do mês eu vou receber X". Só que ele não percebe que esse recurso que ele está pegando, ele está gastando todo, porque ele tem que mudar pra cidade, pagar aluguel, água, energia, comprar comida etc. E quando terminar o contrato com a usina, ele não fez nenhuma poupança. Como ele vai recuperar a terra dele, se ele não tem mais recurso? Porque, num primeiro momento, a usina joga calcário, adubo pesado, mas a cana suga tudo da terra. Ela vai deixar a terra dele pobre, a matéria orgânica é queimada, o produtor fica pobre, sem dinheiro.

Já os agricultores que firmaram contratos de integração com a agroindústria canavieira encontram-se mais envolvidos pelo discurso da agroindústria, pois acreditavam que, ao término do contrato, irão receber uma terra em melhores condições. Ou seja, com o solo corrigido, com uma fertilidade melhor, pelo fato de a agroindústria fazer adubação do solo, curva de nível, dentre outras melhorias. Acreditam também que o conjunto das benfeitorias no solo possibilitará a obtenção de maior produtividade agrícola quando forem cultivá-lo novamente, conforme relato de um agricultor familiar integrado à agroindústria: "[...] minha terra é muito fraca, mas depois dos seis anos, quando eu pegar de novo, vai estar mais forte, porque eles cuidam bem da terra, vai estar mais bem adubada".

Esses representantes – tanto os que apóiam quanto os que são contrários à atuação da agroindústria – utilizam seu capital simbólico[35] para travar a todo instante uma luta pelo convencimento. Utilizam todo seu poder e influência, ou seja, todo seu "prestígio" para produzir e impor uma visão de mundo aos agricultores familiares que estão sob sua influência, ou que lhes dão credibilidade. Em alguns momentos, os representantes parecem compreender que estão em meio a uma luta. Como no caso de uma representante da Cooperativa dos Agricultores Familiares de Itapuranga que ressalta, com orgulho, o fato de nenhum cooperado se desfiliar da cooperativa para ceder terra à agroindústria: "nenhum dos nossos (cooperados) foi para cana". Com isso, pretende demonstrar que está conseguindo avanços na luta travada

[35] O capital simbólico é um crédito, é o poder atribuído àqueles que obtiveram reconhecimento suficiente para ter condição de impor o reconhecimento a outras pessoas e, assim, poder influenciá-las (BOURDIEU, 1990, 1998).

no espaço social, pois está sendo eficaz em impor uma visão de mundo aos agricultores que estão sob influência da Cooperativa. Essas lutas simbólicas possuem razões específicas, como se percebe nos relatos dos agricultores familiares. Isso, tanto em relação às lutas individuais da existência cotidiana, quanto às lutas coletivas empreendidas pelas entidades de representação.

Uma agricultora familiar, integrada à agroindústria, relata a luta travada entre os representantes da Igreja Católica, que defendem um ponto de vista contrário à expansão canavieira no município, e os representantes da agroindústria, que buscam agricultores dispostos a se integrarem à agroindústria:

> [...] há um tempo, a Pastoral da Terra trouxe um vídeo, passou como é a situação onde a plantação de cana foi implantada, o que está acontecendo lá, e o que aconteceu com as águas. Isso fez muita gente ficar com medo. A Pastoral da Terra falou que onde planta cana, depois nem o capim sai, mas a usina diz que não [...].

No entanto, é preciso ficar claro que os pontos de vista, opiniões e ações expressas pelos agentes sociais no espaço social analisado comportam uma parcela de indeterminação, de fluidez e certo grau de flexibilidade, porque as visões, percepções e expectativas dos entrevistados, até mesmo as mais constantes, estão sujeitas a variações no tempo. Essas variáveis, na medida em que depende do futuro, estão relativamente indeterminadas. Ou melhor, a visão e percepção dos agentes podem se alterar com o tempo, em função de possíveis alterações ou reconfigurações no campo em questão.

Em suma, o espaço social analisado, em Itapuranga, caracterizado pela expansão canavieira em áreas de predomínio de agricultores familiares, ainda está em processo de consolidação. Portanto, está repleto de polêmicas e incertezas, dado o contexto de rápidas transformações sociais e ambientais que se desencadeia no município. As opiniões da população e dos agricultores familiares encontram-se divididas, percebem-se contradições, mesmo nas diferentes esferas do poder estatal. O estudo das transformações sociais vivenciadas pelos agricultores familiares, ocasionadas pela atual política agroenergética, deve partir da análise das formas de integração dos agricultores familiares e da compreensão das razões que levaram os agricultores a optar pela integração com a agroindústria.

CAPÍTULO III

INTEGRAÇÕES ENTRE AGROINDÚSTRIA E AGRICULTORES FAMILIARES

As políticas estatais de estímulo à produção de culturas energéticas aumentaram significativamente o número de agroindústrias canavieiras implantadas no Estado de Goiás. As agroindústrias alteram não somente a dinâmica dos municípios onde estão implantadas, como também desencadeiam transformações sociais consideráveis no modo de vida dos agricultores familiares, especialmente daqueles que se integram nas atividades produtivas da cana. O Estado, no contexto do programa agroenergético, atentou para a promoção do "desenvolvimento sustentável", fundamentando-se em supostos benefícios sociais que convergem no estabelecimento da justiça social, distribuição de renda e preservação ambiental. Ou seja, a promoção de processos de desenvolvimento ancorados no tripé econômico, social e ambiental: "No caso do Brasil, é de fundamental importância que aspectos sociais e ambientais sejam considerados, e que jamais se perca de vista que esta é uma oportunidade histórica para promover a justiça social" (MAPA, SPA, EMBRAPA, 2005, p. 34). A propalada "justiça social" também visa integrar os segmentos sociais que historicamente foram relegados pelas políticas estatais, dentre eles os agricultores familiares.

A inserção dos agricultores familiares na política agroenergética, na qualidade de produtores de culturas energéticas, é tida como uma forma de promoção da inclusão social das camadas menos favorecidas. O programa não trata explicitamente do plantio de cana-de-açúcar pelos agricultores familiares, mas faz referências aos processos de verticalização da produção da cana pelas agroindústrias, que podem excluir os pequenos e médios proprietários. No contexto goiano, diversos processos de integração entre agricultores familiares e a agroindústria canavieira estão em curso, os quais permitem o estabelecimento de diferentes modalidades contratuais. Contudo, as transformações sociais na vida dos agricultores familiares inseridos no complexo canavieiro ainda não foram devidamente estudadas.

O presente capítulo busca compreender os processos de integração dos agricultores familiares à agroindústria canavieira, bem como as transformações sociais decorrentes da implantação de uma agroindústria em Itapuranga. O foco do estudo está

centralizado na análise das formas contratuais de integração dos agricultores familiares à agroindústria canavieira que se dão por meio de contratos de parceira e de integração vertical. Também é objetivo do estudo, entender os motivos que levaram os agricultores familiares de Itapuranga a optar pela integração com a agroindústria canavieira.

3.1. Contrato de parceria entre agricultores e agroindústria

Na agroindústria canavieira brasileira predomina o modelo de integração vertical e parcial para trás, em que o setor agroindustrial produz a maior parte da cana-de-açúcar utilizada em seu processamento industrial, em terras próprias ou de terceiros, por meio de integrações com os agricultores.

A redução das intervenções diretas do Estado no setor canavieiro, a partir dos anos 1990, imputou em maior risco e no aumento das oscilações dos preços do açúcar e do álcool, estimulando a "descentralização" da etapa de produção da matéria-prima cana-de-açúcar pelas agroindústrias. Isso repercutiu na incorporação de um maior número de fornecedores de cana e de agricultores integrados, com o objetivo de dividir as possíveis perdas da redução dos preços com os novos integrados.

O contrato de parceria é uma forma peculiar de integração dos agricultores familiares à agroindústria canavieira, sendo o parceiro agricultor a agroindústria e o parceiro proprietário o agricultor familiar. Nessa parceria, supõe-se um pequeno envolvimento entre as partes, porém ambos participam dos riscos inerentes à atividade agrícola, uma vez que o parceiro recebe como pagamento uma porcentagem da produção e, a parte da cana-de-açúcar que lhe cabe, é vendida à usina com base no modelo do CONSECANA[36].

Em Itapuranga, a parceria é o tipo de integração mais freqüente entre a agroindústria canavieira e os agricultores familiares (Anexo D). Normalmente, os agricultores estabelecem contratos de parceria com a agroindústria, porém alguns supunham estar fazendo contrato de arrendamento pelo fato de a parceria constituída com a agroindústria se assemelhar a um contrato de arrendamento e diferir da parceria tradicionalmente realizada

[36] Com a desregulamentação do setor canavieiro e a conseqüente liberação das cotas de produção e dos preços da cana-de-açúcar, os representantes dos fornecedores e das agroindústrias canavieiras elaboraram um novo modelo, denominado CONSECANA, para remuneração da cana produzida. As oscilações nos preços do açúcar e do álcool passaram a ser repassados aos preços da tonelada de cana-de-açúcar e, dessa forma, o produtor de cana, ou seja, os agricultores integrados à agroindústria passaram a participar dos riscos inerentes às oscilações de preços dos produtos finais da cana, do açúcar e do álcool. Isso ocorre porque os agricultores integrados são remunerados em tonelada de cana (PERES, 2003).

pelos agricultores. Portanto, os contratos de parceria são convencionalmente chamados de arrendamento pelos agricultores e pela população em geral.

Nas entrevistas, alguns agricultores familiares que se integraram à agroindústria na forma de parceria acreditavam ter firmado um contrato de arrendamento e não de parceria, uma vez que não participavam do processo produtivo. Por isso, normalmente, diziam que tinham arrendado sua terra. Um agricultor familiar, dono de uma propriedade inferior a treze hectares, que estabeleceu um contrato de parceria com a agroindústria, evidencia a confusão que faziam sobre o assunto. Pelo fato de o agricultor receber sua remuneração correspondente à parceria anualmente, não acompanhou, mensalmente, como os outros agricultores, a queda do preço pago pela cana. Quando foi indagado sobre o que pensava em relação à redução dos preços recebidos pela tonelada de cana, disse que recebia uma quantidade fixa pelo contrato, supondo que receberia um valor fixo, como ocorre normalmente nos contratos de arrendamento: "não, eu recebo por ano a tonelada fixa. Eu assinei o contrato em dezembro, mas ainda nem plantaram a cana, e em janeiro eu já recebi o ano antecipado".

Esse mesmo agricultor ficou desapontado após ler o contrato e ficar ciente de que, apesar de receber uma quantidade fixa de tonelada de cana, o valor auferido pela venda dessa tonelada de cana à agroindústria variaria em função das oscilações do preço da cana. Ou seja, a redução do preço da cana também incidiria sobre o valor que receberia no próximo ano, uma vez que seu contrato é de parceria e não de arrendamento como pensava: "A questão é que você entra numa coisa, você acha que a proposta é uma e, quando você olha, a realidade é outra".

Observou-se que, geralmente, é o agricultor familiar quem manifesta interesse em ceder sua terra à agroindústria. A agroindústria exige do parceiro a propriedade de uma área mínima de 14,4 hectares, o que corresponde a três alqueires. Em alguns casos, quando a área da propriedade não atinge o limite de área exigido, os agricultores familiares se juntam com vizinhos ou parentes para se integrarem à agroindústria. Esse foi o caso de duas famílias de agricultores entrevistados: "Nós reunimos quatro pessoas, eu, um irmão, minha mãe e um vizinho, que não é parente, porque se for abaixo de três alqueires eles [agroindústria] não pegam. Aí, a gente teve que reunir para fazer uma área maior".

O contrato estabelecido com a agroindústria entra em vigor na data de sua assinatura. O prazo de duração dos contratos é de seis anos, sendo automaticamente prorrogados por mais seis. Caso os agricultores ou a agroindústria não desejem prorrogar o contrato, seria preciso que as partes manifestassem suas intenções de prorrogar ou finalizar o contrato, por escrito, no período de até seis meses antes do final do prazo contratual. A

agroindústria, em comum acordo com os agricultores, podia enviar um engenheiro agrônomo para avaliar a produtividade do canavial e, na hipótese do canavial ter viabilidade para mais um ou dois anos de safra, a agroindústria teria direito de prorrogar o prazo contratual, desde que manifestada sua vontade aos agricultores, com antecedência mínima também de seis meses do vencimento do contrato.

No sistema de parceria, o agricultor cede a terra para a agroindústria plantar a cana e, em contrapartida, recebe uma parte da produção de cana-de-açúcar obtida na área cedida. A agroindústria se responsabiliza pelas despesas relacionadas à implantação da lavoura, tais como plantio, adubação, tratos culturais, colheitas, dentre outros, bem como pela compra da produção que corresponde ao agricultor familiar proprietário da terra. As despesas que incidem sobre o processamento da cana-de-açúcar, a distribuição dos produtos açúcar e álcool, dos subprodutos mel, bagaço etc. também correm por conta e ônus exclusivos da agroindústria.

A agroindústria pode também abrir estradas internas à propriedade, quando julgar necessárias ao escoamento da produção, com largura correspondente a dois caminhões em paralelo. Em contrapartida, se compromete a manter as entradas, cercas divisórias, porteiras e mata-burros já existentes nas propriedades em perfeito funcionamento e estado de conservação, devendo entregá-las nas condições que recebeu.

Há controvérsias sobre o artigo do contrato que atribuía à agroindústria a responsabilidade de entregar a propriedade ao agricultor nas mesmas condições que recebeu. Os grupos de representação local, contrários ao desenvolvimento da atividade canavieira no município, afirmam que os agricultores, por serem "fracos", dificilmente conseguirão arrumar novamente suas propriedades ou deixá-las em condições similares às existentes antes do contrato de parceria com a agroindústria. Os representantes da Cooperativa de Agricultores Familiares fazem referência específica à questão das cercas e da reposição da fertilidade do solo: "porque a usina tira tudo. Quando é que esse agricultor fraco vai conseguir arrumar a propriedade dele de novo?".

Sendo assim, alguns agricultores demonstram-se preocupados com as condições de sua propriedade após o término do contrato com a agroindústria e o que farão para arrumá-las novamente, como relata uma agricultora familiar, integrada à agroindústria: "eles [agroindústria] desmancharam a cerca, você guarda as coisas todas [arame, poste etc.], mas quando você vai fazer de novo nunca dá, e eu me preocupo é com isso".

Durante a vigência do contrato, a agroindústria pode, sem qualquer aprovação ou prévia autorização dos agricultores, dispor livremente da parte que lhe cabe na produção de cana, para fins de oferecimento como garantia em financiamentos bancários ou outros que se fizerem necessários. A agroindústria também pode ceder, transferir ou sub-rogar, total ou parcialmente, o contrato a pessoas físicas ou jurídicas de sua livre escolha, independentemente de qualquer autorização dos agricultores.

O contrato de parceria estabelecido entre a agroindústria e os agricultores familiares de Itapuranga também advoga explicitamente sobre os direitos referentes aos "Créditos de Carbono" ou seus similares. A agroindústria se resguarda dos direitos exclusivos aos créditos de carbono sobre a totalidade da cana-de-açúcar plantada na propriedade dos agricultores familiares. Assim, o contrato determina aos agricultores uma renúncia, em favor da agroindústria, a qualquer participação ou direito em relação aos "Créditos de Carbono" ou de similares, que vierem a ser regulamentados no futuro.

Aos agricultores familiares cabe ceder o uso pleno e exclusivo de parte ou da totalidade da área de seus imóveis rurais para que a agroindústria cultive a lavoura de cana-de-açúcar. A área cedida para exploração da agroindústria corresponde somente à área aproveitável da propriedade, o que remete à porção de terras desmatadas utilizáveis para a plantação de cana-de-açúcar, física e legalmente possível, excluindo-se do cálculo de área aproveitável às áreas de preservação ambiental, os afastamentos obrigatórios, a servidão de linhas de transmissão elétricas, a casa, a habitação, dentre outros. A área aproveitável deve ser entregue à agroindústria sem qualquer vínculo trabalhista, morador ou possuidor a qualquer título.

As despesas decorrentes da contribuição devida ao INSS, constantes nas notas fiscais de entrada da cana e outros impostos, de naturezas Federais, Estaduais ou Municipais, taxas e contribuições existentes e que eventualmente e legalmente forem instituídas na vigência do contrato, correm por conta exclusiva dos agricultores familiares, sendo descontados da remuneração a ser recebida da agroindústria.

De acordo com Peres (2003), na região de Piracicaba, a incidência dos impostos influencia os agricultores familiares na opção pelos tipos de contratos. Nos contratos de arrendamento, os agricultores pagam 27,5% de Imposto de Renda do total do valor recebido, descontados diretamente na fonte. No caso da parceria, são descontados apenas 2,5%, decorrente do Imposto Nacional de Seguridade Social (INSS). Também o agricultor, ao se tornar um parceiro da agroindústria, passa a se enquadrar na categoria de fornecedor de cana, podendo assim pagar uma porcentagem da produção à associação de fornecedores de cana e

ter acesso aos benefícios de assistência médica, junto ao Hospital dos Plantadores de Cana, localizado no município de Piracicaba, dentre outros benefícios.

Em Itapuranga, conforme o contrato, os agricultores familiares autorizavam à agroindústria a construção de benfeitorias inerentes e necessárias ao plantio, colheita e transporte da cana-de-açúcar, sempre que necessário, bem como a instalação de projetos de fertirrigação, com a construção de infra-estrutura para condução, armazenamento e distribuição de vinhaça.

O contrato também estabelece que, no caso de venda do imóvel, no todo ou uma parte, todos os termos do contrato devem ser respeitados pelo comprador, sendo reservado à agroindústria, em igualdade de condições com terceiros, o direito de preferência para a compra da propriedade dos agricultores familiares.

Como pagamento pela área cedida à agroindústria, os agricultores de Itapuranga recebem uma parte da produção da cana. No contrato fica estipulada uma proporção em tonelada de cana-de-açúcar por hectare aproveitável, que corresponde ao agricultor familiar. À proporção que cabe aos agricultores depende da distância entre a propriedade e a agroindústria, como também da fertilidade do solo. Se a propriedade estiver próxima da agroindústria, são 60 toneladas, se estiver afastada em até 6 km, são 55 toneladas, e se estiver afastada em até 12 km, são 52 toneladas. Então, conforme a distância estipula-se um desconto no valor pago pela tonelada de cana.

Até um raio de aproximadamente 50 km, do entorno da agroindústria, é economicamente praticável o plantio de cana para entregar à agroindústria. A qualidade da terra também influencia na quantidade de cana a ser recebida pelos agricultores. Em terras de maior fertilidade, os agricultores recebem uma remuneração maior. Para tanto, os técnicos da agroindústria fazem a análise do solo para estabelecer um cálculo dos gastos para a correção da fertilidade do solo e a produção estimada de cana naquela área. A agroindústria se compromete a adquirir toda a parte de cana produzida e/ou colhida que cabe aos agricultores parceiros, segundo a forma, quantidade e preço estabelecidos no contrato.

A cana-de-açúcar produzida é, então, pesada na balança da agroindústria e, posteriormente, procede-se à separação das quantidades que correspondem aos agricultores, sendo permitido a estes a fiscalização dos serviços de corte, transporte e pesagem, por pessoas de sua confiança, desde que previamente informado à agroindústria.

Para efetuar o cálculo do valor da tonelada de cana a ser recebida pelos agricultores familiares, a agroindústria canavieira de Itapuranga adota como padrão a cana-de-

açúcar com 115 kg (cento e quinze quilogramas) de ATR (Açúcar Total Recuperável) por tonelada de cana. As proporções correspondentes ao ATR são pagas segundo os valores estabelecidos e divulgados pelo sistema CONSECANA. Esses critérios adotam uma fórmula para obter o valor da tonelada de cana a ser paga aos agricultores familiares, cite-se:

$$VTCE = 115kg \times VATR - (INSS)$$

Onde:

VTCE = Valor da tonelada de cana esteira

VATR = Valor da ATR divulgado pela CONSECANA

INSS = Instituto Nacional do Seguro Social

Os pagamentos efetuados aos agricultores podem ser mensais ou anuais, conforme preferência dos agricultores, e são depositados diretamente em conta corrente. No entanto, o preço pago pela tonelada de cana gera dúvidas e questionamentos entre os agricultores familiares de Itapuranga que estabeleceram contrato de parceria com a agroindústria canavieira. O problema parece ser comum a quase todos os agricultores entrevistados. Alguns ressaltam que foram enganados, porque a agroindústria, ao se instalar na região, afirmava que ofereceria uma ótima remuneração, mas, na prática, não era isso que se observava. A agroindústria divulgava que havia mais de cinco anos que os preços da tonelada de cana estavam em ascensão, porém, atualmente, justifica que os valores não podem ser sustentados, em função do contexto macroeconômico.

Na ocasião de assinatura do contrato de parceria, os agricultores familiares recebiam, em média, R$ 46,00 por hectare/mês, com os valores máximos e mínimos oscilando entre R$ 37,00 e R$ 60,00. No mês de agosto de 2007, o valor da tonelada de cana paga aos agricultores sofreu uma redução de cerca de 30%, sendo que o valor médio recebido por hectare/mês era R$ 28,70, variando entre R$ 27,00 e R$ 45,00 (Tabela 7).

Tabela 7 - Área cedida para agroindústria, remuneração aproximada obtida com a venda da cana e remuneração recebida por hectare (R$/mês) pelos agricultores familiares de Itapuranga, no ano de 2007.

Unid.	Área cedida à agroin. (ha)	Remuneração aproximada obtida com a cana (R$)		Remuneração aproximada recebida (R$) / hectare / mês	
		No início do contrato	Em 08/2007	No início do contrato	Em 08/2007
1	7,8	3.500,00/ano	-	37,40 ha/mês	-
2	58,0	2.480,00 /mês	1.700,00/mês	48,80 ha/mês	29,30 ha/mês
3	14,4	10.300/ano	-	59,60 ha/mês	-
4	55,0	2.200,00/mês	1.500,00/mês	40,00 ha/mês	27,30 ha/mês
5	24,0	n.i.	n.i.		
6	12,0	8.750,00/ano	-	60,00 ha/mês	-
7	36,0	1.450,00/mês	n.i.	43,30 ha/mês	-
8	43,2	1.900,00/mês	1.300,00/ mês	44,18 ha/mês	30,23 ha/mês
9	12,0	550,00/ mês	306/ mês	45,83 ha/mês	25,50 ha/mês
10	22,0	970,00/mês	690,00/mês	44,09 ha/mês	31,36 ha/mês
11	92,0	-	-	-	-

Fonte: dados de pesquisa

n. i. – não informaram a remuneração recebida

A redução da remuneração recebida é denunciada como uma das maiores frustrações dos agricultores que formalizaram contrato com a agroindústria. Alguns agricultores afirmam que estão arrependidos de estabelecer parceria com a agroindústria e não renovarão os contratos quando findar o prazo. Ao término do contrato, se ele não fosse prorrogado ou renovado, a agroindústria era obrigada a devolver a área cedida – objeto de parceria com os agricultores familiares – com as soqueiras de cana destruídas e com uma gradagem pesada no local.

Em alguns casos, os agricultores admitem que estariam passando necessidades se não tivessem reservado uma parte da propriedade para continuar desenvolvendo suas atividades agropecuárias, como relata um agricultor familiar integrado à agroindústria:

> [...] eu recebia R$ 2.200,12 ao mês pela área toda, que são 55 hectares. Com essa renda, mais o leite, as galinhas, a horta, o porco e algumas coisinhas, minha renda girava em torno de R$ 3.000,00 por mês. Agora, isso já caiu quase R$ 1.000,00. Eu só não estou em desespero porque tenho essa área, que é mais 25 hectares onde trabalho. Igual a muitos conhecidos da gente, que arrendaram, desmancharam até o curral e deixaram só a casinha deles lá na roça, pensando em ficar de papo pro ar, em viver numa boa, porque ia receber tanto por mês, mas esses estão em maus lençóis.

Vale notar que os preços pagos aos agricultores estão sujeitos a oscilações do mercado. O Estado brasileiro estimulou a produção de álcool no país vislumbrando o crescimento do mercado internacional para esse produto, porém o crescimento das exportações não ocorreu na magnitude esperada e o consumo da produção de álcool ficou concentrado no mercado interno. Por conseqüência, houve um aumento considerável da oferta do produto sem o correspondente aumento da demanda e os preços do álcool baixaram no mercado interno. A redução dos preços do álcool incidiu sobre o valor do Açúcar Total Recuperável (ATR) divulgada pela CONSECANA. Por isso, na condição social de parceiros da agroindústria canavieira, os agricultores sofreram uma queda em suas remunerações, sendo obrigados a dividirem os prejuízos decorrentes das oscilações dos preços do produto final, no caso, o álcool.

Em suma, os contratos de parceria estabelecidos entre a agroindústria canavieira e os agricultores familiares de Itapuranga constituem a principal forma de integração dos agricultores ao complexo canavieiro, em função da amplitude da adesão dos agricultores a esse sistema. Outra forma de integração observada no município entre os agricultores familiares e a agroindústria canavieira se realiza por meio de contratos de integração vertical.

3.2 Contratos de integração vertical e fornecimento de cana-de-açúcar

Outra forma de integração observada em Itapuranga, entre os agricultores familiares e a agroindústria canavieira, é regido pelos contratos de integração vertical. A literatura especializada menciona o estabelecimento de sistemas parecidos em outras localidades, como é o caso do estudo de Neves (1981), realizado por volta de 1978, na região de Campos – RJ. No estudo, a autora analisou o conjunto de relações sociais que eram estabelecidos entre os lavradores e pequenos produtores de cana e a agroindústria canavieira,

no intuito de viabilizar a produção de cana-de-açúcar. No sistema de integração, os agricultores não precisavam transferir recursos financeiros próprios para o processo produtivo, a usina oferecia os toletes de cana para o plantio ou replantio, a mão-de-obra, os instrumentos de trabalho necessários, as máquinas e os insumos químicos. Cabia ao fornecedor de cana somente escolher a modalidade de prestação de serviço desejada.

Na ocasião da comercialização da cana, o preço da cana[37] era calculado em relação ao preço do açúcar e do álcool. Os preços brutos das canas eram avaliados em tonelada (ou carro de cana) e descontados os custos do transporte e carregamento. Dos preços brutos da tonelada de cana eram descontadas as taxas para manutenção dos órgãos de classe e instituições[38] de previdência e assistência. Assim, os fornecedores de cana passavam a ter acesso a alguns benefícios sociais sob a forma de crédito, assistência social e jurídica, dentre outras. O pagamento dos custos da produção se dava através de descontos diretos na folha de pagamento. A usina não cobrava juros da dívida, razão pela qual alguns agricultores consideravam essa solução a mais adequada. No entanto, a autora considerou a oferta de crédito pela usina uma forma de endividamento antecipado que assegurava os recursos necessários ao replantio do canavial pelos lavradores e pequenos produtores de cana (NEVES, 1981).

Em Itapuranga, os agricultores que se integram à agroindústria canavieira por contratos de integração também podem optar por diferentes modalidades de contratos, podendo escolher a forma mais conveniente para o contexto familiar. Em algumas modalidades, a agroindústria se responsabiliza por todas as etapas da produção, disponibilizando insumos, implementos mecânicos, mão-de-obra, dentre outros fatores e, em outras modalidades, a agroindústria viabiliza apenas parte da produção como o transporte, a mão-de-obra, dentre outras, como relata um prestador de serviço para a agroindústria: "[...] tem vários tipos de contrato, a gente pode usar tudo da empresa, usar só as máquinas, ou você pode fazer tudo por conta e entregar a cana".

O agricultor familiar, entrevistado em Itapuranga, optou pela modalidade de contrato em que a agroindústria canavieira viabiliza as mudas de cana, bem como todos os insumos químicos necessários ao plantio, replantio e manutenção da cultura. Os valores das

---

[37] Segundo Neves (1981), ao preço básico da tonelada de cana acrescentam-se: as diferenças de preços resultantes dos reajustamentos que incidirem sobre os estoques de açúcar de qualquer tipo, pendentes de comercialização e a bonificação resultante da obtenção de um rendimento industrial superior àquele estabelecido por região (ou Estado).

[38] Federação dos Plantadores de Cana-de-Açúcar, Associação Fluminense dos Plantadores de Cana do Estado do Rio de Janeiro, Hospital dos Plantadores de Cana, Cooperativa de Crédito dos Plantadores de Cana.

mudas e dos insumos são transformados em equivalente tonelada de cana, correspondente ao preço do dia. Após a colheita da cana, o agricultor deve quitar a sua dívida, entregando em tonelada de cana o valor equivalente aos custos despendidos pela agroindústria.

Essa modalidade escolhida pelo agricultor integrado impunha a ele a responsabilidade e o ônus dos custos referentes à contratação da mão-de-obra necessária para o corte das mudas (planta de cana matrizes), ao transporte até a propriedade, ao preparo do solo, que era feito com as máquinas do próprio agricultor, ao plantio que normalmente era feito de forma manual por trabalhadores contratados, à manutenção e tratos da cultura da lavoura canavieira, ao corte manual da cana pela contratação de trabalhadores e ao transporte da produção canavieira obtida em sua propriedade até a balança da agroindústria. O agricultor entrevistado optou por essa modalidade de contrato porque prestava serviços como tratorista na região e, portanto, já possuía implementos agrícolas: "Eu entrei no sistema de contrato em que eu fazia tudo e entregava a cana na balança da usina. Eu tenho a máquina e tenho conhecimento no plantio de cana. Então, optamos por entregar a cana na balança da usina".

O agricultor considera essa forma de integração com a agroindústria como uma espécie de empréstimo. Em função disso, até o momento da colheita os agricultores ficavam com uma conta negativa junto à agroindústria, que era quitada com a produção obtida. Na transação nada era gratuito, tudo seria descontado do valor que o agricultor ia receber no momento da entrega da cana. O único fator considerado gratuito era a assistência técnica disponibilizada pela agroindústria, embora não tivesse muita certeza do benefício. No primeiro ano, ou seja, no primeiro corte da cana, o total dos descontos seriam maiores por causa dos custos decorrentes da implantação da cultura. No segundo corte, as despesas seriam menores e o agricultor esperava auferir uma remuneração melhor.

Após a colheita da cana, a agroindústria paga o valor do dia correspondente ao preço da tonelada de cana com base no valor da ATR (Açúcar Total Recuperável), estabelecidos e divulgados pelo sistema CONSECANA. Caso o agricultor quisesse receber um adiantamento do valor da produção, que seria vendida para a agroindústria após a colheita, a remuneração seria pela cotação da cana vigente naquela data.

Os agricultores de Itapuranga recebem pela produção de forma parcelada. Na ocasião da entrega da cana, recebiam 70% do valor da produção, depois recebem de forma parcelada o valor correspondente a 10%, e mais quatro parcelas correspondendo a 5% do valor da produção e, no final, recebem um reajuste: "vou receber só quando eu colher, conforme o contrato: na entrega eu recebo 70% do valor da cana, depois eu recebo mais 10%, e depois mais quatro parcelas de 5%, no final recebo o reajuste ditado pelo CONSECANA"

(agricultor integrado à agroindústria).

Um agricultor familiar que estabeleceu contrato de integração com a agroindústria considera esse tipo de contrato mais arriscado, embora, mais rentável: "É mais rentável, sem dúvida, dependendo do preço que tiver na época. Hoje, mesmo com o preço baixo da tonelada da cana, ainda está dando mais do que se eles me pagassem a arrenda [correspondente à parceria]. Mesmo eu tirando toda a despesa e devolvendo pra eles".

Esse agricultor de Itapuranga tem uma área de 57,6 hectares e desenvolvia em sua propriedade a pecuária como atividade principal, combinada com culturas de arroz, feijão, milho, banana, maracujá, dentre outros produtos, para o consumo familiar e a comercialização. A renda familiar era proveniente das atividades agrícolas e da prestação de serviços como tratorista para outros agricultores. Com a vinda da agroindústria para o município de Itapuranga, o agricultor decidiu abandonar as atividades agrícolas e passou a plantar cana-de-açúcar em sua propriedade para fornecer à agroindústria canavieira. Como considerava sua área pequena para o plantio da cana, o agricultor – que estabeleceu contrato para fornecimento de cana à agroindústria – resolveu estabelecer contratos de parceria com outros doze agricultores vizinhos. Destes agricultores, cinco são parentes e os outros sete são vizinhos da propriedade, incorporando, dessa forma, uma área de 92,0 hectares.

Os contratos estabelecidos entre esses agricultores foram firmados em cartório e obedecem ao mesmo modelo dos demais contratos realizados entre os outros agricultores e a agroindústria. O agricultor, para convencer seus vizinhos a serem seus parceiros ao invés de fazer parceria direta com a agroindústria, se comprometeu a pagar duas toneladas a mais que a agroindústria.

Em Itapuranga, a integração dos agricultores familiares com a agroindústria canavieira via contratos de integração e de fornecimento de cana não é freqüente. Esses contratos de representam uma minoria, algo em torno de 15%, como ressalta o presidente do Sindicato Patronal de Itapuranga, que também estabeleceu contrato de fornecimento de cana à agroindústria: "eles querem é arrendar [estabelecer parceria] a terra. Só querem 15% de negócio como o que eu fiz. Ou seja, ela só quer comprar 15% de cana de terceiros, o resto ela só quer arrendar, pois a margem de lucro deve ser maior". Um dos inconvenientes destes contratos é que o pagamento só é efetivado após a colheita da cana, salvo alguns adiantamentos concedidos. Portanto, aqueles agricultores familiares que dispõem de uma área pequena – ou que não tem como auferir rendimentos em outras atividades – ficariam sem receber nenhuma remuneração por um longo período.

3.3 Integrações e motivações dos agricultores familiares

Embora as relações constituídas nos contratos de integração fossem contraditórias, muitos agricultores familiares optaram pela nova atividade produtiva em expansão em Itapuranga. Resta compreender as razões que levaram os agricultores familiares a se inserirem no complexo canavieiro.

Peres (2003), analisando esse processo no contexto de Piracicaba – SP, encontrou motivos relacionados à idade avançada e a problemas de saúde do proprietário do estabelecimento rural. Esses motivos faziam com que os agricultores abandonassem os serviços pesados, optando pelo contrato de parceria ou arrendamento com a agroindústria. A autora observou que em 87% das propriedades pesquisadas o responsável pela família tinha mais de 60 anos de idade. O cansaço também foi um dos motivos ressaltados, visto que muitos agricultores não tiravam férias, nem se ausentavam da propriedade nos finais de semana para descansar.

Heredia (1988), estudando a expansão canavieira nos tabuleiros alagoanos, por volta de 1979, observa que os pequenos proprietários sem condições de trabalhar em seus estabelecimentos por motivos de doença, por idade avançada ou por não terem filhos, encontraram no arrendamento de suas parcelas para as usinas uma forma de obter renda que lhes permitissem manterem-se em suas propriedades rurais.

Dentre as razões alegadas pelos agricultores de Itapuranga para o estabelecimento da integração com a agroindústria também foram mencionados fatores relacionados à idade do proprietário. Em alguns casos, o proprietário do estabelecimento rural é idoso e, portanto, encontra dificuldades para continuar com as atividades agrícolas. A parceria com a agroindústria é percebida como uma forma de conciliar a remuneração obtida com a cana e a remuneração advinda da atividade pecuária que exige menos esforços e a quantidade de trabalho é menor, conforme relatos de um agricultor familiar idoso: "[...] lá, uma parte era gado e outra era roça. Meu filho fez muita conta e disse que eu não precisava plantar milho nem arroz, e que o dinheiro da cana seria para comprar o mantimento para comer. Ele disse que eu não precisava ficar com a loucura de trabalhar nessa idade".

Em outras unidades familiares, observou-se que a propriedade, anteriormente, já estava arrendada para o gado e, assim, pouca coisa se alterou com a integração com a agroindústria. Efetivamente só se alterou o cultivo, com a substituição da pastagem de braquiária pela cultura canavieira. Essa alternativa era empregada, principalmente, por agricultoras aposentadas que passaram a morar na cidade depois que ficavam viúvas.

Um agricultor familiar alegou a busca por uma melhor qualidade de vida como razão para a integração com a agroindústria canavieira. Ele demonstra grande insegurança em relação ao futuro, principalmente com a chegada da velhice, quando não conseguirá mais trabalhar no campo, restando apenas a dependência da aposentadoria e do Sistema Único de Saúde – SUS. Portanto, com a remuneração advinda da integração com a agroindústria, planejam formar uma reserva de capital para melhorar a qualidade de vida na fase da velhice, conforme declara o agricultor em entrevista:

> [...] a gente não estava tendo nem o básico pra sobreviver. Então, optamos pela cana. Eu acho que você tem que trabalhar, mas tem que ter sua qualidade de vida, porque trabalhar a vida toda e depender da aposentadoria não é bom. Acho que para a pessoa do campo é muito triste quando ele chega à velhice e depende de uma aposentadoria de R$ 300,00 [...]. E outra coisa, não é somente isso, o que me preocupa mais é o problema da saúde. Porque você chega no SUS, ele paga sua cirurgia, mas tem o exame tal que o SUS não cobre. Então, infelizmente, não vai ter dinheiro para pagar aquele exame. Isso é o que me preocupa.

Neves (1981, 1997) observa, em seus estudos na região de Campos – RJ, no contexto do PROALCOOL, que muitos lavradores e pequenos produtores de cana só se dedicavam à cultura canavieira para terem acesso aos benefícios sociais que teriam direito – como a assistência médica – na condição de fornecedores de cana. Essa preocupação com a saúde assemelha-se a de alguns agricultores familiares de Itapuranga, só que, no caso destes últimos, mesmo tornando-se parceiros da agroindústria, não passarão a ter acesso à assistência médica. No entanto, ressaltam que a remuneração proveniente da cana poderá lhes possibilitar a manutenção de uma reserva de capital para cuidar da saúde da família, em caso de necessidade. Na realidade, eles querem evitar a dependência do SUS, principalmente na velhice, ocasião em que aumenta a demanda por assistência médica.

Uma família de agricultores, apesar de, necessariamente, não demonstrar interesse em se integrar à agroindústria, encontrou na parceria uma forma de se manter como agricultores proprietários de um estabelecimento rural. A opção pela integração com a agroindústria decorre de motivos circunstanciais, desencadeados por problemas de saúde no proprietário da unidade familiar. Sendo assim, o agricultor recorreu ao arrendamento para evitar a venda da propriedade, fato que já vinha ocorrendo em função da doença: "[...] por causa do câncer tivemos que vender um alqueire e agora só ficaram 16 alqueires [...]. Quando surgiu a sugestão da cana, a gente achou bom. O V. (esposo) está dos mais satisfeitos, porque

ele não podia mais ir ao curral tirar leite, e para pagar um peão não compensava". Como o patriarca da família não tinha mais condições de trabalhar na propriedade, suas melhores alternativas oscilam entre a venda da propriedade ou a integração com a agroindústria. Assim, a parceria com a agroindústria foi uma forma encontrada para permanecerem na propriedade, em vez de terem que vendê-la.

Peres (2003) observa, no município de Piracicaba, que os agricultores familiares normalmente preferem estabelecer integrações com a agroindústria, seja via contratos de arrendamento ou via contratos de parceria, a ter que vender suas terras. Ademais, a opção pela integração também atende aos interesses da agroindústria, que não pretende comprar terras para evitar o aumento de sua demanda e a inflação dos preços das propriedades rurais.

É importante notar que também em Itapuranga, os agricultores familiares, de maneira geral, preferem arrendar ou estabelecer parceria com a agroindústria em vez de vender suas terras, já que mantêm fortes vínculos com suas propriedades. Eles não só percebem a terra como um local de trabalho, mas também como um espaço social de manutenção das relações e tradições familiares e comunitárias. Eles nasceram no meio rural e possuem fortes laços de afetividade com a natureza e com a vida no campo. Vender as terras significa romper com histórias de vida familiar e comunitária, bem como com seus modos de ser, fazer e sentir no campo.

Um agricultor familiar apresentou uma justificativa inusitada para se integrar à agroindústria, pois sua intenção era ajudar a agroindústria a ter credibilidade junto aos outros agricultores. O agricultor acreditava que a vinda da agroindústria para o município traria muitos benefícios locais, principalmente em relação à geração de empregos. Porém, os agricultores não estavam querendo ceder suas terras para a agroindústria plantar cana, em função da experiência negativa que tiveram com a antiga agroindústria PITE S/A e pelo fato dos administrados não serem pessoas conhecidas no município. Esse agricultor decidiu estabelecer parceria com a agroindústria, por acreditar que conseguiria influenciar os demais agricultores da região a perder o medo de ceder suas terras para o plantio de cana. Com um maior número de agricultores parceiros, a agroindústria teria maior apoio para se estabelecer no município definitivamente. Ele argumenta que a agroindústria canavieira de Itapuranga alugou as instalações da antiga agroindústria PITE S/A e só se estabelecerá definitivamente no município caso os resultados forem satisfatórios:

> Quando a usina veio pra cá tinham poucas pessoas querendo arrendar, elas estavam com medo, pois aqui já tinha o problema da PITE [antiga agroindústria]. Era só falar

> de cana que as pessoas tinham medo, porque aquilo [PITE S/A] só foi para atrapalhar a cidade. Eu disse que arrendaria, se fosse para trazer progresso pra cidade, para gerar emprego é ótimo, nós temos que colaborar. [...] eu reduzi o gado, mas eu tenho a outra parte que eu posso trabalhar nela. Então, como eu era conhecido aqui, resolvi entrar para ajudar a cidade, e depois que eu entrei, outras pessoas foram entrando. Mas, o primeiro agricultor pequeno a começar a arrendar fui eu!

Para alguns agricultores a integração com a agroindústria é vantajosa pelo fato de disporem de maior tempo livre. Nesse tempo "extra" os agricultores passam a se dedicar a outras atividades. Um agricultor familiar, que trabalha com a criação de gado e lavouras de subsistência, cedeu à agroindústria a terra destinada às lavouras e passou a dedicar-se somente à criação de gado: "[...] o que mudou é que sobrou mais tempo para ficar à toa. Eu tenho o gado, ele dá muito serviço, mas é cedo [pela manhã]. Depois, eu espero a hora de apartar as vacas e deixo o dia passar".

Outro motivo está associado à necessidade de complementação da renda familiar, pois ao ceder à agroindústria apenas uma parte da área da propriedade, os agricultores podem concentrar seus esforços na área restante e, assim, auferir uma remuneração melhor. Para outros agricultores familiares, a integração com a agroindústria canavieira possibilitou-lhes um aumento em seus rendimentos, permitiu também saldar suas dívidas ou realizar alguns investimentos na propriedade. Esse aspecto é ressaltado pelos agricultores que tem menores áreas e recebem, portanto, uma menor remuneração. No entanto, por serem mais pauperizados que os demais, a remuneração advinda da parceria com a agroindústria, apesar de pequena, tem uma incidência proporcionalmente maior na renda dos agricultores. Para exemplificar, um agricultor – que possui uma área inferior a quinze hectares e cedeu para a agroindústria doze hectares formados com pastagens e, na área restante, que abrange a mata ciliar e o quintal, cultiva frutas e hortaliças e ainda cria animais, principalmente, galinhas e suínos – considera que sua condição de vida melhorou:

> Para mim melhorou muito, eu só vivia no vermelho, agora sobra um dinheirinho. E eu continuo [...] com o gado [alguns gados de leite], galinha, porco, com a horta, com a fruticultura. Agora eu tenho pouca terra e faço mais do que fazia antes, porque a fruticultura gasta pouca terra, o espaço é menor [...].

Porém, a justificativa mais comum alegada pelos agricultores familiares para o estabelecimento de contrato com a agroindústria, ou como diziam "ir pra cana", refere-se ao

baixo preço dos produtos agrícolas, principalmente do leite que, segundo os agricultores, não remunera os custos de produção. Assim relata um agricultor familiar integrado à agroindústria: "com o tipo de atividade que eu estava trabalhando – o leite –, eu não era reconhecido como nada. [...] a remuneração era muito pequena. A gente não tinha nada e estava pagando para produzir o leite". Em contrapartida, na integração via contrato de parceria com a agroindústria, os agricultores recebem uma remuneração livre de custos, de investimentos na produção, de trabalho despendido. Como afirmam os próprios agricultores: "livre de tudo". Além do mais, fugiam dos riscos inerentes à atividade agrícola, como as incertezas relacionadas à produtividade das culturas, os problemas climáticos, as oscilações de preços do mercado, enfim, de um conjunto de fatores que implica na redução da remuneração agrícola.

De acordo com Peres (2003), os agricultores familiares de Piracicaba - SP também relataram esses motivos para justificar sua opção pelo estabelecimento de arrendamento ou pela parceria com a agroindústria canavieira do município. Os agricultores demonstravam um descrédito na atividade agrícola como um todo e, por isso, não continuavam desenvolvendo a atividade agrícola na área restante. Em Itapuranga, a situação era deveras diferente, pois, após ceder suas terras para a agroindústria, a maioria dos agricultores familiares entrevistados passava a concentrar seus esforços na área restante, no intuito de melhorar a remuneração familiar.

Em Itapuranga, muitos agricultores responsabilizam o Estado pelas dificuldades vivenciadas no campo. Na percepção dos agricultores, o Estado deveria exercer maior intervenção na atividade agrícola no intuito de proteger o elo mais fraco da cadeia produtiva, isto é, os agricultores familiares. Um agricultor familiar chegou a lembrar com saudades do governo de João Figueiredo: "No tempo do João Figueiredo, vou falar a verdade pra você, ele dizia: Planta que o João garante. E garantia mesmo!"

No entendimento desses agentes sociais, as propostas de desenvolvimento deveriam encaminhar-se no sentido de oferecer uma maior garantia em relação aos preços dos produtos agrícolas, pois se sentem explorados devido às desigualdades que incidem sobre os meios de trabalho utilizados no processo produtivo e os preços dos produtos agrícolas que comercializam. Os agricultores reclamam dos custos de produção sempre crescentes, sem uma correspondente garantia de retornos monetários satisfatórios. Alguns agricultores associam esses fatores à política de livre mercado empreendida pelo Estado:

> Nesse tempo em que o preço dos produtos da agricultura está ruim, a cana é uma opção a mais para o produtor. A vantagem é que a gente recebe [o valor] líquido, não tem custo. Se a gente for produzir, a gente investe e depois não sabe se vai ter retorno. Não tem estabilidade nenhuma. O nosso governo não dá uma garantia de preço, porque essa política de livre mercado não funciona muito para a agricultura. O comprador que dita o preço e isso para quem trabalha na agricultura não vale muito. (Agricultor familiar integrado à agroindústria)

Bourdieu (2000) observou, no contexto francês, que as transformações globais do espaço social rural e, mais precisamente, a unificação dos "valores" rurais e urbanos determinaram uma crise específica na reprodução da família camponesa. A amplificação dos deslocamentos, favorecida pela melhora dos meios de transporte, a generalização do acesso à educação, dentre outros fatores, culminaram na unificação do campo social e, por conseguinte, na "unificação do mercado dos bens simbólicos".

Trata-se de um conjunto de processos de ordem econômica e, outro de ordem subjetiva, que levaram a abertura do mundo rural, do espaço rural, neutralizando a eficácia dos fatores que garantiam a autonomia relativa do mundo camponês e tornava possível sua forma particular de resistência aos valores urbanos. Dentre esses fatores, o mais importante era a relativa independência frente ao mercado, principalmente em matéria de consumo, uma vez que produziam os produtos necessários ao autoconsumo. O isolamento geográfico reforçado pela precariedade dos meios de transporte tendia a reduzir a área de deslocamentos e a induzir o fechamento desse mundo num universo social de base local. O isolamento tornava possível um tipo de "particularismo cultural", baseado na resistência às normas da cidade (BOURDIEU, 2000).

Neves (1981), ao estudar os fornecedores de cana circunscritos no complexo canavieiro de Campos - RJ, por volta de 1978, observou a ocorrência de transformações globais no espaço social rural. O fato de os agricultores se inserirem no complexo canavieiro influenciou nas transformações percebidas. A comercialização da cana impunha exigências de movimentações bancárias e envolvimento com cooperativas de crédito, exigindo a presença constante dos produtores de cana junto às instituições localizadas na cidade. Também, o rendimento advindo da cana contribuiu para a ampliação do consumo, levando-os a constituir relações de compra nos estabelecimentos comerciais da cidade. Ademais, aumentou o acesso à assistência médica e previdenciária, estimulando a busca destes serviços no meio urbano. Todos esses fatores, juntamente com a pavimentação das estradas, facilitaram a comunicação e os deslocamentos para as cidades próximas.

A facilidade de acesso à cidade e a convivência com outros vizinhos, geralmente residentes na cidade e possuidores de hábitos de consumo diversos, aliada à freqüência dos filhos nos cursos de profissionalização – visando à ruptura das práticas agrícolas, do trabalho pesado e desvalorizado –, levaram a mudanças nas formas de se vestirem, nos seus valores e nas tradições. Com isso, passaram a negar a relação existencial que mantinham com a roça e os aspectos tidos como modernos foram percebidos positivamente como uma representação de maior civilidade, como uma melhora na qualidade de vida (NEVES, 1981).

Um exemplo das transformações globais ocorridas no espaço rural, observado por Neves (1981), foi à alteração nos padrões de consumo alimentar. Na medida em que os agricultores familiares intensificaram o plantio de cana e passaram a depender cada vez mais das relações de mercado para o atendimento da subsistência familiar, suas dietas alimentares foram se alterando, incorporando e substituindo muitos gêneros alimentares comuns do dia a dia. A dependência do mercado ampliou as necessidades alimentares, no sentido de diversificar os alimentos consumidos, com a introdução de legumes e verduras não produzidas na região, além de enlatados que são próprios da rotina da cidade. O consumo desses produtos tornou-se necessidade culturalmente aceita.

As transformações no espaço social rural também foram percebidas pelas alterações nos padrões de conforto, que eram avaliados pela posse de eletrodomésticos como rádio, geladeira, televisão, carro e a propriedade de casas de veraneio. Outras mudanças processaram-se nos padrões de educação e nas alternativas de participação das filhas de agricultores no mercado de trabalho, reduzindo a colaboração delas no trabalho agrícola. Freqüentemente, elas iam trabalhar no setor de serviços, como escritórios e comércio varejista. Assim, o acesso à educação estimulou o processo migratório, seja para a sede do município ou para os grandes centros urbanos, levando a uma alteração também nos padrões de trabalho (NEVES, 1981).

De acordo com Bourdieu (2000), as transformações globais que ocorreram no espaço rural francês determinaram uma profunda subordinação em relação ao mercado. No que se refere à produção, a exploração agrícola tornou-se cada vez mais dependente do mercado de bens industriais (máquinas, adubos etc.). De outra forma, a comercialização também ficou cada vez mais dependente do mercado de produtos agrícolas e, mais precisamente, das indústrias de processamento de produtos da agricultura, ou seja, das agroindústrias. Sendo assim, na medida em que os gastos de sua exploração se sujeitavam à evolução geral dos preços, principalmente os industriais, sobre os quais não se tem nenhum controle, os valores dos produtos tenderam a ocupar importância fundamental na visão dos

agricultores. Em função disso, eles lamentam a falta de intervenção econômica do Estado na agricultura e, em particular, a perda de importância da política de indexação dos preços.

Isso fez aparecer no mundo quase natural da economia camponesa uma ação política capaz de suscitar reações que se exprimem, muitas vezes, em tomadas de posições políticas, ao mesmo tempo revoltadas e conservadoras, fundamentadas nas ambigüidades de uma condição contraditória. Ao terem permanecido, pelo menos na aparência, como senhores da organização de sua atividade, os proprietários dos meios de produção – que podem representar um capital investido considerável, mas difícil de serem convertidos em dinheiro líquido – só conseguem tirar rendimentos a partir de um trabalho duro, exigente e pouco recompensador. Embora esse trabalho seja cada vez mais qualificado, os rendimentos mostram-se inferiores aos de um profissional qualificado no meio urbano (BOURDIEU, 2000).

Em suma, dentre as razões que levam os agricultores familiares de Itapuranga a se integrarem à agroindústria, observa-se fatores relacionados à idade dos proprietários do estabelecimento agrícola, as preocupações relacionadas à saúde, a busca por uma melhor qualidade de vida, as necessidades de complementação da renda familiar, dentre outros. Os motivos alegados pelos agricultores familiares de Itapuranga perpassam também por um conjunto de questões relacionadas não somente à atividade agropecuária propriamente dita, contemplando fatores mais amplos, associados às transformações que ocorrem no espaço social rural.

CAPÍTULO IV

AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA E CONTRADIÇÕES SOCIAIS

As agroindústrias canavieiras têm a capacidade de provocar alterações relevantes na dinâmica do município, repercutindo, especialmente, na vida dos agricultores familiares que se integram à agroindústria canavieira. No contexto do PROALCOOL, os empreendimentos canavieiros provocaram diversas transformações na dinâmica organizacional, produtiva e social dos agricultores familiares. No estado de Goiás, que atualmente se encontra entre as rotas de expansão da cultura canavieira, observa-se o avanço das agroindústrias canavieiras em áreas de predomínio de agricultura familiar. No entanto, pouco se sabe acerca das repercussões sociais que esse processo pode desencadear para os agricultores familiares goianos.

Sendo assim, este capítulo tem por objetivo analisar os desdobramentos sociais decorrentes da implantação da agroindústria canavieira e da conseqüente expansão da cultura da cana-de-açúcar numa área de predomínio de agricultura familiar. Foram abordadas questões referentes à geração de empregos, aos impactos na oferta de mão-de-obra local, à migração, ao aumento da violência, bem como às transformações dos sistemas de produção dos agricultores familiares com a substituição de culturas alimentares e da atividade pecuária pela cultura canavieira.

4. 1 A agroindústria canavieira e a geração de empregos

Durante o PROÁLCOOL, a geração de emprego foi uma das principais justificativas utilizadas pelo Estado para legitimar os investimentos na atividade canavieira. Segundo Magalhães et al. (1991), o programa gerou dois tipos fundamentais de empregos: os empregos diretos, vinculados à operação nas destilarias e nas lavouras de cana-de-açúcar e os empregos diretos e indiretos, resultantes da aquisição de insumos. Os autores estimam que, em 1985, foram gerados ao todo 828.000 novos empregos e, destes, 625.000 empregos diretos no setor sucroalcooleiro, abrangendo as atividades agrícolas e industriais. Foram gerados 202.804

empregos diretos e indiretos, resultantes da aquisição de insumos que envolviam as operações e os investimentos industriais e agrícolas.

Novamente, no contexto do atual programa de agroenergia, a possibilidade de geração de empregos é difundida como um dos trunfos da agroindústria canavieira, concentrando-se, principalmente, na etapa do corte da cana. Embora não existam estudos definitivos comparando a geração de emprego no setor de energia de carbono fóssil – cadeia de petróleo – e de bioenergia, acredita-se que é possível gerar de 10 a 20 vezes mais empregos na agricultura de bioenergia. Outra vantagem apontada no programa agroenergético é que os empregos são gerados internamente. Assim, o Estado defende que "com uma única política pública: através do incentivo à agricultura de energia, é possível enfrentar os desafios da produção de energia sustentável, [...] da geração de emprego e renda, com distribuição mais eqüitativa" (MAPA, SPA, EMBRAPA, 2005, p. 17).

Dessa forma, a geração de empregos pelo complexo canavieiro torna-se ponto chave das propostas voltadas ao desenvolvimento social. Teoricamente, com trabalho garantido, os trabalhadores teriam acesso a uma remuneração que lhes possibilitariam o consumo e movimentaria a economia local dos municípios. Isso causaria a tão sonhada renda no meio rural, "promovendo, assim, uma verdadeira justiça social no contexto do Brasil". O acesso ao trabalho e ao consumo tornou-se, então, um dos principais mecanismos de promoção da inclusão social embutido na política agroenergética.

Segundo dados da Sepin (2008) o setor sucroalcooleira desempenhou, em 2007, um importante papel na geração de empregos em Goiás. As atividades de cultivo da cana-de-açúcar, produção de álcool e, fabricação e refino de açúcar foram responsáveis pela geração de mais de 22 mil postos de trabalho, o que correspondeu a 44,31% da soma de todos os empregos gerados no acumulado do ano.

Nas entrevistas realizadas em Itapuranga, a geração de empregos também foi apontada como o principal benefício decorrente da implantação da agroindústria no município, visto que o desemprego era um problema social que incidia sobre aquela população. Segundo dados da Sepin (2007), em Itapuranga, o saldo entre admissão e desligamento foi positivo no período de 2000 a 2003 e negativo entre 2004 e 2005, tornando a se elevar em 2006. Tudo indica que o início das atividades da agroindústria canavieira no município contribuiu para o aumento da geração de empregos em 2006.

A agroindústria canavieira implantada em Itapuranga está empregando grande quantidade de pessoas do município e das regiões circunvizinhas, além de outros oitenta trabalhadores especializados no corte da cana, que a agroindústria buscou no município de

Araçaí – MG. Observa-se que as agroindústrias canavieiras da região – não somente a de Itapuranga – estão absorvendo agricultores familiares ou filhos de agricultores residentes no meio rural para trabalhar na empresa. Esse fato pôde ser observado em cinco unidades familiares pesquisadas: "Na nossa região tem alguns filhos de agricultores que trabalham na usina de Goianésia [...]. Tem o filho de um vizinho nosso que trabalha na usina de Carmo de Rio Verde. Parece que eles pagam melhor do que aqui" (Agricultor familiar integrado à agroindústria).

Pela análise dos depoimentos orais de diferentes agentes sociais entrevistados em Itapuranga, percebe-se certo consenso ao apontar a geração de postos de trabalho como o principal aspecto positivo decorrente da implantação da agroindústria na região. A geração de empregos foi apontada com destaque porque era um dos principais problemas vivenciados pela população do município.

A busca pela geração de empregos também foi um dos motivos que levou a Organização dos Amigos de Itapuranga (OAI) a empenhar seus esforços para atrair a agroindústria para o município. Como justifica o presidente da OAI:

> Antes da empresa aqui [...] normalmente tinha o pessoal pedindo dinheiro na rua [...]. Eram muitas pessoas pedindo dinheiro, de oito a dez pessoas por dia. Entravam aqui pedindo dinheiro: — "me ajuda a pagar um gás, um remédio [...]". Agora, por felicidade, essas pessoas voltaram a trabalhar. A renda *per capita* melhorou e tem emprego. Com isso, acabou essa parte da miséria propriamente dita.

Quando questionado acerca da qualidade dos postos de trabalho gerados pelo empreendimento canavieiro, o presidente da OAI ressalta que há muito preconceito relacionado ao trabalho braçal, que, para ele, é um trabalho como outro qualquer, sendo apenas um pouco mais exaustivo:

> Eu noto que tem uma ignorância muito grande [em relação] ao trabalhador braçal. É um trabalho difícil, mas é um trabalho! Ele é mais exaustivo, sem dúvida. Mas, é um trabalho que qualquer um de nós pode fazer. Muitas pessoas agradecem por ter essa frente de trabalho. Inclusive, algumas mulheres vinham aqui pedir, sempre dizendo: — "vocês tem que abrir um espaço para nós trabalharmos também, porque nós não achamos emprego em lugar nenhum, por que está difícil". Então, a usina também abriu as portas para as mulheres, fazendo serviço de campo, não serviço pesado, porque tem várias divisões. As mulheres ficam com as tarefas, com serviços mais fáceis de fazer.

A maioria das pessoas entrevistadas também não questiona a qualidade dos empregos gerados pela agroindústria canavieira. Elas demonstram satisfação com a geração de empregos e, conseqüentemente, com a geração de renda que está dinamizando a economia do município.

Segundo Bourdieu (1998b, p. 120, 122, 123), os efeitos do desemprego são visíveis, pois se percebe uma desestruturação da vida familiar e social, além da relação que as pessoas mantêm com o mundo. Todas as pessoas estão sujeitas aos efeitos devastadores do desemprego, que resulta numa espécie de submissão. Isso impede qualquer "antecipação racional", na medida em que torna o futuro incerto, "sem um mínimo de crença e de esperança que é preciso ter para se revoltar" contra a intolerável situação vivenciada. Quando o desemprego atinge taxas muito elevadas e a precariedade afeta grande parte da população, "o trabalho se torna uma coisa rara, desejável a qualquer preço", circunscreve-se, então, um novo tipo de dominação, fundado na instituição de uma situação generalizada e permanente de insegurança.

A insegurança em relação ao emprego não afeta somente o conjunto de trabalhadores ameaçados pelo desemprego, mas provoca uma insegurança generalizada na sociedade como um todo, afetando até mesmo aquelas pessoas que não estão ou não serão diretamente atingidas. Segundo Bourdieu (1998b, p. 121), "essa espécie de 'mentalidade coletiva' [...], comum a toda a época, está no princípio da desmoralização e da desmobilização que se podem observar [...] em países subdesenvolvidos, afligidos por taxas de desemprego ou de subemprego muito elevadas e habitados permanentemente pela obsessão do desemprego".

A grande geração de postos de trabalho pela agroindústria canavieira em Itapuranga, na maioria das vezes, foi ressaltada pela comunidade local como uma forma de compensação pelas atitudes ou atividades que nem sempre são aprovadas, como as poluições decorrentes das queimadas, o uso generalizado da água do Córrego Canastra, o uso de agrotóxicos, a derrubada das árvores, dentre outros.

A insegurança gerada pelo desemprego, da qual fala Bourdieu, pôde ser percebida nas entrevistas realizada em Itapuranga. A insegurança se evidencia pela falta de questionamento da comunidade acerca da qualidade dos postos de trabalhos gerados pela agroindústria, também o fato da comunidade optar pelo emprego em vez da eliminação da queima da cana e ainda pela preocupação da sociedade com o fim da safra na agroindústria – ocasião em que ocorrerá a rescisão dos contratos de trabalho temporários. Em uma entrevista realizada com o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), constatou-se que o

desemprego não oferece uma ameaça direta para os comerciantes, porém ele demonstra insegurança e preocupação em relação a isso:

> A usina Vale Verde alterou bastante o perfil da cidade. As vendas melhoram bastante para os comerciantes, agora está correndo dinheiro na cidade. Os supermercados estão vendendo mais gêneros alimentícios. As pessoas aqui não tinham emprego e a usina gerou mais de mil empregos. Também alterou bastante para esse pessoal que não tinha emprego, como os pequenos produtores. Agora, os filhos deles têm lugar para trabalhar, apesar de ser uma opção difícil, que é o corte de cana. Por isso, nós *não sabemos o que vai acontecer a partir de novembro, quando encerrar as atividades de corte de cana*. E não sabemos se as pessoas vão ficar desempregadas, porque vence o contrato de seis meses.

Com a ameaça de desemprego, problema cada vez mais presente no cotidiano, os trabalhadores acabam por reduzir sua capacidade de mobilização, de reivindicação, se tornando um tanto conformadas com as situações que nem sempre aprovam. Bourdieu observou no contexto da França o efeito da flexibilização do trabalho:

> [...] a violência estrutural também pesa sobre o que se chama contrato de trabalho [...]. No discurso empresarial nunca se falou tanto de confiança, de cooperação, de lealdade e de cultura de empresa como nessa época, em que se obtém adesões a cada instante, fazendo desaparecer todas as garantias temporais. [...] A adesão é incerta e ambígua, porque a precariedade, o medo da demissão e do "enxugamento" pode, como o desemprego, gerar a angústia, a desmoralização ou o conformismo. (BOURDIEU 1998, p. 140,141)

Enquanto em vários países se questiona a flexibilização do mercado de trabalho materializada nos chamados contratos de trabalhos, no Brasil, o desemprego e a informalidade são tão acentuados que os trabalhadores, quando conseguem estabelecer um contrato de trabalho com uma empresa, ficam extremamente felizes e sentem-se privilegiados.

Nas entrevistas realizadas com os trabalhadores da agroindústria canavieira, um deles ressalta as vantagens de trabalhar em regime de contrato temporário: "antes eu trabalhava em confecção e eu fui buscar emprego na usina porque o salário é melhor, tem um piso salarial, o trabalho é com contrato. Têm alguns direitos trabalhistas, coisas que antes eu não tinha" (Trabalhador temporário da agroindústria).

Não foi possível transcrever em números o impacto que a geração de empregos trouxe ao município. Mas, pelos relatos percebe-se que a geração de empregos provocou grande repercussão na vida da população de Itapuranga e na dinâmica de organização dos agricultores familiares. A geração de empregos reflete na vida dos agricultores familiares, principalmente porque aumenta a demanda por mão-de-obra, dificultando a contratação de trabalhadores temporários para auxiliar nos momentos de picos das atividades agrícolas.

No atual programa agroenergético, o Estado enfatiza que a geração e a manutenção de postos de trabalho no campo é uma característica fundamental da agricultura familiar. Sendo assim, determina que os projetos que visam à produção de energia devem considerar a geração de empregos como requisito fundamental para garantia da "sustentabilidade dos empreendimentos familiares rurais".

Caume (1997) observa que os agricultores familiares de Itapuranga utilizam, predominantemente, mão-de-obra familiar na execução das atividades na unidade de exploração rural. No entanto, nos momentos de pico da atividade agrícola, principalmente nas épocas do plantio e colheita, há uma maior demanda de força de trabalho, sendo necessário recorrer a outras formas de complementação de mão-de-obra, que se dá especialmente pela contratação de trabalhadores temporários, por meio do pagamento de diárias ou pela prática de "trocas de dias de serviço".

Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Vale do Rio Vermelho (MDA, SDT, 2006), a agricultura familiar era a principal fonte de ocupação da força de trabalho na zona rural no Município de Itapuranga e no Estado de Goiás. Mesmo dispondo de apenas 58,4% da área total do município de Itapuranga, a agricultura familiar foi responsável por 87,5% do pessoal ocupado no município no ano de 1996. Em função disso, Itapuranga se destacava, dentre os municípios goianos, pela sua alta capacidade de geração de empregos no meio rural, posto que 7.476 ocupações foram criadas nos estabelecimentos rurais e apenas 1.776 empregos em empresas com CNPJ.

De acordo com o MDA, SDT (2006), a geração de empregos está relacionada ao número de empreendimentos existentes no município. Em 2006, havia quatro grandes indústrias de laticínios, uma agroindústria canavieira, um frigorífico/entreposto de ovos, além de um distrito agroindustrial que demandava dos proprietários dos estabelecimentos rurais uma grande quantidade de produtos primários, possibilitando a absorção de um contingente significativo de mão-de-obra para trabalhar no campo. Ademais, esse município possui um grande número de agricultores familiares que geram empregos permanentes e temporários no

espaço rural. Em 1996, do total de vagas ofertadas no campo, 70,5% foram geradas pelas propriedades com até 50 hectares.

No entanto, Itapuranga, que se destacava na geração de empregos no meio rural, atualmente enfrenta o dilema de escassez de mão-de-obra. O fato de a agroindústria absorver uma grande quantidade de trabalhadores exerceu uma forte pressão sobre a disponibilidade de mão-de-obra na zona rural. É importante notar que a agroindústria remunera melhor os trabalhadores e, mesmo oferecendo trabalho sob regime de contrato temporário, eles dispõem de maiores benefícios em relação aos empregos informais que realizam junto aos agricultores familiares. Ademais, a estabilidade do emprego na agroindústria é maior do que a ofertada pelos agricultores. Na maioria das vezes, os agricultores familiares de Itapuranga só contratam mão-de-obra complementar nos períodos críticos do ciclo produtivo, sendo que a execução das atividades na unidade familiar, normalmente, é realizada pelo casal proprietário e os filhos. Outra vantagem é a remuneração quinzenal dos funcionários contratados pela agroindústria.

A escassez de mão-de-obra no campo também é levantada por técnicos que trabalham com os agricultores familiares. Segundo um técnico da AgenciaRural, a instalação da agroindústria no município aumentou, indiscutivelmente, a demanda por mão-de-obra, dificultando a contratação de trabalho temporário pelos agricultores familiares. Como conseqüência, os membros da família dos agricultores precisam se esforçar mais para conseguir desenvolver suas atividades a contento. Em alguns casos, os agricultores tiveram que reduzir a área cultivada com determinadas culturas, principalmente as que demandam mais mão-de-obra como a fruticultura:

> [...] com a cana, essa mão-de-obra ficou mais escassa e o produtor sabe que agora ele e sua família têm que se esforçar mais para dar conta do serviço. Se antes o agricultor planejava plantar 4.000 pés de maracujá, hoje ele já tem que pensar duas vezes, porque ele sabe que se plantar tudo isso não vai dar conta. Então, ele prefere não plantar desse tanto. (Técnico da AgenciaRural)

Alguns agricultores familiares atribuem a causalidade da escassez de mão-de-obra às políticas assistencialistas do Estado, que deixam os trabalhadores acomodados, conforme relato: “[...] está difícil de conseguir gente para trabalhar. Até para limpar um quintal está difícil. Eu acho que é porque o governo está dando muita coisa para o povo, é cesta básica,

gás, e o povo está deixando de trabalhar." (Agricultora familiar aposentada, não integrada à agroindústria).

Para sanar o problema de escassez de mão-de-obra, alguns agricultores intensificam a prática de trabalho comunitário, a exemplo das "trocas de dias". Segundo Caume (1997), a "troca de dias de serviço" era uma estratégia utilizada pelos agricultores familiares de Itapuranga para contornar o problema de escassez de mão-de-obra familiar. Os agricultores lançavam mão dessa prática quando havia dificuldades para contratação de mão-de-obra assalariada, seja pela reduzida oferta, seja por dificuldades econômicas. Além de sanar as necessidades econômicas e/ou produtivas, as "trocas de dias" também constituem momentos de socialização e convivência dos agricultores com os vizinhos e parentes. Convencionalmente, na região, a troca de dias é denominada "mutirão". Nesse sistema, quando um agricultor precisa de força de trabalho complementar, um vizinho é convidado para ajudar sob a condição de o favor ser retribuído e a mão-de-obra emprestada. Dessa forma, parentes e vizinhos se organizam para contornar as dificuldades de contratação de trabalhadores temporários com o emprego de práticas tradicionais:

> Trabalhamos só nós dois [ele e a esposa] no campo. Quando precisa de mais gente, trabalhamos à base de mutirão [troca de dias]. Às vezes, quando precisa, a gente divide: uns vão para um e outros vão para outros. E quando a gente vai bater uma área maior, pegamos um vizinho, e depois ficamos devendo aquele favor para ele. A gente usa muito isso, porque se vai fazer um serviço que depende dos outros, é difícil arrumar pessoal. Então, a gente faz assim: o vizinho te ajuda e depois o ajudamos (Agricultor familiar integrado à agroindústria).

Em síntese, a geração de empregos na agroindústria canavieira repercutiu no aumento da demanda por mão-de-obra, restringindo as possibilidades dos agricultores familiares de contratarem trabalhadores temporários. Em alguns casos, precisam reduzir a área cultivada com determinadas culturas, principalmente as que são mais exigentes em mão-de-obra, como a fruticultura. Em conseqüência, precisam intensificar o ritmo de trabalho para conseguir desenvolver suas atividades agrícolas, ou recorrerem à utilização de trabalhos comunitários.

Outro desdobramento relacionado à geração de empregos pela agroindústria diz respeito à migração de trabalhadores especializados no corte de cana, de outros estados da federação ou outras localidades para Itapuranga. O fato de a agroindústria canavieira do município buscar trabalhadores especializados no corte de cana em outros estados da

federação colocou em evidência o debate público sobre a questão da violência.

As opiniões acerca do aumento da violência no município são divergentes. Alguns entrevistados ressaltam que, antes da vinda da agroindústria para o município, noticiavam-se vários furtos nas propriedades rurais, porém, com a vinda da agroindústria a violência reduziu. Assim, a ocorrência dos crimes era justificada pelo alto índice de desemprego observado na cidade, como relata um agricultor familiar: "as pessoas estavam sem renda, desocupadas nos bares e findavam por roubar e fazer bagunça nas propriedades rurais do município". Esses discursos eram difundidos, principalmente pelos agentes sociais favoráveis à expansão canavieira e à atuação da agroindústria no município.

Em contrapartida, os agentes contrários à atuação do empreendimento canavieiro enfatizam o aumento da violência em Itapuranga. Tais temores se justificavam pelo fato de a agroindústria buscar, em outras regiões do país, pessoas "estanhas" para trabalhar na agroindústria. São recorrentes as afirmações de que os trabalhadores migrantes apresentam uma produtividade maior em relação aos cidadãos itapuranguenses, pois já estão especializados com o tipo de trabalho. Os grupos de representação local[39] dos agricultores familiares e outros agentes sociais reprovam, de maneira especial, a contratação de trabalhadores migrantes pela agroindústria, pois demonstram receio em relação à reputação desses trabalhadores. Em seus discursos afirmavam que já ouviram falar de casos de supostos trabalhadores da agroindústria que foram pegos roubando na cidade, ressaltam que alguns são fugitivos da carceragem prisional de Goiás. Além do mais, esses agentes sociais não vêem com bons olhos o fato de o empreendimento canavieiro contratar trabalhadores provenientes de outros Estados ao invés de priorizar a contratação de trabalhadores do município:

> [...] traz problemas, incômodos, são pessoas estranhas, vindo de outro lugar para nossa região, a gente tem medo. Ainda não tem nenhum caso de violência, mas ouvi falar de um marginal que estava cadastrado na agroindústria e que foi pego roubando aqui em Itapuranga. Então, é isso que a gente tem medo, porque esses marginais vão para nossa propriedade fazer desordem em nosso lar. Aqui já houve violência, mas não é igual os outros lugares que a gente ouve falar nos jornais. Aqui é um lugar tranqüilo, bom de morar. Eu não sei por que eles [a agroindústria] trazem gente de fora se aqui tem tanta gente precisando trabalhar. Acho que tinha que dar mais prioridade para os daqui, mesmo que a produção deles seja menor, com o tempo eles aprendem. (Agricultora familiar não integrada à agroindústria)

[39] Cooperativa, Sindicato do Trabalhador Rural e Igreja Católica

Percebe-se, em algumas ocasiões, que as preocupações com o aumento da violência se confundem com manifestações de preconceitos. Quando indagadas sobre as evidências da hipótese de aumento da violência, não conseguem confirmar sua existência, mas também não escondem o temor e a insegurança que sentem em relação às pessoas provenientes de outras regiões, especialmente os trabalhadores assalariados no corte da cana. As preocupações são justificadas em função das características dos trabalhadores por eles denominados "nordestinos", "pessoas de aspecto estranho", "esquisitos", "feios", como relata uma agricultora familiar aposentada que não se integrou à agroindústria: "[...] o que mudou na cidade é que está vindo muita gente de fora, tem muita gente estranha trabalhando nessa indústria, uns homens esquisitos, cheios de tatuagem [...]".

Alguns representantes das instituições locais reconhecem que se trata mais de uma questão de preconceito do que propriamente de aumento da violência. Argumentam que a vinda dos cortadores de cana para a região provocou um choque de culturas, fato muitas vezes mal interpretado pela população itapuranguense que passou a se sentir ameaçada. Não raramente, quando ocorrem roubos, assaltos, brigas ou confusões na cidade, as suspeitas logo recaem sobre os trabalhadores migrantes. Em seus próprios discursos encontram-se expressões carregadas de preconceitos, como pode se observar no relato da representante da cooperativa local. Para ela, há um temor de que a cidade fique "inundada" por trabalhadores migrantes provenientes de outros estados da federação e que, ao findar o ciclo da cana, podem permanecer definitivamente nas cidades, impulsionando a implantação de favelas:

> [...] de uma hora para outra, a gente viu a cidade inundada por muita gente diferente, porque a usina traz ônibus e ônibus de pessoal do Norte e Nordeste. E assim, é um pessoal que tem uma cultura e um modo de vida diferente, as pessoas da cidade ficam com o pé atrás, e tudo o que acontece de ruim aqui eles já ligam logo a esse pessoal.

A polêmica em torno do aumento da violência foi uma das repercussões decorrentes da geração de emprego pela agroindústria canavieira implantada em Itapuranga. A geração de emprego já era cogitada, na esperança de conter a migração dos jovens rurais itapuranguenses, que partiam para os grandes centros ou para o exterior em busca de trabalho.

4.2 Empreendimento canavieiro e migração rural

De acordo com dados da Seplan (2007), o município de Itapuranga possuía, em 2000, uma população total de 26.740, sendo que 25,6% viviam no meio rural. Esse índice pode ser considerado relativamente alto, se comparado ao percentual de 12% da população goiana que vive na zona rural. O município apresentava, em 2006, uma densidade demográfica de 19,93 hab/km², e a taxa de crescimento geométrico da população, referente aos anos de 2000 a 2006, foi decrescente, situando em torno de - 0,82%.

Das unidades familiares entrevistadas, aproximadamente 80% dos agricultores residiam na zona rural, e em 33% dos casos, apenas o casal de agricultores permanecia no campo, pois seus filhos já haviam migrado para a cidade, principalmente para Itapuranga – em menor proporção para outras cidades pólos como Goiânia, Anápolis e Brasília, e outros estados como Tocantins e Minas Gerais. O destino prioritário das filhas, das unidades familiares pesquisadas, era Itapuranga.

A migração da população jovem preocupa os grupos de representação de Itapuranga. Segundo o presidente da Organização dos Amigos de Itapuranga, um dos motivos que os levaram a empenhar seus esforços para levar a agroindústria canavieira para o município decorria da necessidade de criar uma frente de emprego no município que viesse a absorver os trabalhadores jovens e, por conseqüência, evitar sua migração. A existência de uma fábrica de processamento de cana instalada no município, porém inutilizada, também contribuiu para se dar preferência à atividade canavieira:

> A questão começou [da forma] seguinte: [...] nós, um conjunto de amigos, – vendo as famílias migrarem daqui e os jovens saindo para outros lugares, ficando só o pessoal envelhecido – sentimos a necessidade de fazer alguma coisa para segurar os jovens junto às famílias, para Itapuranga parar de ser simplesmente uma manjedoura que cria o filho, e ele vai embora sem retorno. Nós chegamos à seguinte conclusão: precisamos fazer com que Itapuranga se desenvolva na parte da agroindústria ou de indústria de um modo geral. [...] Itapuranga vem de uma economia de fazenda rural, economia familiar mesmo, [...] então nós tínhamos que fazer alguma coisa dentro disso. [...] Já que o município é agropecuário, tinha que ser alguma coisa em nível de agroindústria. [...] Nós achávamos que seria a única forma de re-movimentar o município, evitar que os jovens fossem embora, e a população diminuísse.

A migração da população jovem é uma realidade no município, dada a percepção da relação de oportunidades de vida nos espaços rurais e urbanos. Muitos agricultores reclamam do fato de os filhos não demonstrarem interesse em dar continuidade ao empreendimento familiar. Em conseqüência, os agricultores expressam uma previsão pessimista e uma expectativa catastrófica em relação ao futuro, como se pode perceber na entrevista realizada com um casal de agricultores familiares:

> Esposa: [...] está todo mundo indo embora. Nosso menino mesmo foi embora pra Goiânia. Daqui um tempo nossa menina vai, e só ficamos nós, já velhos, no campo. E a mão-de-obra de tirar o leite? Porque daqui alguns dias nós não vamos ter condições de fazer isso, e o filho também já foi embora, não aprendeu a fazer aquilo, e não quer fazer, não quer trabalhar no campo.
> Esposo: É difícil! Nós praticamente vamos ter que abandonar o campo, quando a gente tiver na velhice, o que vai acontecer? Vão ficar todas essas áreas abandonadas. O seu filho não volta mais pra trabalhar no campo, você não tem condições, não tem um capital pra pagar alguém para o trabalho. É muito difícil!

Possivelmente, os jovens migram acreditando que terão melhores oportunidades de vida e de trabalho na cidade, como relata um agricultor familiar entrevistado: "[...] igual os filhos dos Bertulino, que são três irmãos: um já está na usina e outro já está saindo [da agroindústria canavieira] pra ver se consegue um emprego melhor que o da roça". Nesse sentido, alguns empregos oferecidos pela agroindústria canavieira nem sempre são atrativos aos jovens.

Ademais, observou-se que a expansão canavieira no município desencadeou um lento processo de migração do campo para a cidade. Ao se integrarem à agroindústria, a dinâmica social e produtiva dos agricultores familiares de Itapuranga passa por transformações consideráveis porque, ao cederem suas terras para a implantação da cultura canavieira, precisam reduzir ou abandonar o cultivo diversificado que normalmente empreendiam em suas propriedades. Em tais condições, a propriedade rural modifica sua função social, transformando-se apenas num local de habitação localizado na zona rural. Em alguns casos, embora numa freqüência bem menor, os agricultores chegam ao extremo de migrar para a cidade, deixando para trás todo um estilo de vida no campo. Como relata um agricultor familiar integrado à agroindústria,

> [...] as famílias estão todas mudando pra cidade, cada dia mais. O cara arrenda a chacrinha dele [integra-se à agroindústria], e vai pra cidade viver daquele salário da empresa, vira um funcionário da empresa, vai receber por mês. Acontece muito isso, [...] às vezes, quando ele não vai pra cidade, ele fica só morando lá no campo, porque lá fica a casa dele, cercada de cana, e eles não têm terra para fazer nada. Então, já que não tem como trabalhar [...], o jeito é mudar para a cidade e receber o salário que vem lá da terrinha.

A ocorrência de migrações de agricultores familiares do campo contradiz a tão propalada "justiça social" que suscita a promessa da interiorização do desenvolvimento por meio da redução das disparidades regionais e da "fixação das populações rural ao seu habitat" (MAPA, MCT, MME, MDI&CE, 2005, p. 25). Dessa forma, coloca-se em questão a capacidade da atual política agroenergética viabilizar os empreendimentos familiares rurais brasileiros.

A migração de agricultores familiares do campo, em conseqüência da expansão da lavoura canavieira, também foi observada por Heredia (1988) ao estudar a região dos tabuleiros alagoanos. No contexto do PROALCOOL, a chegada de pessoas oferecendo um preço relativamente alto pelas terras dos pequenos agricultores serviu de incentivo para a venda das pequenas propriedades. Na visão dos agricultores, a venda da propriedade lhes permitiria a comprar de outras terras situadas em áreas mais distantes e também adubos para tornar essas terras rentáveis para o cultivo, entretanto, muitos deles não conseguiram readquirir novas terras. Outros pequenos agricultores, que tinham terras situadas em áreas próximas às grandes propriedades e que resistiram à venda ou permaneceram na terra, foram praticamente cercados pela cana. Em algumas situações, fecharam-se as saídas de suas propriedades e, em outras, as canas invadiram paulatinamente parte das terras dos pequenos agricultores (HEREDIA, 1988, 1989).

Na região de Campos, segundo Neves (1981), a cultura canavieira aumentou o processo de migração. A partir da década de 1960, com a intensificação do processo de mecanização nessas atividades, os agricultores reduziram suas lavouras de subsistência e passaram a se dedicar à cultura canavieira, o que resultou numa maior dependência do mercado, findando por reduzir as possibilidades de reprodução das famílias mais numerosas. As dificuldades de ampliar a terra também limitavam a reprodução dos filhos como agricultores. Assim, a unidade de produção familiar só conseguia absorver um ou dois trabalhadores produtivos, enquanto os demais deveriam partir logo que alcançassem a maturidade – por volta dos quinze ou dezesseis anos, os jovens eram incorporados ao mercado de trabalho. Através do trabalho dos filhos adultos, a unidade de produção podia, então,

reencontrar novas formas de equilíbrio, contando com eles apenas nos momentos do pico agrícola, quando isso não comprometia o emprego deles.

Peres (2003) também observou que o aumento do rendimento obtido na atividade agrícola era insuficiente para garantir a reprodução social dos agricultores familiares da região de Piracicaba. Com isso, os filhos abandonavam a propriedade em busca de melhores oportunidades no meio urbano e os pais, em contrapartida, sofriam a carência de mão-de-obra para as atividades agrícolas. A autora observou que a alteração dos valores e das necessidades individuais influenciava no processo de migração dos filhos, pois muitas vezes, mesmo os filhos residindo com a família, não queriam trabalhar na propriedade rural. Em outras situações, os pais também não queriam que os filhos trabalhassem na agricultura, em função das péssimas perspectivas em relação ao futuro. Portanto, essas atitudes contribuíram para estimular a migração dos jovens.

No contexto francês, Bourdieu (2000) observa que a migração do campo decorriam, além da subordinação da economia camponesa à lógica do mercado, também da unificação dos "valores" rurais e urbanos. A unificação colocava em questão a autonomia dos camponeses, levando ao enfraquecimento de sua capacidade de resistência aos atrativos da cidade. Quando eles perdiam sua resistência, as vantagens urbanas tornavam-se percebidas, apreciadas e atrativas a tal ponto que começavam a ser visíveis e desejáveis pelos agricultores. Isso ocorre porque a atração pelo modo de vida urbana só se impõe sobre mentes convertidas à suas seduções.

De acordo com o autor, a inversão dos valores camponeses depende da posição ocupada na antiga hierarquia, mas depende também dos interesses e das disposições associadas a essa posição. Os camponeses que são menos resistentes às forças de atração urbanas são também os menos apegados a terra, às tradições camponesas e a casa, percebendo antes e melhor do que os outros as vantagens associadas à migração. Como no caso das mulheres que percebiam a migração como uma melhor opção em face do que o futuro no campo lhes reservava – o casamento e a sujeição ao marido. Os agentes menos apegados à condição camponesa são também os menos empenhados no trabalho e nas responsabilidades de poder, também são menos apegados à propriedade rural e mais dispostos a estudar, pois acreditam nas promessas de mobilidade social que a educação difunde.

Assim, esses agentes trazem ao mundo camponês o "olhar citadino" que despreza, desvaloriza e desqualifica as características camponesas: sua cultura, seus produtos, seu modo de produção e de reprodução, sua linguagem, seu estilo, sua roupa, suas maneiras, sua postura, seu físico, enfim, tudo o que as famílias camponesas têm a oferecer perdem seu

encanto. Portanto, a unificação dos espaços rurais e urbanos neutraliza os mecanismos sociais que garantiam aos camponeses franceses – nos limites restritos do espaço social onde viviam – a liderança simbólica de um espaço particular, que lhes permitia a perpetuação dos valores fundamentais do grupo e, por conseguinte, sua existência como camponeses. Com isso, o mundo fechado, onde as pessoas se sentiam interligadas e em casa, foi aos poucos se abrindo (BOURDIEU, 2000).

Além do mais, o autor observa que a desmoralização camponesa resulta do rompimento das barreiras que separavam as relações sociais de base local, as quais ajudavam a camuflar a realidade desfavorável da posição ocupada pelos camponeses no espaço social. O camponês começou a observar a sua condição por comparação com as pessoas da cidade, que já não é abstrata e imaginária como antigamente. Tal comparação se dá no interior da própria família, em relação aos parentes migrados. Ou seja, o camponês passou a perceber-se como "camponês", no sentido pejorativo, segundo uma lógica de "racismo".

Bourdieu (2000) explica que isso não acontece de uma hora para outra, pois os agentes precisam de tempo para comparar e compreender as vantagens e desvantagens do campo e da cidade. Esse tempo é diferente para cada pessoa e depende do apego ao mundo antigo e dos interesses que cada pessoa depositou nesse mundo. Ou seja, os diferentes agentes percorrem velocidades diferentes, conforme os interesses que investiram no campo e na cidade. A característica mais visível da atual crise que os camponeses vivenciam se exprime nas "profecias" pessimistas do tipo "nós somos fracos"; essa derrota interiorizada individualmente leva a resultados não desejados, como a migração.

Segundo Bourdieu (2000), a imagem catastrófica do futuro coletivo, como a "profecia" que anuncia o desaparecimento dos camponeses, só reforça a probabilidade disso realmente acontecer, uma vez que confere sentido aos múltiplos indícios parcelares que a experiência cotidiana oferece. O efeito desmoralizador exercido pela representação pessimista do futuro, que a própria classe expressa, pode contribuir para o seu próprio declínio. Isso ocorre porque a desmoralização atua como uma previsão, ou seja, uma profecia que é capaz de remeter ao advento do futuro que profetiza. Assim, os agentes interiorizam uma idéia de futuro e realizam ações que tendem a ameaçar a sua própria reprodução, como as migrações maciças, resultantes do somatório de fugas individuais. No entanto, o autor ressalta que os camponeses, ao invés de profetizar um futuro catastrófico, devem se apossar de instrumentos simbólicos que permitam ao grupo obter o controle da crise e organizar-se com vistas a opor-se aos problemas que vivenciam.

Em suma, a migração da população jovem de Itapuranga pode estar relacionada a outras questões não diretamente relacionadas ao desemprego no campo. Nesses termos, a geração de postos de trabalho pela agroindústria canavieira pouco repercute na reversão do processo migratório observado no município, ao contrário, tende a intensificá-lo. Outra influência decorrente da vinda da agroindústria canavieira para o município, que preocupa os agricultores familiares de Itapuranga, refere-se à substituição de culturas alimentares pela cultura da cana.

4.3 Alterações na dinâmica produtiva dos agricultores integrados

Dentre os aspectos negativos relacionados ao PROÁLCOOL sobressai a questão da substituição de culturas alimentares pela cultura da cana, com a conseqüente redução da oferta de alimentos. Contudo, é importante indagar até que ponto o programa determinou a substituição de culturas alimentares, uma vez que vários autores levantaram essa questão.

Na fase áurea do PROÁLCOOL, Moreira et al. (2001) afirmaram que a ampliação da fronteira da zona canavieira do estado da Paraíba resultou na substituição da vegetação nativa e de culturas alimentares pela cultura da cana-de-açúcar.

Outro estudo de repercussão sobre o tema da substituição de culturas, de autoria de Homem de Mello e Fonseca (1981), revelou que o Brasil enfrentaria um conflito na realização de seus objetivos que, no momento, eram a produção de alimentos – como arroz, feijão, milho, mandioca, batata, cebola, batata-doce e tomate –, de produtos voltados para exportação – como laranja, soja, café etc. –, além da produção de biomassa para obtenção de energia, proveniente de culturas como cana-de-açúcar, mandioca, entre outros. Observando o crescimento de áreas destinadas à cultura da cana-de-açúcar, entre 1977 e 1980, os autores constataram que a meta de produção de culturas energéticas para obtenção de álcool foi completamente atingida em 1980, e a meta de produção de culturas para exportações foi contemplada em 60/70%, enquanto que o objetivo de produção de culturas alimentares não foi cumprido. Ou seja, houve uma realocação de recursos na agricultura, visando estimular o aumento da área plantada com cana-de-açúcar, em detrimento das culturas alimentares e das pastagens.

No estado de São Paulo, onde se concentrou a produção canavieira, a situação foi pior do que no resto do país, pois, entre 1976 e 1980, a área colhida com cana-de-açúcar registrou incremento de 46,6%, superando qualquer outra cultura. Já nas culturas alimentares básicas, observaram-se resultados negativos, a exemplo do arroz que teve uma redução de -

50,5% da área, do milho de -23,3% e de mandioca de -23,3%. Em Alagoas, para um incremento de 55,2% das áreas colhidas de cana, houve um decréscimo de -30% no cultivo do arroz, -5,6% no feijão e -27,1 % na mandioca. Em Pernambuco, a cana teve acréscimo de 10,9%, enquanto o arroz sofreu redução de -20,0%, a mandioca de -1,5% e o milho de -11% (HOMEM de MELLO e FONSECA, 1981).

Com base em dados do IBGE, Magalhães et al. (1991) demonstraram que a área colhida com culturas alimentares, entre 1960 e 1985, aumentou 94%, ficando praticamente iguais ao incremento da população, que foi de 93%. Embora a produção de alimentos tenha sido superior ao crescimento da população, a oferta alimentar não foi satisfatória, quando se leva em conta a elevação dos padrões de consumo. Durante os vinte cinco anos de análise, o produto por habitante no país expandiu cerca de 3% a.a. e, portanto, para atender a elevação do produto por habitante, a oferta de alimentos deveria subir 1,11% a.a. Sendo assim, o incremento da produção total de alimento deveria ter sido de 153,7%, e não de 138%, como foi observado. Porém, os resultados para as culturas energéticas foram bem mais substanciais, apresentando incremento de área plantada da ordem de 123%.

Portanto, enquanto as culturas alimentares apresentaram incremento de 138%, as culturas energéticas e de exportação aumentaram 254% e 292%, respectivamente. O incremento de produção das culturas alimentares, entre 1960 e 1985, foi inferior ao das culturas energéticas e de exportação. Já em relação ao estado de São Paulo, a situação foi pior do que no resto do país. A produção de alimentos, no período analisado, teve um incremento de 55%, ficando abaixo do incremento populacional, que foi de 129%. Em contrapartida, o esforço do Estado para aumentar as lavouras energéticas e de exportação, superaram os resultados obtidos no restante do país, apresentando uma produtividade de 483% e 314% para as culturas energéticas e de exportação, respectivamente (MAGALHÃES et al., 1991).

Magalhães et al. (1991) reconhecem a existência de uma redução da oferta de alimentos durante o PROALCOOL, entretanto, os autores – que apoiaram a política agroenergética do Estado – defendem que a redução da oferta de alimentos não se deve à expansão da cultura canavieira. Argumentam que, para isso acontecer, seria necessário que todas as terras produtivas do país estivessem ocupadas, de tal forma que o aumento na área plantada com um produto implicasse na redução da área disponível para outros e, no Brasil, isso não aconteceu, pois são imensas as áreas de solos inaproveitados. No entanto, consideram que são indisponíveis para plantio os solos que não disponham de um mínimo de infra-estrutura, como: estradas, instalações para armazenamento, energia elétrica, serviços de apoio agrícolas, políticas agrícolas, dentre outros. Então, atribui a responsabilidade pela debilidade

na oferta de alimentos à ausência dessa infra-estrutura e de políticas de estímulo. Apesar de não ser a intenção dos autores, suas justificativas apenas confirmam que o Estado, por meio das políticas públicas instituídas para o setor agrícola, priorizou os produtos de exportação e de agroenergia, em detrimento da produção de culturas alimentares.

No contexto do atual programa agroenergético, o Estado se preocupa, no plano do discurso, em evitar a substituição de culturas alimentares pela cultura canavieira, devido às críticas e repercussões ocorridas no âmbito do PROALCOOL – que levaram, em parte, ao enfraquecimento do programa junto à sociedade. Sendo assim, dentre as vantagens associadas ao novo programa agroenergético, ressaltam a possibilidade de se aumentar o cultivo de culturas energéticas – devido às grandes dimensões que o país possui –, sem que isso afete, teoricamente, a produção de alimentos. Caso contrário, como prevê o próprio Estado, o programa perderá sua legitimidade social: "[...] a expansão da área de agricultura energética não poderá ocorrer à custa da contração da oferta de alimentos, [...] sob pena de forte reação contrária da sociedade, o que inviabilizaria o negócio da bioenergia" (MAPA, SPA, EMBRAPA, 2005, p. 30).

Também o governo de Goiás atenua estas questões destacando que a expansão da cultura da cana-de-açúcar no Estado se dará basicamente em áreas de pastagens. No entanto, os estudos de Castro et al. (2008) revelam que a atual distribuição das agroindústrias induzida pelo setor produtivo, concentra-se nos principais eixos rodoviários que servem o Centro-Sul Goiano, posto que os empreendimentos canavieiros seguem preferencialmente as direções das estradas BR-153, BR-060, BR-364 e BR-452. Sendo assim, a tendência é que a cana substitua, especialmente, áreas já consolidadas com culturas anuais como a soja e o milho, e áreas de pastagens, aproveitando a infra-estrutura já existente. Portanto, as culturas anuais e a pecuária seriam teoricamente empurradas para as regiões Norte e Noroeste do Estado, provocando consideráveis transformações territoriais.

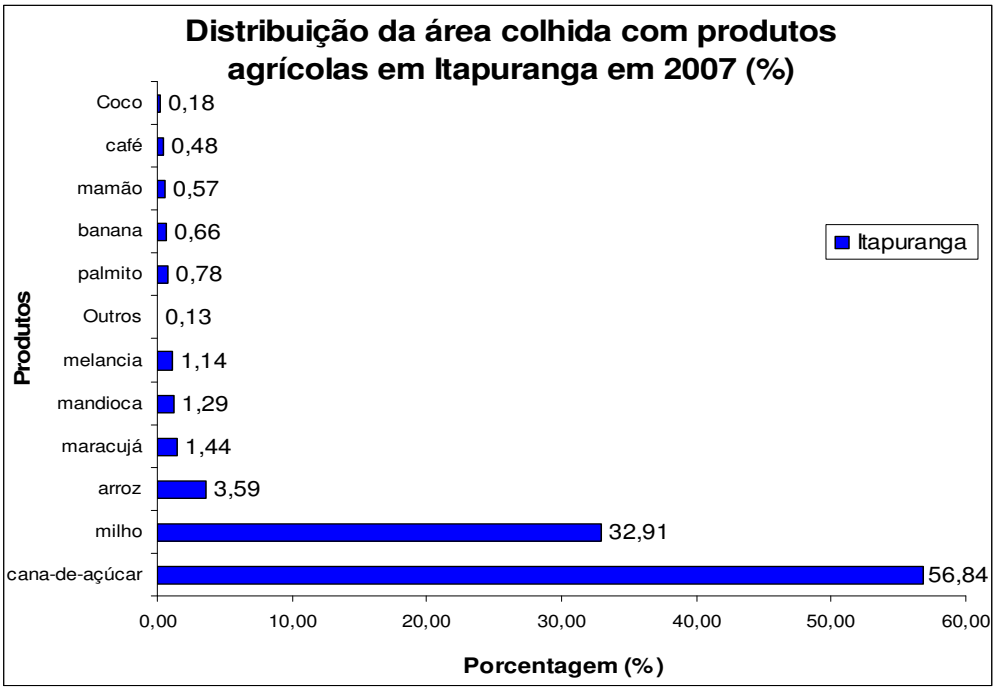
No estado de Goiás já se evidenciam conflitos entre distintas cadeias produtivas. Nos últimos anos, Goiás se destacou na produção de grão, principalmente soja e milho o que, somado as políticas de incentivo fiscal, atraiu principalmente para o Sudoeste goiano as cadeias produtivas de aves e suínos, consolidando os complexos produtivos de grãos, de leite e de carnes de suínos e aves. Estes complexos atualmente competem com o complexo canavieiro. Algumas prefeituras, como a de Rio Verde, já implementaram dispositivos legais para limitar a expansão da cultura da cana-de-açúcar e outras prefeituras cogitam fazer o mesmo. Isto evidência que a cultura canavieira não está substituindo somente áreas de pastagens degradas, como divulga o governo do Estado.

Outra questão preocupante refere-se à expansão canavieira em áreas de agricultura familiar, no estudo realizado em Itapuranga, foi possível constatar essa situação. Observa-se que a cana vem adentrando em áreas de agricultura familiar, culminando por consolidar um novo contexto socioeconômico no município.

O sistema de produção[40] desenvolvido pelos agricultores familiares de Itapuranga, está orientado para a diversificação produtiva, visando atender às necessidades alimentares da família e à comercialização. Os agricultores familiares que possuem uma área de terra reduzida, até 15 hectares, além de se dedicarem à produção de gêneros alimentícios e à criação de pequenos animais (galinhas, suínos e alguns bovinos), cultivam holerícolas e frutíferas destinadas basicamente à comercialização. Já os agricultores que possuem uma área maior, além de produzirem culturas alimentares e frutíferas, têm como atividade principal a pecuária leiteira.

Segundo dados do SEPLAN/SEPIN (2008), em 2007, os principais produtos cultivados pelos agricultores de Itapuranga foram o milho, o arroz, a mandioca e as frutíferas (maracujá, mamão, melancia, abacaxi, banana). Do total de 16.712 hectares destinados à produção agrícola do município, a cultura do milho ocupou 32,91% e o arroz ocupou 15,77% da área, em 2006. Em 2007, ocupou apenas 3,59 % da área. A produção de frutas, como o maracujá, a melancia, a banana, o mamão, o coco e o abacaxi, que em 2006 ocupou 10,2% da área, em 2007, ocupou apenas 4,0 % (Figura 4).

[40] Toma-se por sistema de produção a combinação dos fatores de produção utilizados por uma família de agricultores com a finalidade de satisfazerem seus objetivos, no âmbito da unidade de produção, cuja racionalidade socioeconômica é determinada pelas relações que estabelece com o espaço social. A conformação do sistema de produção pode variar com o decorrer do tempo, em função do ambiente em que estão inseridos, sendo, portanto, um processo possível de modificações e/ou adaptações (MATOS, 2007).



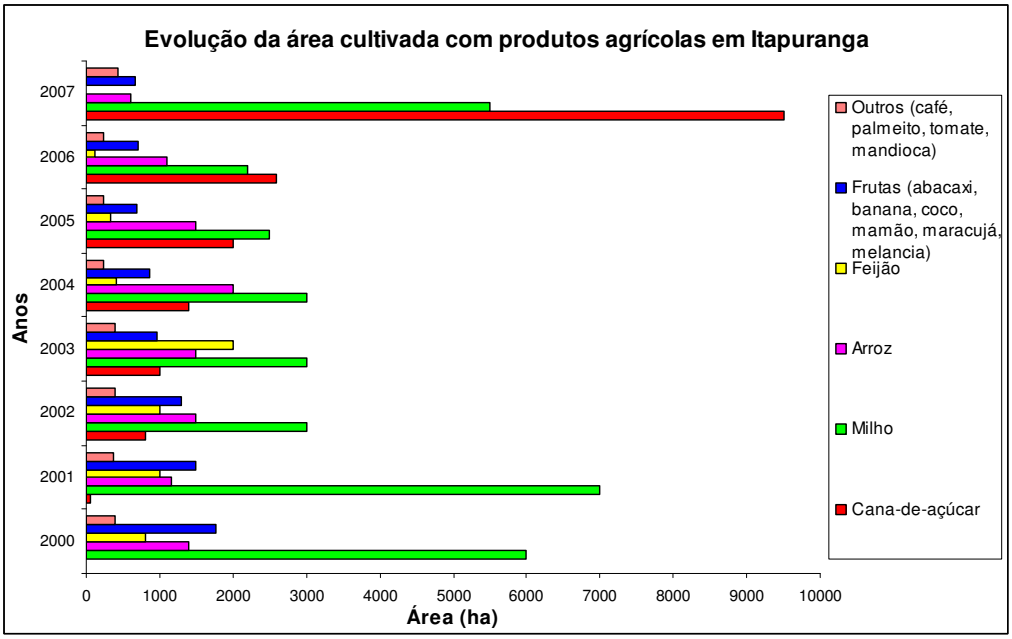
Fonte: IBGE, citado em SEPLAN/SEPIN, 2008

Figura 4 – Distribuição da área colhida[41] (em %) com produtos agrícolas no município de Itapuranga, em 2007.

A análise dos dados da SEPLAN/SEPIN (2008), referentes ao município de Itapuranga, aponta uma redução na área cultivada com a cultura do milho que, em 2000, ocupava uma área expressiva de 6.000 hectares, sendo que, no ano de 2006, foram plantados apenas 2.200 hectares, portanto, uma redução de 63%; e, em 2007, observou-se um aumento da área plantada com milho que atingiu 5.500 hectares. A área destinada ao cultivo de arroz e feijão sofreu redução, pois, em 2000, contabilizavam-se uma área de 1.400 e 800 hectares cultivados, respectivamente. Em 2007, o arroz passou para 600 hectares e nenhuma área foi registrada com o cultivo de feijão.

Também houve redução na área destinada ao cultivo de frutas, principalmente nos cultivos de maracujá e melancia. Em 2000, 1.250 hectares eram utilizados para o cultivo do maracujá e, em 2007, eram apenas 240 hectares, representando uma redução da ordem de 80% da área plantada. O cultivo da melancia se dava numa área de 400 hectares, em 2000, e foi reduzido a menos da metade, em 2007. Na Figura 5, é possível visualizar a evolução da área plantada com os diferentes cultivos entre os anos de 2000 e 2007.

[41] A área total destinada à produção agrícola no município de Itapuranga é de 16.712 hectares, nessa área são produzidos todos os produtos listados no gráfico, a área destinada à pastagem não entra nesse cálculo.



Fonte: IBGE, citado em SEPLAN/SEPIN, 2008.

Figura 5 – Evolução da área cultivada com os principais produtos agrícolas no município de Itapuranga, no período de 2000 a 2007.

Os agricultores familiares entrevistados em Itapuranga demonstram preocupação em relação à substituição de culturas alimentares pela cultura da cana-de-açúcar, temendo que ocorra falta de alimento, com o conseqüente encarecimento dos preços dos produtos. Os agricultores familiares perceberam um aumento dos produtos que comercializam nas feiras do município e consideram esse aspecto positivo, uma vez que melhora a remuneração oriunda de seu trabalho. No entanto, temem que o aumento dos preços se estenda aos demais produtos agrícolas que precisam adquirir no mercado, como relata um agricultor familiar integrado à agroindústria:

> [...] vem aí um problema sério de comida. Eu comecei a ver isso do ano passado para cá, a diferença foi grande nos preços dos alimentos. Do jeito que está indo, vai ficar pior. Por causa da cana, o gado já está acabando, o leite praticamente acabou, pois está faltando. Eu mexo com horta há mais de dez anos e vi a diferença. Eu plantava e vendia baratinho e agora o preço aumentou quase 100%. Eu jogava verdura fora na cidade, porque não achava ninguém para comprar. Na feira tinha muita verdura, e agora não, já está em falta, todo tanto que eu levo é pouco, e está na época da fartura [...]. É como estou dizendo, uma coisa vai encaixando na outra e vai faltar, principalmente arroz, feijão e leite, até mesmo a verdura.

Os agricultores familiares também relataram as dificuldades vivenciadas por outros agricultores em encontrar terra que possam arrendar e implantar a fruticultura: "Muito amigo meu que mexia com maracujá não está achando terra para plantar, para arrendar" (Agricultor familiar integrado à agroindústria). Os agricultores atribuem esses fatores à expansão canavieira ocorrida no município.

Também o Secretário da Agricultura de Itapuranga prevê uma redução na oferta de alimento no município, mas acredita que isso seria benéfico, porque levará ao aumento dos preços dos alimentos, tornando-os satisfatórios aos produtores. Ou seja, a elevação dos preços para o agricultor vai estimular a produção de alimentos, o que colocará certo limite no crescimento da cultura canavieira.

De fato, a cana-de-açúcar foi à única cultura que teve incremento significativo em termos de área cultivada no município. Em 2000, a área cultivada com cana era de apenas 20 hectares, em 2007, ocupava 9.500 hectares, revelando, portanto, um incremento de área da ordem de 47.000%, aproximadamente. A cultura canavieira já ocupa 8,5% da área total do município. A agroindústria canavieira implantada na região informou que pretende atingir 12.000 hectares de área plantada, perfazendo 10,0 % da área total do município (Figura 4).

Apropriando-se da teoria de Adam Smith sobre a mão invisível do mercado, o Secretário da Agricultura de Itapuranga defende a teoria de que o mercado tende a buscar seu próprio equilíbrio. Assim, as próprias condições do mercado irão restringir o crescimento da cultura da cana-de-açúcar, o que de certa forma isenta o poder municipal de tomar atitudes no intuito de estimular a produção de gêneros alimentícios:

> Vejo a cana como um mal necessário, no sentido de que, a partir do momento em que vivemos na idéia do neoliberalismo imprimida na nossa realidade econômica, os preços estarão sempre oscilando em decorrência de haver excesso ou falta de produto. [...] Então, como os preços são impostos pela demanda, pela sobra e/ou falta do produto, o que ocorre com a cana? Ela entrou e, a cada hectare de cana plantada no Brasil – que não é realidade só de Itapuranga, mas de todo o país – é um hectare a menos de soja, de milho, de pastagem [...]. Com isso, teremos uma melhora dos preços. Por isso, volto a inteirar: a cana é um mal necessário porque ela acabou equilibrando a tamanha produção que nós tínhamos aqui em Itapuranga. Para se ter uma idéia, Itapuranga hoje está com uma estimativa de 12.000 hectares de cana a serem implantados. Isso são 12.000 hectares de áreas que estavam produzindo outros produtos, agrícolas ou pecuários, e isso trouxe uma benesse, entre aspas, para o pequeno e médio produtor em relação ao preço.

No entanto, a história já confirmou a ineficácia desse propalado equilíbrio para a agricultura, uma vez que apresenta como característica a imprevisibilidade e a dependência de fatores não totalmente controláveis pelo homem, como, por exemplo, o clima, as condições naturais, dentre outros. Além do mais, a garantia de segurança alimentar é uma atribuição do Estado que não pode ser relegada à "mão invisível do mercado".

No que se refere à restrição da expansão canavieira, por meio de leis municipais que limitam a área a ser ocupada pela cana – a exemplo do ocorrido em Rio Verde que, em 2006, promulgou uma lei limitando o cultivo da cana-de-açúcar[42] ao máximo de 10% das áreas agricultáveis do município, ou a instituição de programa de fortalecimento da agricultura familiar municipal –, o Secretário respondeu que isso não será necessário, pois o próprio mercado tende a restabelecer seu equilíbrio*:*

> [...] eu acredito que o próprio mercado vai impedir a ampliação da cana, com a melhoria dos preços de outros produtos, como a carne, o leite. [...] Assim, a melhoria de preços de outros produtos vai impedir o avanço da cana. É como eu falei, o mercado vai regular e não à força de lei. O Brasil tem lei demais, só no papel. É o mercado que manda, ele levanta e derruba. Infelizmente é a idéia que no passado Adam Smith colocou: a mão invisível do mercado; e na prática é isso que realmente ocorre.

É provável que a expansão canavieira no município tenha desencadeado um processo de substituição das culturas alimentares. Porém, ainda é muito cedo para atribuir a causalidade desses fatores à cultura canavieira. Isso pode ter ocorrido devido a uma junção de fatores, como o fato de a agroindústria empregar grande quantidade de pessoas pode ter contribuído para aumentar a circulação de dinheiro no comércio, dinamizando a economia local, com conseqüente crescimento da demanda de alimentos. Também o fato de a agroindústria atrair muitas pessoas para o município, sejam trabalhadores, pesquisadores, administradores, aumentando o percentual de consumidores na cidade. Ou pode ser também por alterações nos hábitos alimentares, priorizando verduras, legumes e frutas na dieta

[42] No intuito de proteger os complexos produtivos de grãos, de leite e de carnes de suínos e aves, já consolidadas em alguns municípios e que atualmente competem com o complexo canavieiro, principalmente no Sudoeste goiano. Várias prefeituras estudam a implementação de dispositivos legais visando limitar as áreas de expansão da cultura da cana-de-açúcar, a exemplo do que ocorreu em Rio Verde, que concentra o complexo da soja alavancado pela instalação da Perdigão no município. Em 2006, a prefeitura de Rio Verde promulgou uma lei limitando o cultivo da cana-de-açúcar – máximo de 10% das áreas agricultáveis – para evitar a queda na produção e oferta de grãos que compõem a matéria-prima das rações dos animais. Outras prefeituras como a de Mineiros, Quirinópolis e Santa Helena de Goiás cogitam fazer o mesmo.

alimentar, o que culminou no crescimento da demanda por esses alimentos e na conseqüente elevação dos preços.

Durante a pesquisa, observou-se que a cultura canavieira ocupou principalmente áreas antes destinadas às pastagens. Na amostra de agricultores familiares que se integrou à agroindústria, evidenciou-se que a cultura da cana-de-açúcar se estabeleceu em áreas que antes eram destinadas às culturas anuais, como arroz, milho, feijão e outras, sendo o milho a principal cultura substituída. Porém, a cana substituiu, prioritariamente, áreas que anteriormente eram destinadas à pecuária (Tabela 8). De maneira geral, as áreas onde estão implantados o pomar e a horta, normalmente nas adjacências da área residencial, sempre são preservadas. A maioria dos agricultores familiares preservou também uma parte da propriedade onde cultivam alguns produtos e criam animais, como galinhas, suínos e bovinos, principalmente leiteiros. Assim, passaram a concentrar suas atividades produtivas na área restante, continuando com a diversificação produtiva anterior:

> [...] depois do arrendamento, eu continuo produzindo a mesma coisinha de antes: galinha, porco, horta, a fruticultura do mamão e do maracujá, mexo com gado, apesar de ter reduzido um pouco, além de arrendar um pouco de pasto. Agora eu tenho pouca terra e faço mais do que eu fazia. Eu só arrendei a terra que eu não usava mesmo, que era pasto, uma terra muito seca, ficava mais parada. Agora, fiquei com a parte baixa, boa, com água [...] para trabalhar. (Agricultor familiar integrado à agroindústria)

Ao ceder suas terras à agroindústria, os agricultores familiares tiveram que se desfazer de alguns animais. Aqueles que possuem áreas reduzidas, para não se desfazerem por completo do rebanho, optaram por arrendar áreas de outros agricultores para continuar criando um pouco de animais. Essa prática é viável porque o preço do arrendamento das pastagens custa aproximadamente à metade do preço pago pela agroindústria.

No estudo na região de Campos – RJ, Neves (1981, 1997) também constata que alguns agricultores, apesar de cultivarem cana para fornecer à usina, não abandonavam os cultivos de subsistência e a criação de gado, a qual era vista como uma atividade complementar, que atendia às necessidades de reserva de valor e ajudava a cobrir os custos de produção da lavoura canavieira. No entanto, o fato de possuírem uma área de terra reduzida – até cinco alqueires de terra – obrigava os agricultores a utilizarem pastos alugados ou de beira de estrada para o exercício da atividade.

Tabela 8 – Alterações na dinâmica de utilização agrícola do solo em decorrência do plantio de cana em áreas de agricultores familiares pesquisados em Itapuranga.

Unid.	Antes da integração	Após a integração
1	A terra estava formada com pasto. O agricultor também plantava, em parceria com o vizinho, arroz, mandioca e mantinha um plantio de cana para o tratamento de bovinos.	A cana ocupou parte da área de pastagem, por isso o proprietário se desfez de alguns animais. Na propriedade mantém-se ainda um pouco de pasto para os animais que permaneceram. O agricultor não plantou mais alimentos em parceria com o vizinho.
2	A terra estava formada com pasto. O agricultor criava vacas, suínos, galinhas e cultivava arroz, milho, pomar e horta.	A cana ocupou áreas antes destinadas ao cultivo do milho e uma parte das pastagens. Por isso, o agricultor vendeu algumas vacas. As criações de suínos e galinhas permaneceram, bem como o cultivo de arroz, o pomar e a horta.
3	O agricultor plantava culturas de subsistência (milho, arroz) e criava animais como galinhas, suínos e bovinos.	A cana ocupou áreas antes destinadas à cultura de subsistência e uma parte das pastagens. O agricultor vendeu alguns animais e arrendou pasto para colocar os animais restantes. Permaneceram também as criações de suínos, galinhas e o cultivo do pomar e da horta.
4	A atividade principal era a leiteira, mas o agricultor tinha também gado de corte, galinha, suíno, e cultivava milho, mandioca, arroz, feijão e horta.	A cana substituiu a área de pastagem que era ocupada com a pecuária leiteira. O agricultor continua com algumas vacas para a produção de leite e cria galinhas, suínos, horta e pomar.
5	A proprietária é idosa e viúva, por isso toda a área estava arrendada para pasto.	A cana substituiu uma parte da área que era ocupada com pastagem, a outra parte continua arrendada para pasto.
6	A área estava ocupada com gado leiteiro, produzia-se leite e derivados. Criava galinhas, suínos e cultivava hortaliças, pomar e fruticultura. O agricultor arrendava uma área para o plantio do milho.	A cana substituiu a área que estava ocupada com pastagem. O agricultor descartou uns animais e arrendou outra área para colocar o gado que restou. Continua-se com a horta, a fruticultura (mamão e maracujá), com as criações de galinhas e suínos.
7	A área estava ocupada com pecuária leiteira e, comumente, se cultivava milho e arroz.	A cana substituiu a área destinada ao cultivo do arroz e uma parte da área que era ocupada com pastagens. Reduziu-se um pouco o gado e também deu uns gados em parceria para um vizinho, e continua com o milho.
8	Produzia-se leite, arroz, milho, maracujá, mamão, horta, além da criação de suínos e galinhas.	A cana ocupou uma parte da área que estava formada com pastagem. O agricultor continua com a criação de bovinos, suínos e galinhas. E com os cultivos de hortaliças e com a fruticultura.
9	A atividade principal da propriedade era a pecuária leiteira. Também se cultivava culturas de subsistências (milho, arroz etc.).	A cana ocupou áreas onde se cultivava lavoura de subsistência, agora, com a remuneração da cana, o agricultor pretende comprar os alimentos. A pecuária leiteira ainda ocupa a maior parte da área da propriedade.
10	A atividade principal era a pecuária leiteira, mas desenvolvia-se também a piscicultura, fruticultura, além da produção de subsistência.	A atividade principal continua sendo a pecuária leiteira. A cana ocupou uma parte das pastagens, por isso se reduziu o gado e arrendou uma área de pastagem. Continua-se com a piscicultura, fruticultura e o cultivo de subsistência.
11	A atividade principal era pecuária, mas cultivavam-se ainda frutíferas e culturas de subsistência.	Toda a área está atualmente ocupada com cana, restou somente o pomar, que fica no quintal da residência.

FONTE: Dados de pesquisa.

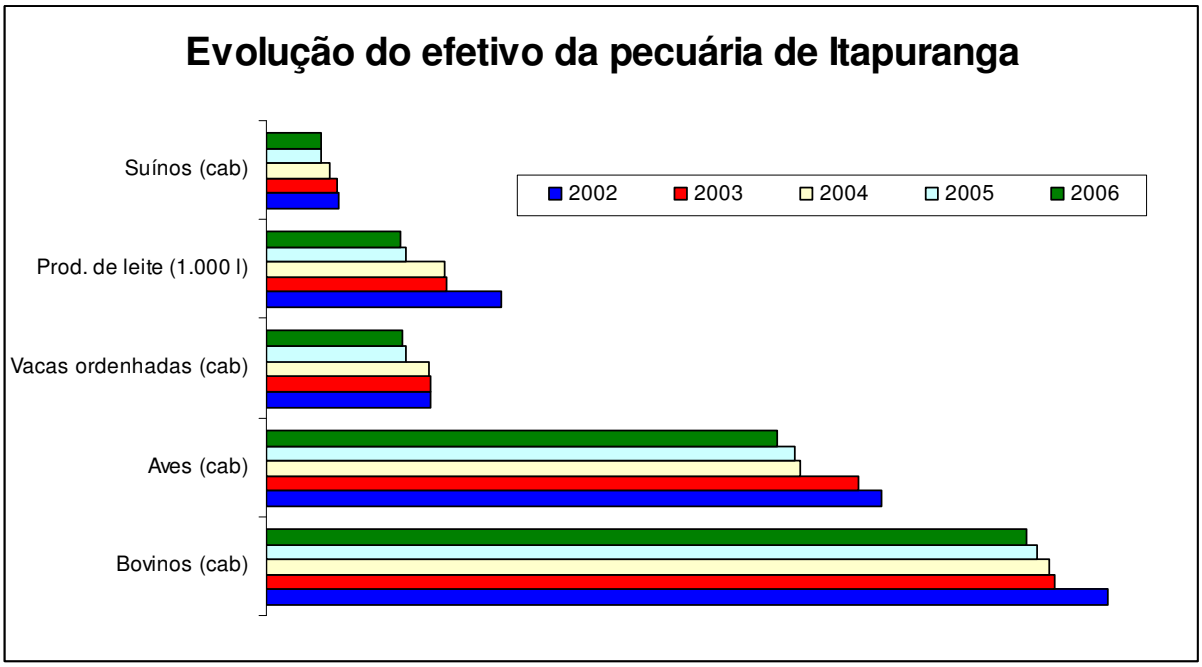
Como é possível observar na Tabela 8, dentre os agricultores familiares entrevistados, a cultura canavieira ocupou, prioritariamente, aquelas áreas formadas com pastagens. A justificativa dos agricultores para a redução das áreas anteriormente destinadas a pastagens, na maioria das vezes, remontava ao baixo valor pago aos agricultores pelo litro do leite, tido como insuficiente para cobrir os custos de produção:

> A gente vendia o leite por R$ 0,30 e pagava pelo farelo de soja R$ 30,00 o saco. A hora do trator para fazer a silagem estava R$ 60,00. Tinha mais o motivo do milho, você fazia silagem para tratar as vacas e tinha mais a mão-de-obra de tratamento. No final das contas, o leite saía a R$ 0,50 o litro, mais ou menos, mas era vendido a R$ 0,30. Então, eu desesperei e tive ao ponto de vender o sítio, e ir embora daqui, porque é impossível trabalhar para não ter lucro, não ter nada. (Agricultor familiar integrado à agroindústria)

Conforme explicitado no Plano Safra Territorial (MDA, SDT, SAF, 2007), desde 2003 foram realizados vários investimentos do PRONAF infra-estrutura (PROINF) e de outros contratos com o MDA no território, visando expandir eixos de desenvolvimentos prioritários. Um deles é o da pecuária leiteira, para o qual foram adquiridos aproximadamente 28 tanques de resfriamento de leite para atender agricultores de todos os municípios do Território do Vale do Rio Vermelho de Goiás (exceto Itapirapuã), também equipamentos para fabricação de ração em Itaguaruã – totalizando R$ 542.500,00 de investimentos nessa atividade –, além de cursos de capacitação. Todavia, observou-se que, apesar dos investimentos no período compreendido entre 2000 e 2005, a produção de leite do território apresentou uma pequena queda, de menos de 1%, mas nos municípios de Carmo do Rio Verde, Itapuranga e Guaraíta ocorreram quedas em torno de 30% nesse mesmo período.

Dados recentes disponibilizados pela SEPLAN/SEPIN demonstraram que, em 2006, havia no município de Itapuranga 130.000 cabeças de bovinos, 87.500 aves (cab); 9.400 suínos (cab) e 23.300 vacas ordenhadas (cab), que rendiam uma produção leiteira de 23.100 mil litros. Na Figura 6, é possível observar a evolução do efetivo da pecuária entre os anos de 2002 a 2006. Percebe-se, a partir do ano de 2002, uma tendência decrescente do efetivo da pecuária de Itapuranga, em todas as categorias analisadas. É pouco provável que a cultura da cana-de-açúcar seja a única responsável pela redução do efetivo da pecuária de Itapuranga, isso decorre de problemas presentes no interior da própria cadeia produtiva, como o aumento dos custos de produção, a redução dos preços que desestimulam o exercício da atividade, principalmente, da pecuária leiteira. Nesse contexto, a expansão canavieira no município

surge como uma opção a mais para os produtores rurais, que tendem a substituir as atividades menos rentáveis pela produção de cana, de forma integrada com a agroindústria.



Fonte: IBGE, citado em SEPLAN/SEPIN, 2008.

Figura 6 – Evolução do efetivo da pecuária do Município de Itapuranga entre 2002 - 2006

De acordo com dados da Tabela 9, em 1996, 80,8% das terras de Itapuranga eram destinadas às pastagens naturais e artificiais, e somente 9,0% às culturas temporárias e permanentes. O restante das terras (6,8%) estavam ocupadas com matas naturais e plantadas. Cerca de 1,0% das terras produtivas não estava sendo utilizado ou eram terras de lavouras em descanso. Comparando esses dados de 1996 com dados referentes à área destinada à produção agrícola, que engloba aquelas ocupadas pela cultura canavieira, observa-se que houve aumento do espaço reservado para essa produção. Considerando para efeitos de cálculos que as áreas de matas naturais e plantadas permaneceram constantes – uma vez que não há dados atuais para essas variáveis. Conseqüentemente, as áreas que teriam sofrido redução seriam as destinadas às pastagens naturais e artificiais. Essas questões poderão ser mais bem respondidas após análise do novo senso agropecuário iniciado em 2007, mas até o momento os dados estão indisponíveis.

Tabela 9 – Utilização das terras com lavouras permanentes e temporárias, pastagens naturais e artificiais, matas naturais e plantadas e com lavouras em descanso ou produtivas não utilizadas do Estado de Goiás e do Município de Itapuranga, em 1996.

Especificação	Utilização das Terras (ha)				
	Área total (1)	Lavouras permanentes e temporárias	Pastagens naturais e artificiais	Matas naturais e plantadas	Lavouras em descanso ou produtivas não utilizadas
Estado de Goiás	27.472.648	7,9 %	70,6 %	14,0 %	2,9 %
Itapuranga 1996	111.747	9,0 %	80,8 %	6,8 %	1,1 %
* Itapuranga em 2007		25,0 %	67,1 %	6,8 %	1,1 %

Fonte: IBGE

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica – 2005

(1) Inclusive terras inaproveitáveis.

* Extrapolação dos resultados para o ano de 2007, com base em dados da área destinada à produção agrícola disponibilizados pela SEPLAN/SEPIN 2008.

Em suma, observou-se uma redução da área destinada a culturas alimentícias e frutíferas, bem como a redução do efetivo de bovinos na região. Apesar de a cana-de-açúcar ter sido a única cultura que teve incremento significativo em termos de área cultivada no município, ainda é muito cedo para atribuir a causalidade desses fatores à cultura canavieira. No entanto, no decorrer da pesquisa observou-se que a integração dos agricultores à agroindústria, apesar de recente, foi suficiente para provocar alterações consideráveis em sua dinâmica produtiva, já que, de uma forma ou de outra, os agricultores tentavam se adequar à nova conjuntura que presenciavam. Muitos agricultores tiveram que readequar e remanejar seus esforços, intensificando suas atividades em áreas reduzidas. Alguns passam a se dedicar mais intensamente a atividades como a fruticultura e a horticultura, em que a rentabilidade por área é maior e necessitam de uma menor extensão de terra, como também a criação de pequenos animais, principalmente galinhas e suínos. Outros agricultores, após cederem suas áreas de pastagens para o plantio de cana, passam a arrendar terras de outros agricultores para manterem a criação de gado.

CAPÍTULO V

A PRODUÇÃO CANAVIEIRA E AS CONTRADIÇÕES AMBIENTAIS

No contexto atual, o Estado retomou as políticas de estímulo ao setor canavieiro com o objetivo de estimular a produção de álcool a partir da matéria prima cana-de-açúcar. Dentre as justificavas utilizadas para legitimar socialmente o programa ressaltam-se os benefícios ambientais decorrentes da utilização dos biocombustíveis. No plano do discurso, as motivações para promoção dessa política vão além da produção de biocombustível e se revestem dos ideais maiores de construir o propalado desenvolvimento sustentável. Dessa forma, o Estado busca demonstrar que partilha e almeja dos mesmos ideais defendidos pela sociedade e trabalha no intuito de atender aos anseios de todos os cidadãos.

No entanto, em algumas situações, o Estado utiliza a noção de desenvolvimento sustentável como uma ideologia. Nesse processo, suas ações são apresentadas em torno da construção de um desenvolvimento econômico, social e ambiental, que busca envolver um maior número de beneficiários e conseguir uma maior aprovação popular do programa agroenergético que deseja implementar. Ao ressaltar as vantagens ambientais para legitimar o atual programa agroenergético, o Estado busca obnubilar certos interesses privados e alguns problemas socioambientais.

O presente capítulo tem por objetivo analisar, num primeiro momento, as contradições das propostas do Estado, expressas no atual Plano Nacional de Agroenergia, no que tange as implicações ambientais. Num segundo momento, procura-se analisar o debate da questão ambiental desencadeada pelo cultivo da cana-de-açúcar em Itapuranga, a partir da visão dos agricultores familiares e dos diferentes agentes de representação social, com destaque para a polêmica das queimadas da cana, a redução da biodiversidade natural e a degradação do solo e dos recursos hídricos.

5.1 A questão ambiental no contexto da Política Agroenergética

Segundo o ponto de vista oficial, o Brasil e o mundo encontram-se na iminência de uma crise energética e ambiental. Freqüentemente, a causalidade dos problemas ambientais observados é associada à produção e ao consumo de combustíveis fósseis. Portanto, a solução desses problemas perpassa pela busca de alternativas inter-relacionadas (MAPA, MCT, MME, MDI&CE, 2005; MAPA, SPA, EMBRAPA, 2005; MAPA, SPA, 2006).

Nos discursos oficiais, o Estado difunde a política agroenergética como uma solução para os problemas energéticos e ambientais. Essa idéia encontra na sociedade um ambiente favorável para sua aceitação e aprovação, e como a ênfase está na preservação do meio ambiente, essas questões levaram determinados segmentos sociais a questionarem acerca da utilização do petróleo como base da matriz energética mundial. Isso permitiu ao Estado apresentar o biocombustível como uma solução possível ao problema energético e ambiental do mundo contemporâneo. Dessa forma, o Estado faz da nova demanda social uma justificativa para a promoção de políticas de estímulo à produção de biocombustíveis em substituição ao petróleo.

Bourdieu (1998, 1998a, 1996, 1990) explica que a violência exercida pelo Estado baseia-se no poder de impor às outras mentes uma visão de mundo, um ponto de vista embutido num discurso oficial. Desse modo, o Estado busca agir sobre o mundo social por meio das representações que os próprios agentes sociais têm do mundo, alcançando sua legitimidade social, ao mesmo tempo em que exerce seu poder sobre a sociedade. Nas lutas pela imposição de um ponto de vista legítimo, o discurso científico é comumente utilizado para fundamentar o ponto de vista do Estado.

Normalmente, o Estado elege uma equipe de estudiosos ou cientistas para produzir um ponto de vista ajustado à conveniência, enfocando determinados aspectos que lhes convêm em detrimento de outros. Isso decorre do fato de a descrição científica, ao tornar pública a propensão de um determinado acontecimento se concretizar, contribui para reforçar a "pretensão de sua existência", pois faz com que os agentes se preparem para contornar os problemas anunciados no discurso científico (BOURDIEU, 1996).

Nos discursos oficiais relacionados à política agroenergética, o Estado se apropria do discurso científico que associa os problemas relacionados às mudanças climáticas globais intensificadas com a produção e a utilização de combustíveis fósseis. Indicam, como provável, a ocorrência de danos ambientais associados à utilização dos combustíveis fósseis.

As conseqüências anunciadas envolvem as alterações climáticas globais, tidas como responsáveis pela ocorrência de catástrofes como secas, cheias, furacões etc., alteração no regime de chuvas, formação de tempestades com alto poder de destruição, aumento de incêndios florestais, elevação do nível das águas oceânicas, tanto pela expansão térmica quanto pelo derretimento dos gelos dos cumes montanhosos e das geleiras, dentre outras conseqüências desastrosas.

Os agentes autorizados pelo Estado ressaltam que os efeitos do aquecimento global também provocam alterações no clima, acarretando modificações na incidência de doenças de plantas, o que pode trazer sérias conseqüências econômicas, sociais e ambientais. Isso reforça a necessidade de se investir em fontes energéticas que sejam menos poluentes, como os biocombustíveis (MAPA, SPA, EMBRAPA, 2005).

O Estado destaca que a questão ambiental será um fator viabilizador da adoção da agroenergia: "a curto prazo, uma das forças propulsoras da demanda por agroenergia será a pressão ambiental pela substituição de combustíveis fósseis" (MAPA, SPA, EMBRAPA, 2005, p. 7). Isso se deve ao aumento das pressões ambientais, que concentram seus esforços em limitar as emissões de gás carbônico encontrados em altas concentrações na atmosfera. Segundo os cientistas, esse é o principal responsável pela intensificação do efeito estufa e pelo aquecimento global.

Nesse contexto, coloca-se a necessidade de redução das emissões de CO2 provenientes da combustão de combustíveis fósseis. A solução apontada para a problemática seria a substituição do petróleo pelos biocombustíveis, produto considerado menos poluente: "A crescente preocupação com as mudanças climáticas globais convergirá para políticas globais de redução da poluição e para o reconhecimento da importância da energia de biomassa" (MAPA, SPA, EMBRAPA, 2005, p. 54).

O Estado e sua equipe de estudiosos, além de organizações, instituições e pesquisadores, embora com interesses diversos, comungam dos mesmos ideais e tendem a ressaltar os aspectos positivos relacionados à política agroenergética. Normalmente, os biocombustíveis derivados da cana-de-açúcar – quando utilizados em mistura ou em substituição aos combustíveis fósseis – são apresentados como produtos capazes de reduzir ou evitar as emissões de gases poluentes na atmosfera, principalmente, de gás carbônico e de chumbo[43], provenientes da combustão dos combustíveis fósseis.

[43] O chumbo é adicionado à gasolina para aumentar a octanagem do combustível.

No intuito de comprovar essa hipótese, Ribas (1987) avaliou os efeitos das emissões de monóxido de carbono (CO), hidrocarbonetos (HC) e óxidos de nitrogênio (NOx) em carros movidos à álcool combustível, à gasolina pura e à gasolina contendo adição de álcool. Nos carros movidos à gasolina pura foi observado um incremento nas emissões de monóxido de carbono, da ordem de 140%, em relação às emissões de carros movidos à gasolina com adição de 23% de álcool. Com gasolina pura, o aumento das emissões de hidrocarbonetos foi da ordem de 31%, com adições de 15% de álcool os incrementos foram de apenas 9%. Também foi constatado que o aumento dos percentuais de álcool diminuía as emissões de óxidos de nitrogênio, pois com a gasolina pura houve uma emissão de 40%, com a adição de 15% de álcool à gasolina foi observada uma redução para cerca de 13%. Outra vantagem refere-se ao fato de o álcool carburante apresentar um maior índice de octanagem e, quando utilizado puro ou combinado com a gasolina, dispensa o uso do chumbo tetraetila – produto muito danoso à saúde humana.

O Estado afirma ainda que a utilização de biocombustíveis poderá reduzir as emissões de gás carbônico na atmosfera, isso convergirá em oportunidades de negócios para o país, decorrente do aumento da demanda de biocombustíveis. O aumento esperado da demanda está assentado na necessidade dos países desenvolvidos atenderem aos acordos de redução das emissões de gás carbônico, firmados no Protocolo de Quioto. Assim, com a produção de agroenergia, o Estado pretende aproveitar as condições instauradas e lucrar com o comércio internacional de biocombustíveis para os países signatários do referido Protocolo. O país também busca se beneficiar com investimentos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)[44] no setor florestal e energético e aumentar sua participação no mercado de créditos de carbono: "O País tem condições para se tornar o principal receptor de recursos provenientes do mercado de carbono, cujos contornos já estão visíveis e serão rapidamente adotados em razão da entrada em vigor do Protocolo de Quioto" (MAPA, SPA, EMBRAPA, 2005, p. 51).

Outra vantagem das culturas canavieiras está associada à possibilidade de captar gás carbônico e liberar oxigênio pelo processo de fotossíntese, o que purifica o ar atmosférico, especialmente durante a fase vegetativa da plantação. Lírio et al. (2006) ressaltaram que a

[44] Os países defenderam a "flexibilização" do Protocolo de Quioto, ou seja, a criação de mecanismos para auxiliar os países desenvolvidos no cumprimento de suas metas de redução de emissões. Dentre os chamados mecanismos de flexibilização está o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que se refere ao comércio de créditos de carbono baseado em projetos de seqüestro de CO_2 ou mitigação. Através dele, países desenvolvidos comprariam créditos de carbono de países em desenvolvimento responsáveis por tais projetos. Por esse mecanismo, os países ricos e pobres podem comprar e vender cotas e negociar seu "direito de poluir", ou seja, suas cotas de emissão de poluição (PEREIRA & MAY, 2003).

produção e o consumo do álcool mantêm o equilíbrio no ambiente, uma vez que o cultivo da cana-de-açúcar absorve o gás carbônico lançado na atmosfera, durante a queima do álcool e do bagaço, além de absorver o equivalente a um quinto da emissão total de carbono, resultante da queima de todos os combustíveis fósseis do Brasil. Esse "seqüestro" de carbono significaria uma redução anual de, aproximadamente, 39 milhões de toneladas de dióxido de carbono na atmosfera. Ademais, o Estado enfatiza que a produção de agroenergia se dará por meio de processos menos degradante ao meio ambiente, quando comparado à extração de combustíveis fósseis (MAPA, MCT, MME, MDI&CE, 2005).

Nesses termos, o que se propõe é um desenvolvimento tido como sustentável. No entanto, o Estado demonstra ter ciência das dificuldades de abrangência de sua proposta e, freqüentemente, argumenta que a produção da agroenergia deve se dar dentro dos "limites ambientalmente aceitáveis" (MAPA, MCT, MME, MDI&CE, 2005, p. 7). Esses limites não são determinados pela capacidade de suporte do meio ambiente, pois, se assim o fossem, seriam verificados previamente com base nos critérios do uso sustentável e responsável dos recursos naturais, mas, na verdade, eles remetem à degradação ambiental tolerada pela sociedade. Sendo assim, os tais "limites ambientalmente aceitáveis" serão delimitados pelas pressões sociais, principalmente de ambientalistas, pesquisadores, cientistas, organizações, dentre outros agentes, que começarão a se mobilizar e manifestar suas insatisfações, delineando assim um nível de tolerância para a degradação do ambiente. Ou seja, esses limites não serão traçados com base em parâmetros ambientais e sim sociais.

Bourdieu (1990) observa que, na luta pela produção e imposição da visão legítima do mundo social, o Estado nunca obtém um monopólio absoluto, mesmo quando se alia à autoridade da ciência. Numa sociedade sempre existem conflitos e contradições entre poderes que impõem rupturas nas visões legítimas do Estado. A manifestação desses conflitos ocorre para contestar os argumentos e pontos de vista utilizados pelo Estado, em que cientistas, estudiosos, organizações, instituições, dentre outros agentes, apresentam opiniões contrárias àquelas defendidas pelo discurso oficial.

Apesar de o atual Plano Nacional de Agroenergia ter sido lançado recentemente, já é possível observar as repercussões e desdobramentos ambientais que se tornam questões de debate público. Algumas das questões problematizadas pelos agricultores familiares de Itapuranga envolvem a queima da cana, a perda da diversidade natural e a degradação do solo e dos recursos hídricos.

5.2 A queima da cana e as controvérsias ambientais

Os inconvenientes advindos da queima da cana estão no topo das reclamações dos entrevistados de Itapuranga. Até mesmo as pessoas que costumam aprovar as ações da agroindústria apontam as queimadas como um inconveniente: "o problema é a queimação das canas, é cinza para todo lado" (Agricultora familiar integrada à agroindústria).

Ometto et al., *apud* Rodrigues & Ortiz (2006), alertam que as queimadas emitem eteno na atmosfera, além de outros hidrocarbonetos que são precursores da formação do ozônio troposférico, sendo responsável por aumentos na freqüência de problemas respiratórios em seres humanos. As queimadas também emitem diversos compostos que, uma vez depositados na água e no solo, convertem-se em ácidos, aumentando a acidez do meio. A acidificação apresenta como conseqüências o declínio florestal, a mortandade de peixes, a corrosão de metais e a desintegração de revestimento de superfícies metálicas e de materiais minerais de construção, dentre outras conseqüências.

Segundo Ferraz (2000), a queima dos canaviais elimina grandes quantidades de fuligem[45] e gases que agravam o efeito estufa. Os valores médios de emissão de gases, durante a queima da cana-de-açúcar no Brasil, no período de 1986 a 1996, corresponderam a 0,26% de CO2 (cerca de 64,8 milhões de toneladas/ano); 0,22% de metano (CH4) e 0,7-1,0 de óxido nítrico (N2O). Do ponto de vista ecológico, esses problemas acabam anulados ao longo do tempo pelo próprio crescimento dos canaviais que, pelo fenômeno da fotossíntese, consome gás carbônico e libera oxigênio. Porém, isso não ocorre com todos os gases como o ozônio, os gases de nitrogênio e de enxofre.

Pasqualeto & Zito (2000) explicam que a queima dos canaviais reduz a matéria orgânica e a fauna e flora associadas ao agroecossistema do solo. Ademais, provoca a diminuição da umidade e porosidade do solo, o que altera a concentração de gases no solo e diminui sua fertilidade, em decorrência da exposição do terreno aos efeitos erosivos e pela perda de nutrientes voláteis, uma vez que a combustão contribui para a perda de micronutrientes[46]. Szmrecsányi, apud Ferraz (2000), informou que um canavial em chamas

---

[45] Tecnologias têm sido desenvolvidas para controlar essa poluição, um exemplo é o retentor de fuligem por via úmida, desenvolvido pelo Centro de Tecnologia da Copersucar. Esse retentor reduz as emissões de sólidos para valores inferiores ao fixado pela CETESB (COOPERSUCAR, 1989).

[46] No entanto, Pasqualeto & Zito (2000) observa que em todas as circunstâncias supracitadas há medidas mitigadoras que podem ser empregadas, tais como o emprego do controle tardio das plantas daninhas para permitir a re-vegetação do terreno ou mesmo o emprego de colheitadeiras mecânicas, a manutenção de áreas de fuga para animais, a execução de aceiros, dentre outras práticas. O autor ressaltou que, apesar dos impactos negativos, não podem ser desconsiderados os efeitos positivos da queima do canavial para a redução do banco de propágulos de plantas daninhas do solo, o favorecimento do florescimento de algumas espécies do cerrado etc.

chega a "exportar" 30 – 60kg de nitrogênio e 15 – 25kg de enxofre por hectare. Esses nutrientes retornam ao solo na forma de chuva ácida, que é altamente nociva aos vegetais.

Mesmo que os estudos científicos coloquem em evidência esses problemas ambientais, em Itapuranga, as opiniões dos agricultores divergem acerca da eliminação das queimadas através da mecanização da colheita. Alguns agricultores manifestam o desejo de eliminação das queimadas e lamentam o fato da introdução da colheitadeira mecânica ainda não ter acontecido. Isso aparece na fala de um agricultor familiar integrado à agroindústria:

> A única coisa que eu gostaria mesmo é que não queimasse a cana, que é uma política que vem se arrastando há vários anos e nós não sabemos em que vai dar isso [...]. Eu mesmo pensava que em São Paulo, onde produz mais cana, não queimasse mais. Mas, outro dia, eu vi na reportagem que eles obrigam a mecanizar só 20% do canavial e o restante pode queimar, então praticamente queima tudo. Eu gostaria que não colocasse fogo, por que minha área é toda plana. Então, se não colocasse fogo seria uma bênção.

A mecanização da colheita e a queima da cana são questões polêmicas que permeiam os atuais debates da sociedade como um todo. A mecanização é uma exigência colocada pelo setor canavieiro e advém da necessidade de redução dos custos de produção, escassez de mão-de-obra e em cumprimento das exigências ambientais. Segundo Bierhals (2007), as atividades referentes ao corte, colheita e carregamento da cana-de-açúcar (CCT) correspondem a um terço dos custos de produção da cultura canavieira. Dados da ASSOCANA mostraram que os custos do CCT ficavam 37% menores quando a cana queimada era colhida mecanicamente; no caso da cana "crua" colhida mecanicamente o custo ficava 25% menor do que na colheita manual. A escassez de mão-de-obra é outro fator agravante do aumento dos custos de produção. Nos últimos anos houve uma expansão do setor de construção civil, que empregou muita mão-de-obra de baixa qualificação, e essa opção tornou-se mais atraente para muitos trabalhadores. Outro fator responsável pela substituição da colheita manual da cana se deve ao aumento das pressões ambientais, que exigem o fim das queimadas.

O estado de São Paulo, maior produtor nacional de cana-de-açúcar, promulgou a lei nº. 11.241, em 2002, que proíbe a queima da cana. Essa lei prevê que até 2020, 100% da cana colhida no Estado deixe de ser queimada em áreas mecanizáveis, ou seja, em terrenos com declividade máxima de 12%. Nas áreas não mecanizáveis, o prazo para extinção das queimadas foi estendido até 2031, o que exigirá soluções tecnológicas para o setor (BIERHALS, 2007).

Seguindo os moldes de São Paulo, Goiás instituiu, em 2006, a lei nº 15.834 que determina que os plantadores de cana-de-açúcar que, utilizam como método de pré-colheita a queima da palha em áreas mecanizáveis – ou seja, áreas superiores a 150ha em terrenos contíguos com declividade inferior a 12% –, reduzam gradativamente a utilização do fogo, obedecendo aos seguintes percentuais e prazos: em 10% da área até 2012, em 25% até 2017, em 50% até 2022, em 75% até 2027, sendo o ano de 2028 a data limite para extinção das queimadas nestas áreas. Contudo, as áreas não mecanizáveis não estão sujeitas à redução gradativa do emprego do fogo.

Mas, até o momento há polêmicas em relação a essa determinação legal. Tramita, no Tribunal de Justiça do Estado (TJ-GO), uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) contra a referida Lei[47]. A ADIN contesta a manutenção das queimadas em áreas inferiores a 150 hectares, ou seja, contesta a permissão legal da continuidade das queimadas. Ademais, a Lei autoriza a utilização da queima controlada em áreas mecanizáveis até o ano de 2028. No entanto, esse prazo é superior ao previsto no Decreto Federal 2.661/98[48], que regulamenta o Código Florestal Brasileiro. Pelo decreto federal, o prazo para erradicação da queima da cana se encerra em 2018. Sendo assim, a legislação goiana não pode regulamentar normas estaduais menos restritivas que as federais. A ADIN enfatiza ainda que a Lei 15.834 violou os preceitos contidos nos artigos 6º, inciso V, e 127 da Constituição de Goiás, que asseguram a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como impõem ao poder público o dever de recuperá-lo e preservá-lo. Com a autorização para as queimadas, a lei estadual afronta essa obrigação de proteção ambiental, já que o método é considerado poluidor.

O afrouxamento das leis que disciplinam a queima da cana no estado de Goiás é defendido especialmente, pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG), que visam à manutenção dos postos de trabalho. Ademais, a geração de empregos configura entre os principais argumentos de legitimação do atual programa agroenergético do Estado. No entanto, tal propósito encontra-se comprometido, haja vista o processo de mecanização da colheita da cana-de-açúcar em expansão no país. Em função disso, o setor está perdendo importância na geração de emprego direto no meio rural, no

---

[47] A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) foi proposta pelo procurador-geral de justiça, Eduardo Abdon Moura em 26/06/2007.

[48] O decreto 2.661/98 prevê a eliminação gradativa do fogo nas plantações de cana-de-açúcar na proporção de um quarto de área a cada cinco anos, a partir de 9 de julho de 1998.

segmento agrícola, principalmente na categoria de trabalhador de menor qualificação. Até mesmo o Estado, apesar de não dar muita ênfase nessa questão, confirma essa tendência: "Num contexto onde crescem as pressões pela eliminação das queimadas, será cada vez mais difícil assegurar a viabilização da atividade em áreas não mecanizáveis" (MAPA, SPA, EMBRAPA, 2005, p. 47).

Dessa forma, os benefícios ambientais obtidos com a extinção das queimadas contrapõem-se ao problema social agravado pelo desemprego, problema que assola grande parte da população do país. A introdução de inovações tecnológicas – em particular da colheita mecanizada – nem sempre acaba com as condições insalubres e penosas a que são submetidos os trabalhadores da cana. Com a expansão da mecanização da produção canavieira, os trabalhadores que experimentavam condições precárias de trabalho passariam a se preocupar com o desemprego. Com isso, a ameaça de desemprego conduz à aceitação de condições precárias de trabalho (RODRIGUES & ORTIZ, 2006).

Diversos agentes sociais de Itapuranga que estão inseridos no contexto da cana, como os parceiros da agroindústria, os trabalhadores, os comerciantes, os representantes políticos, dentre outros, tendem a aceitar os inconvenientes proporcionados pelas queimadas e a devastação ambiental em troca da manutenção dos postos de trabalhos. O desemprego nesses locais está impondo uma espécie de dominação a essas pessoas. Nas entrevistas realizadas no município percebe-se que alguns agricultores preferem conviver com as queimadas, do que com o desemprego. Portanto, eles são favoráveis à continuação das queimadas pela agroindústria ao invés da introdução da colhedora mecânica, porque isso evitaria a redução de muitos postos de trabalho, como se vê na fala de um agricultor:

> Se puser máquinas não tem emprego para os cortadores. Eles [a agroindústria] não colocaram cortadeiras para assegurar emprego para os cortadores, e deixando de industrializar o corte de cana não tem jeito de evitar a queimada. Em São Paulo, eles já estão pensando onde vão colocar os trabalhadores que serão demitidos por causa da industrialização do corte da cana. Uma cortadeira de cana absorve o serviço de mais de oitenta trabalhadores. É muita pessoa desempregada. É ruim queimar, mas por outro lado se mecanizar vai reduzir o emprego. (Agricultor familiar integrado à agroindústria)

Outras pessoas argumentam que a implantação da agroindústria canavieira em Itapuranga só se justifica em função dos empregos gerados. Portanto, se for introduzida a colhedora mecânica, a agroindústria deixaria de empregar trabalhadores, sendo assim, nada

justificaria a vinda da empresa para o município. Na visão da população, a percepção de progresso está muito relacionada à geração de empregos como um requisito para atender às necessidades básicas dos trabalhadores. Somente quando as necessidades básicas estão asseguradas é que as pessoas começam a se preocupar com outros fatores relacionados à qualidade de vida e ao meio ambiente. Nesse sentido, o emprego torna-se algo desejável a qualquer custo, atuando assim como uma forma de dominação. O representante dos dirigentes lojistas de Itapuranga levantou os problemas ambientais advindos da implantação da agroindústria no município, porém o que o deixa inconformado é a possibilidade da agroindústria reduzir a contratação de trabalhadores em função da introdução da colhedora mecânica. Para ele, juntamente com a usina vem o progresso,

> mas também vêm outros problemas sérios para o meio ambiente. Se eles resolverem trazer as máquinas para cortar as canas, também não resolveu a cana ter vindo, porque tira o emprego do pessoal [...]. Uma cortadeira em um dia corta para trezentos homens, são trezentos empregos que vão desaparecer em oito horas, mas ela trabalha 24 horas sem parar. Uma cortadeira em um dia vai substituir novecentos homens. E vai complicar todo o emprego na cidade e, em vez de ajudar, não vai resolver nada, e vai piorar.

Um prestador de serviços para a agroindústria relatou que no início das atividades de corte de cana, a agroindústria tentou efetuar o corte manual da cana "crua" – sem queimar –, numa área na beira do asfalto, com a intenção de evitar que o fogo se alastrasse para um posto de gasolina próximo. Apesar de o rendimento do trabalho ser menor, receberiam o equivalente ao corte da cana queimada, pois a agroindústria se comprometia a pagar a diferença da produtividade. Porém, os trabalhadores não aceitaram cortar a cana crua, se revoltaram e atearam fogo no canavial:

> Nos primeiros cortes, a usina tentou cortar sem colocar fogo e de forma braçal, mas não funcionou. Uma turma se revoltou e colocou fogo. A própria turma que estava cortando se revoltou. Eles [a agroindústria] não queriam colocar fogo porque estava beirando o asfalto onde há um posto de gasolina, por isso não era para pôr fogo, e aí aconteceu que o fogo queimou tudo. (Prestador de serviço à agroindústria)

Da mesma forma, na região de Campos, conforme analisou Neves (1997), inicialmente os trabalhadores se negavam a cortar cana queimada, devido aos malefícios que traziam à saúde, como maiores riscos de acidentes nos olhos, dificuldades respiratórias, piores

condições de higiene e penosidade do trabalho. Mas, apesar disso, a prática da queima da cana se consolidou. Porém, por volta da década de 1980, os produtores de cana perceberam que a queima do canavial era o principal responsável pela diminuição da produtividade agrícola, pois tornava o solo menos fértil, além de ser um dos responsáveis pelas secas e irregularidades pluviométricas que vinham ocorrendo na região. Supunham que a presença da palhada da cana no solo poderia fertilizar e aumentar a umidade do solo. Além do mais, o corte da cana crua ampliaria a remuneração em função do pagamento desta ser pelo grau de sacarose e impureza. Entretanto, os produtores não estavam conseguindo obter a adesão dos trabalhadores para o corte da cana crua.

Vale notar que o corte da cana crua aumenta os riscos de ataques de animais peçonhentos e os acúleos de sílica presentes nas folhas da cana arranham e cortam a pele. Nessas condições, o podão utilizado no corte da cana enrosca na vegetação tornando o trabalho mais penoso e o rendimento menor. Por esses e outros motivos, preferiam cortar a cana queimada, como declara um trabalhador da agroindústria:

> Era muito inseto, enroscava o facão, até mesmo machucava, e o corte não tinha rendimento. Mas a usina ia pagar mais, ficava no mesmo preço, mas pinica demais, aquela palha tem ajustadinho [acúleos de sílica], então é insuportável. O fogo facilita muito mais, evita cobra e muito inseto, até mesmo aranha.

Um prestador de serviços como tratorista para a agroindústria argumentou que a agroindústria está aperfeiçoando a prática da queimada nos canaviais. Antes, as queimadas eram realizadas durante o dia, normalmente nos períodos de maior calor, nessas condições as chamas atingiam grandes proporções causando a mortandade de muitos pássaros. Atualmente, as queimadas são realizadas durante a madrugada, período de maior umidade do solo, com o propósito de evitar danos de grandes proporções. Nota-se aqui uma tentativa de amenizar os problemas ambientais causados pelas queimadas, onde os discursos dos representantes da agroindústria passam a ser internalizados, como pode ser constatado na fala de um trabalhador entrevistado:

> Eles [agroindústria] melhoraram o sistema deles queimar, estão queimando de madrugada, das 2h às 3h da manhã [...]. No chão mesmo fica pedaço de folha sem queimar, porque fica muito úmido o solo. Melhoraram demais, antigamente eles colocavam fogo das 2h às 3h da tarde, e morria muito passarinho, mas hoje não. O fogo à noite é bem mais tranqüilo, não tem aquele fogão exagerado.

De acordo com Ferraz (2000), outro impacto negativo sobre o meio biótico é em relação à perda da biodiversidade, devido ao risco de escape do fogo para áreas de proteção permanente ou reservas legais, podendo levar à redução de populações de espécies de vertebrados e insetos pela eliminação de seus *habitats*, ou até a morte pelo fogo. Dentre os impactos antrópicos, são relacionados os riscos de acidentes com operários ou veículos, pela rapidez com que as chamas se espalham e a depreciação do panorama visual.

Com relação aos riscos de escape do fogo para áreas de vegetação ciliar, um prestador de serviço para agroindústria afirma que não há riscos, porque são adotadas algumas medidas que podem evitar o escape do fogo para outros talhões ou para outras áreas de vegetação: "[...] eu tenho observado todo o dia no campo, eles passam com o caminhão molhando aquela beirada para o fogo não pular, porque eles precisam queimar só o talhão".

Como ressaltado, a queima da cana é uma questão polêmica. Apesar de seus inconvenientes serem apontados por quase todos os entrevistados, algumas pessoas consideravam que valia a pena tolerá-los em troca da manutenção dos postos de trabalho gerados no corte da cana manual. Porém, a agroindústria reconhecia que o fogo nos canaviais era alvo de críticas pela população e tentava atenuar seus efeitos.

Outra questão importante levantada pelos entrevistados diz respeito à perda da biodiversidade, cujos efeitos são acentuados pela queima da cana. Porém, a introdução da monocultura contribui, da mesma forma, para a perda da biodiversidade e para a depreciação da vista panorâmica.

5.3 A monocultura da cana: impasses da preservação ambiental

A implantação da monocultura da cana-de-açúcar no Brasil, durante o ciclo do PROALCOOL, ocorreu basicamente em áreas antes destinadas à pecuária extensiva e às culturas agrícolas anuais, num processo que pouco pressionou o deslocamento destas em direção a novas fronteiras agrícolas. Porém, Rodrigues & Ortiz (2006) alertam que o novo ímpeto de crescimento da produção nos últimos anos, com a busca por novas áreas de produção, pode provocar a ocupação de novas áreas naturais ou de áreas destinadas à produção de alimentos, forçando o deslocamento de parte da pecuária e das produções de grãos como a soja, com conseqüente destruição de *habitat* e impactos relevantes sobre a biodiversidade.

Em Itapuranga, a depreciação da vista panorâmica é um fato perceptível, pois a expansão canavieira no território está alterando bastante a paisagem do meio rural. Diversas

áreas, onde habitualmente se via árvores com troncos retorcidos e vegetações características do cerrado, estão cedendo lugar à cultura canavieira em proporções inimagináveis.

Pasqualeto & Zito (2000) alerta que a expansão dos canaviais em áreas de florestas e biomas como o cerrado pode destruir a vegetação natural e provocar desequilíbrios ecológicos. Essa expansão vem, quase sempre, precedida pelo desmatamento e nem sempre respeita as vegetações ciliares e áreas de reservas legais. O isolamento das reservas pela falta de manutenção dos "corredores ecológicos" e o distanciamento das áreas vegetais dos recursos hídricos causam tanto a erosão quanto a perda da biodiversidade. Nas áreas desmatadas, em função da retirada da vegetação original após a implantação da monocultura, ocorre a redução da microbiota do solo, a redução da biodiversidade local, o estreitamento da base genética e a depreciação da paisagem.

Muitos autores contrastam os efeitos devastadores provocados pela introdução das monoculturas com a diversidade ambiental que supostamente existe na agricultura familiar. Dessa forma, a ciência muitas vezes serve de instrumento de legitimação ideológica, ao vincular o desenvolvimento sustentável como um atributo inerente à agricultura familiar[49]. Dentre os vários autores que trabalham com esse enfoque, pode-se mencionar, a título de exemplo, Muller (2001) e Sachs (2003). Os autores enfatizam atributos valorativos relacionados à biodiversidade ambiental como sendo uma das características inerente à agricultura familiar, atribuindo-lhe vantagem comparativa em relação ao modelo patronal. Buscam demonstrar uma racionalidade econômica e socialmente justa desse segmento de agricultores, bem como a capacidade adaptativa desses agentes às novas pautas éticas relacionadas à preservação ambiental.

De acordo com Muller (2001), uma característica básica da maioria das unidades familiares é a presença da biodiversidade, contrapondo-se à simplificação dos monocultivos extensivos. A justificativa para tal afirmação baseia-se numa suposta lógica inerente à agricultura familiar, em que a biodiversidade é apresentada como uma característica importante para prover o autoconsumo, aumentar as opções de comercialização e contornar os riscos da atividade agrícola. Com esse intuito, várias espécies e cultivos são combinados por meio de diferentes sistemas que, juntamente com a produção animal, se integra nessa dinâmica. Sendo assim, a junção desses fatores confere às unidades familiares um maior

[49] Segundo Chaui (1980), a ideologia é um "fato" social, visto que ela é produzida pelas relações sociais e se inicia como um conjunto sistemático de idéias que parecem representar os interesses de toda a sociedade que, num primeiro momento, se encarrega de atribuir uma infinidade de valores a um grupo para legitimar suas ações. A consolidação dessa nova ideologia ocorre quando as idéias e valores desse grupo são interiorizados pelos membros da sociedade.

equilíbrio biológico, promovendo a preservação e estabilidade ao agroecossistema. Portanto, defende que esses agricultores apresentam maior possibilidade para a promoção de uma agricultura alicerçada em bases ambientalmente corretas e socialmente justas.

Sachs (2003) argumenta que a agricultura familiar desempenha um papel importante na gestão do espaço rural e dos recursos naturais[50], pois, além de produzir alimentos e outros produtos, atuam também como guardiões da paisagem e, de maneira geral, demonstram uma sensibilidade ecológica maior que a dos grandes empresários agrícolas. Enfatiza-se que essa agricultura se perpetuou justamente por preconizar o longo prazo, plantando árvores para as gerações futuras e fazendo bom uso da natureza.

Esse enfoque também permeia os discursos do atual programa agroenergético: "A "especialização" da agricultura familiar está na capacidade de desenvolvimento de várias atividades simultâneas. É essa característica dos sistemas produtivos familiares o que garante a biodiversidade dos agroecossistemas" (MAPA, MCT, MME, MDI&CE, 2005, p. 26). Dessa forma, o Estado procura legitimar o programa junto aos agricultores ao afirmar que reconhece suas vantagens e seus atributos e que pretende preservá-los, incluindo-os como peça chave para a promoção da preservação ambiental e, em conseqüência, do desenvolvimento sustentável.

Mas, como ressalta Neves (2007), esses aspectos valorativos expressos em relação à agricultura familiar, como a ênfase na diversificação, na durabilidade dos recursos, maior consciência ecológica, dentre outros, não podem ser generalizados a todas as unidades familiares. Trata-se apenas da construção de uma categoria produtiva desejada, porém, essa construção é sempre passível de novas reinterpretações.

Evidências dessas reinterpretações foram observadas no desenrolar das explanações do Secretário do Meio Ambiente de Itapuranga. Ele chamou a atenção para o fato de os pesquisadores questionarem a atuação de empreendimentos agroindustriais como sendo os "vilões" do meio ambiente, enquanto que, na prática, ele observa o contrário: "a agroindústria está respeitando as Áreas de Preservação Permanentes – APPs –, inclusive é parceira na doação de mudas para recuperação das nascentes. Já trouxeram para o viveiro municipal cerca de 3.500 mudas. Até no final do ano eles vão doar 10.000 mudas". Ressalta, em contrapartida, que os agricultores familiares do município degradam muito mais o meio

[50] Quando não prejudicada por condições de vida insustentáveis que os forçam ao uso predatório dos recursos naturais (SACHS, 2003).

ambiente do que os empreendimentos agroindustriais, porque os agricultores não respeitam a legislação ambiental:

> [...] eles [agricultores familiares], na questão ambiental, nunca respeitaram as APPs, desmataram até nos barrancos dos rios. Temos aqui várias testemunhas disso, inclusive fotografias. [...] nunca se teve uma preocupação com a questão ambiental [tanto o pequeno produtor como o grande], apesar do código florestal brasileiro ser de 1965, nunca se preocupou com isso, agora que o planeta está quase explodindo é que o pessoal quer reverter o quadro rapidamente.

No entanto, durante a pesquisa em Itapuranga, foi observada a prática de desmatamento de áreas de reservas legais e matas ciliares pela agroindústria canavieira, constatando o desrespeito a legislação pertinente. Ademais, alguns agricultores familiares confirmam a hipótese de que eles próprios também desmatam suas propriedades: "No meu caso, a minha área já era bem deteriorada. Eu já tinha arrancado muita árvore, já não existia quase nada mesmo" (Agricultor familiar integrado à agroindústria).

Sobre os inconvenientes da implantação da monocultura canavieira no município, o Secretário do Meio Ambiente explica que não se tratava da introdução de uma nova monocultura, uma vez que a cana-de-açúcar estava apenas substituindo a monocultura de capim braquiária, que predominava até então em Itapuranga. Com isso, procura amenizar os problemas relacionados à expansão massiva de cana na região, sob a justificativa de substituição de monoculturas. O secretário destaca também que o poder municipal está tomando providências para evitar uma expansão excessiva da cultura canavieira, mediante a implantação do zoneamento agrícola no município, limitando a área da cana em apenas 20% do território:

> [...] uma das coisas que nós usamos com maior critério foi a questão do zoneamento aqui no município. Então, nós calculamos que a cana vai ocupar no máximo 20% da área do município, pra não atrapalhar a agricultura familiar. Mas, como você disse, tem a questão da monocultura. Nós temos vários critérios para definir o que é uma monocultura, aqui nós temos a monocultura do braquiarão, em cima vem outra monocultura que é o gado, e a cana é mais uma monocultura, e vem a soja e outros segmentos. Então, na realidade não é alarmante essa questão de monocultura. Só que o pessoal está acostumado com seu gadinho, com seu pastinho [...].

No atual programa agroenergético, o Estado cogita estimular a produção de cana-de-açúcar pelos agricultores familiares. No entanto, determina que as políticas de incentivo à produção de biocombustíveis pelos agricultores familiares devem atentar, principalmente, para as questões relacionadas à preservação da biodiversidade existente nas unidades familiares. Nesse sentido, o Estado observa que a implantação de monoculturas nas propriedades familiares seria desastrosa para o meio ambiente e para a sustentabilidade dos agricultores, posto que suas características envolvem a capacidade de desenvolver várias atividades simultâneas, condição que, segundo o Estado, garante a biodiversidade dos agroecossistemas (MAPA, MCT, MME, MDI&CE, 2005). No entanto, essa é uma contradição inerente ao discurso estatal, porque quase todas as culturas energéticas baseiam-se em monocultivos.

Além do mais, observa-se uma dissonância entre os discursos do Estado no âmbito federal e regional. No plano regional, cogita-se a instituição de uma política pública intitulada "Política de regularização do avanço da cana-de-açúcar", a fim de conter a expansão canavieira em áreas de agricultura familiar no contexto do território goiano. Até o momento, o Plano se limita a chamar a atenção para possíveis impactos ambientais decorrentes do cultivo da cana e para as implicações do avanço da cana em áreas de agricultura familiar. Sendo que ainda não foram implementadas ações concretas no sentido de conter os problemas anunciados, apenas propõem um debate sobre o tema:

> A cana-de-açúcar está avançando de forma rápida e sem controle no território [...] a tendência é aumentar ainda mais a área dessa cultura. [...] Os maiores impactos esperados [...] são: o esgotamento dos solos, o desmatamento, a poluição da água com uso indiscriminado de agrotóxico e as queimadas. (MDA, SDT, SAF, 2007, p. 20)

Outro fator responsável pela perda da biodiversidade deve-se aos efeitos perversos das queimadas. Segundo Gonçalves (2006), a queima da cana provoca uma verdadeira devastação, uma vez que o fogo destrói ecossistemas, fauna, flora e microorganismos, afetando negativamente o equilíbrio agroecológico. Também coloca em risco animais da flora silvestre de áreas ambientais adjacentes, uma vez que os predadores procuram suas presas à noite, justamente no período em que se coloca fogo no canavial. Acrescenta-se a isso os riscos de escape do fogo para áreas de vegetação ciliar.

Além dos impactos ambientais decorrentes da monocultura, Borges et al. (1988) levantaram questões de ordem econômica como o esgotamento do solo e uma maior

incidência de pragas e doenças, com conseqüentes perdas de colheitas que podem inviabilizar economicamente a produção de etanol.

Outro problema ambiental muito debatido em Itapuranga refere-se à derrubada das árvores. Essa prática é denunciada com veemência pela população do município. As pessoas ficam indignadas com a conivência dos fiscais e representantes políticos do município com a prática desse crime ambiental. A derrubada das árvores ocorria, principalmente, no período noturno. Durante o dia, os tratoristas da agroindústria vão até as propriedades, preparam todo o solo e deixam as árvores no local. Quando anoitece, eles voltam, derrubam as árvores e depois as enterram para esconder a infração ambiental cometida, conforme o relato de um agricultor familiar não integrado à agroindústria:

> [...] Eles [a agroindústria] arrancam tudo: o angico, o moreira, o jatobá [...]. Os fiscais fazem que não vêem! Eles arrancaram umas árvores na serra, me falaram que era um pequi [Pequizeiro] com mais de quinhentos anos [...]. Eles limpam a terra e deixam as árvores todinhas na terra. À noite os tratores vêm, um arrancando e outro fazendo buraco no chão e enterrando tudo. No outro dia, você chega lá e não tem nada, cadê as árvores? Isso eu estou cansado de ver. A noite inteira o trator trabalha fazendo buraco e jogando as árvores lá dentro, e depois tampam tudo [...]. Faz dó. Por isso é que está esse tempo descontrolado. É triste, muito triste.

Um prestador de serviço para a agroindústria também confirmou a derrubada de árvores. Ele alega que isso ocorre porque as árvores atrapalham o deslocamento das máquinas e as atividades relacionadas ao cultivo da cana. E, além disso, não adianta deixar as árvores na área, visto que seriam atingidas durante a queima do canavial. Então, os técnicos da agroindústria avaliam as árvores, deixando aquelas que são altas e não apresentam risco de serem atingidas pelo fogo, ou só são retirados os galhos mais baixos: “a usina tira bastante árvore, porque as arvores atrapalha, e não resolve deixar porque o fogo vai queimar mesmo. [...]”.

Um agricultor familiar integrado à agroindústria relatou o procedimento realizado em sua propriedade:

> Eu só arrendei as partes mais limpas. Se eles cortaram algumas árvores foram poucas, eles deixaram aquelas que pedimos para deixar. Só tiraram as menores porque o fogo queima mesmo, as maiores ficaram todas. Aquelas árvores mais copudas, eles [agroindústria] quebram os galhos para evitar a sombra e para as máquinas passarem com facilidade.

Para alguns agricultores, os fiscais ambientais não tomam providências para inibir a destruição das árvores, preferindo fazer "vista grossa" e ignorar as infrações da lei. Eles reclamam que os fiscais adotam tratamentos diferenciados para a agroindústria e para os agricultores familiares. Quando um agricultor familiar "pequeno", como eles dizem, precisa retirar uma árvore para sanar alguma necessidade da propriedade, os fiscais ambientais não permitem. Porém, segundo um agricultor, a agroindústria pode derrubar várias árvores, até mesmo as protegidas por lei, e os fiscais nada fazem: "eles [a agroindústria] trabalham e arrancam as árvores e o IBAMA não faz nada. Mas, às vezes, tem um agricultor que quer tirar uma árvore pra fazer uma tábua ou outra coisa, então dá problema." (Agricultor familiar integrado à agroindústria)

Essas ações contradizem as diretrizes instituídas pela política agroenergética, que defende a observância da política ambiental brasileira e dos dispositivos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Quioto (MAPA, SPA, EMBRAPA, 2005). Além do mais, contrastam com as recomendações que determinam que a produção de culturas energéticas devem estar sustentadas em bases ambientalmente adequadas: "A agroenergia é um modelo de produção de energia que tem um expressivo potencial de promoção da sustentabilidade, sobretudo porque permite sistemas de produção de insumos energéticos em bases ambientalmente adequadas" (MAPA, MCT, MME, MDI&CE, 2005, p. 25).

É importante ressaltar que as degradações ambientais ocorrem com o consentimento do Secretário do Meio Ambiente do município de Itapuranga. Segundo o secretário, o maior número de reclamação de crime ambiental relacionado à agroindústria canavieira refere-se à derrubada das árvores: "Em relação à cultura da cana, a maior reclamação que nós temos é em relação à derrubada de árvores, mas a agroindústria está respeitando as APPs, inclusive é parceira na doação de mudas para recuperação das nascentes". No entanto, o Secretário ressalta que a derrubada de árvores não é um crime ambiental que mereça tanta importância, uma vez que a agroindústria está mitigando os efeitos dessas derrubadas com a doação de mudas para o replantio.

De acordo ainda com o Secretário, as pessoas "estranham" o fato de a agroindústria derrubar madeiras protegidas por lei. Mas, pode-se avaliar como "estranho" o fato de um secretário municipal do meio ambiente, que deveria coibir tais crimes ambientais, considerar normal um ato de infração que está previsto no Artigo 45 da Legislação Ambiental Federal, nº. 9.605, de 12 fevereiro de 1998:

> [...] A questão que as pessoas estranham é que eles derrubam qualquer madeira, não importa se é madeira de lei ou não, eles [a agroindústria] não têm destinação para essa madeira, ou o proprietário retira e aproveita ou eles [a agroindústria] enterram. Mas, eles têm uma contrapartida: de cada árvore que arrancam, eles plantam quatro na natureza; apesar de a árvore retirada ser de uma madeira mais erada [árvore adulta]. [...] Muitas vezes ela já estava até condenada, cupim já comeu e essas coisas.

Para complementar o raciocínio, o Secretário do Meio Ambiente afirma que as pessoas precisam aprender a conviver com a modernidade ao invés de criar empecilhos ambientais para as atividades que trazem desenvolvimento para o município. Ou seja, para ele as pessoas estão erradas em criticar algo que é "benéfico" para o município, por não saberem conviver com o "progresso":

> [...] sempre tem uma polêmica, não deixa de gerar uma polêmica. As pessoas têm batido muito nessa tecla em relação à usina [agroindústria canavieira]. Mas, nós temos também que aprender a conviver com o progresso, porque Itapuranga teve uma fase esquecida no campo do desenvolvimento, e a metade da população se evadiu para os grandes centros e para o exterior porque na cidade não tinha renda, a não ser a agricultura de subsistência.

Nesses termos, a palavra "progresso" deve ser entendida pelo sentido semântico do contexto histórico, ou seja, trata-se de uma busca pelo crescimento econômico a qualquer custo, principalmente à custa do meio ambiente. Mas, as experiências revelam que esse "progresso" sempre acaba e os desastres ambientais permanecem.

A agroindústria canavieira também reconhece a existência de polêmicas relativas à retirada das árvores e procura adotar medidas para atenuar o problema. Segundo um prestador de serviço para a agroindústria, algumas providências são tomadas para abrandar os efeitos ambientais relacionados à derrubada de árvores: "[...] eles [a agroindústria] estão fazendo o plantio de árvores na beirada dos córregos [...], apesar de que o natural volta muito, só de estar zelando daquela beirada, sem fogo e sem gado, volta muita planta".

De fato, ao cercar, proteger e deixar inutilizada uma área de mata ciliar pode haver a recomposição da vegetação natural. Porém, essa forma de reflorestamento – pouco dispendiosa – produz resultados muito demorados. Mas, na prática, muitas vezes isso não chega a ocorrer, porque os agricultores cedem parte da terra à agroindústria e permanecem utilizando a área baixa que corresponde a áreas de mata ciliar para os cultivos de subsistência: "eu arrendei a parte alta da terra porque eu quase não tirava nada de lá. Era seca e agora eu

tenho a outra para trabalhar, que é uma terra mais baixa, úmida, ela tem água" (Agricultor familiar integrado à agroindústria).

Observa-se que os agricultores integrados à agroindústria são mais tolerantes no que diz respeito aos danos ambientais provocados pela empresa. Normalmente assumem a responsabilidade pela degradação ambiental, afirmando que as áreas cedidas para a agroindústria já não tinham mais árvores, pois eram áreas de pastagem:

> No meu caso, a minha área já era bem deteriorada, eu já tinha arrancado muita árvore, já não existia quase nada. Era pasto a terra, a usina arrancou uma minoria, mesmo porque já não tinha. Eles arrancaram um pouco de angico, mas parece que foi só uma árvore e o resto era pé de manga velho mesmo.

Percebe-se que a questão ambiental é problematizada por vários agentes sociais de Itapuranga que, de alguma forma, tentam impedir a ocorrência das práticas danosas ao meio denunciando-as ao órgão competente. Porém, o órgão ambiental do município não concorda que a degradação praticada pela agroindústria canavieira mereça tantas atenções e, por isso, ignoram os reclames sociais que demandam o cumprimento dos dispositivos legais.

Outros impactos ambientais decorrentes do cultivo da cana-de-açúcar estão relacionados à degradação do solo. Pasqualeto & Zito (2000) explica que uma das causas da degradação do solo durante o cultivo da lavoura canavieira pode decorrer da compactação do solo, em função do uso de máquinas, veículos e equipamentos pesados durante o plantio, os tratos culturais e a colheita, aliada também ao tráfego intenso na área. Vale notar que a compactação não só prejudica a penetração das raízes das plantas e, conseqüentemente, a absorção de nutrientes, como também diminui a recarga dos lençóis freáticos e a mineralização da matéria orgânica. A compactação ainda repercute na fertilidade do solo, dada a queda nas taxas de infiltração de água, resultante da diminuição de sua porosidade. Outro agravante é a pulverização do solo que, aliado a uma menor capacidade de infiltração de água, aumenta o escoamento superficial das águas pluviais, gerando enxurradas que promovem o assoreamento dos cursos d'água, a depreciação da qualidade do ar e da água, bem como a perda de áreas cultiváveis pela formação de erosões e de voçorocas. No entanto, em função da difícil percepção, a degradação do solo ainda não foi problematizada pelos agricultores familiares, eles apenas reclamavam do tráfego intenso nas estradas do município que contribuía para agravar o estado de conservação das rodovias.

O empobrecimento do solo é um problema ambiental freqüentemente mencionado pelos representantes dos agricultores familiares, que lutam para impor um ponto de vista contrário à atividade canavieira. Os argumentos estão associados ao fato de a cultura canavieira extrair muito nutrientes do solo, conforme expressa uma representante da Cooperativa dos Agricultores Familiares de Itapuranga:

> [...] nós acreditamos piamente na agricultura familiar e fazemos o máximo para esse pessoal não ir pra cana, porque agora está uma maravilha, mas daqui a seis ou sete anos, quando esses contratos [de integração] acabarem e esse solo não suportar mais o plantio da cana, o que o produtor vai fazer? Vão pegar um solo completamente degradado e eles não têm condição financeira para recuperá-lo, porque precisam produzir para comer, e esse solo não vai produzir. Com certeza, por uns dois ou três anos eles não vão conseguir tirar nada da terra, como vão sobreviver?

Em contrapartida, os representantes da agroindústria e os agentes sociais favoráveis à atuação do empreendimento canavieiro em Itapuranga rebatem essas afirmações ressaltando que a preservação do solo e dos rios está ocorrendo melhor agora. A agroindústria passou a fazer o manejo agrícola do solo, prática pouco empreendida pelos agricultores familiares que cultivavam o solo antes da agroindústria. Ademais, explicam que, nas áreas cedidas à agroindústria, os agricultores mantinham pastagens degradadas e não empregavam práticas para a conservação do solo, como a construção de terraços e plantio em nível, o que levava ao assoreamento dos cursos d'água. Observam também que era comum a utilização de áreas de matas ciliares para os cultivos agrícolas. Assim, justificavam que, atualmente, esses problemas acabaram porque a agroindústria respeita o limite de distância dos cursos d'água e emprega práticas de manejo agrícola para evitar o assoreamento dos rios, como relata um prestador de serviço para agroindústria:

> [...] outra vantagem que eu estou vendo da usina é assim: as pastagens que temos aqui são degradadas e muito antigas, o gado defeca ali e vai tudo pro rio, aplica o veneno no gado e vai tudo pro rio. Hoje não! A usina faz os terraços, as curvas, tudo certinho e deixa a beirada de córrego sem mexer. Já o produtor [agricultor familiar], quando mexia com roça ou pasto, fazia o pasto até na beirado do córrego [...].

Alguns autores também afirmam que a cultura canavieira apresenta vantagens em relação à preservação do solo, quando comparados com outras culturas. Isso decorre das próprias características da planta e pelo fato do manejo sustentável do solo ser uma prática

pouco empreendida pela maioria dos agricultores. Segundo Endres, *apud* Rodrigues & Ortiz (2006), quando a introdução da cultura canavieira ocorre conforme técnicas avançadas de manejo agrícola, tendem a reduzir a erosão do solo, o que não ocorre em manejos de pastos ou de produção de grãos anteriormente existentes no solo. Além disso, a cultura de cana-de-açúcar protege mais o solo do que as pastagens e demais culturas anuais, porque apresenta intenso perfilhamento na sua fase inicial de crescimento e intenso crescimento do colmo principal, que propiciam cobertura vegetal mais homogênea e densa. Por ser uma gramínea de cultivo semiperene, seu sistema radicular oferece reposição contínua de material orgânico ao solo, reestruturando-o e ativando a porção viva do ambiente (microrganismos e micro-fauna), melhorando as condições de retenção de água e seu percolamento pelo perfil do solo. Entretanto, os autores observam que, apesar de atualmente haver maior conscientização em relação à conservação do solo, ainda há processos erosivos promovendo a perda de suas camadas superficiais, com o conseqüente assoreamento dos rios.

Outra questão preocupante observada refere-se aos impactos que a cultura canavieira provoca sobre os recursos hídricos. Os agricultores familiares de Itapuranga temem que a demanda hídrica pela cultura venha comprometer os corpos d'água do município, como se pode perceber no relato de um agricultor integrado à agroindústria: "a desvantagem é a água porque eles [a agroindústria] usam muito a água do rio. Tenho medo de no futuro não ser tão bom, depois [...] seca o córrego". Segundo Rodrigues & Ortiz (2006), a preservação dos recursos hídricos merece atenção em todas as etapas do processo produtivo, uma vez que o cultivo de cana-de-açúcar em grande escala e a produção industrial de etanol em destilarias demanda uma grande quantidade de água, advinda da captação superficial, levando a indução de processos erosivos, com conseqüente assoreamento dos corpos d'água superficiais.

A preocupação com a redução da disponibilidade hídrica dos córregos do município de Itapuranga também esteve entre os problemas apontados pela representante da Cooperativa dos Agricultores Familiares:

> [...] eles não têm cuidado com a preservação das nascentes, porque eles irrigam dia e noite, tirando água de riachinhos muito pequenos, e a gente está vendo as águas secarem agora. Então, a gente não sabe como vai ser, principalmente no final e início de setembro, que vai ser o pico da época seca mesmo. A gente está preocupado, muito preocupado.

O município de Itapuranga é recortado por vários cursos d'água que suprem de maneira eficaz a produção agrícola desenvolvida pelos agricultores familiares. Porém, eles

temem que a alta demanda de água pela cultura canavieira possa comprometer a disponibilidade hídrica existente no município e, com isso, afetar a produção agrícola que vinham desenvolvendo.

Outra questão levantada pelos agricultores familiares residentes nas intermediações da agroindústria refere-se aos inconvenientes decorrentes da aplicação do vinhoto – um subproduto resultante do processamento da cana – na fertirrigação da cultura da cana-de-açúcar. Andrade (1994) esclarece que a ênfase nesse subproduto se torna relevante em função da alta proporção em que é gerado, sendo que seu volume equivale a 13 vezes o volume do álcool produzido.

De acordo com Dias (2006), a carga de matéria orgânica no vinhoto é muito alta, sendo necessária a retirada de muito oxigênio da própria água para sua decomposição. O alto índice de DBO (Demanda Bioquímica de Oxigênio), necessária à decomposição aeróbica e de DQO (Demanda Química de Oxigênio) do vinhoto e vinhaça causam sérios problemas ao sistema aquático. Além do mais, o vinhoto a 107ºC é ácido e corrosivo se lançado na natureza. Entretanto, o vinhoto pode ser usado como biofertilizante, mas para isso precisa ser armazenado em condições específicas para não ocorrer vazamento e apresenta como inconveniente a possibilidade de salinização do solo.

Segundo Magalhães et al. (1991), os impactos ambientais decorrentes desse subproduto ocorrem principalmente se for lançado nos rios, sem qualquer tratamento e/ou quando utilizado em excesso como biofertilizante na fertirrigação, podendo causar a salinização do solo e a poluição dos recursos hídricos, pois as chuvas podem levá-lo para os cursos d'águas. O armazenamento do vinhoto em lagoas de despejo ou de decantação dispensa seu lançamento em cursos d'água, mas apresenta como inconveniente a possibilidade de contaminação do lençol freático. Os autores expõem três fatores que, na prática, impedem que o vinhoto polua o meio ambiente: 1) a existência de tecnologia que reduz a relação álcool/vinhoto produzido; 2) o armazenamento em condições que dispensem seu lançamento em cursos d'água; 3) a utilização do vinhoto na produção de gás, ração animal, fertilizantes etc. A fertirrigação é o uso mais comum, mas, em áreas mais acidentadas, os custos de transporte se elevam, tornando essa prática inviável.

A partir de 1980, tornou-se uma exigência o beneficiamento e o aproveitamento desse subproduto junto aos projetos de implantação de destilarias. Porém, na prática, tal exigência nem sempre é implementada. Uma pesquisa, realizada pela COPERSUCAR (1989), revelou que 63% do vinhoto gerado nas destilarias associadas à cooperativa foram utilizados nas lavouras como fertilizante e 37% foram desviados para lagoas de despejo.

Apesar da possibilidade de utilização desse subproduto, Andrade (1994), Adissi & Spagnul (2000) chamaram a atenção para a ocorrência de algumas descargas ilegais de vinhoto nos rios, provocando sérios problemas de abastecimento de água das cidades e das próprias indústrias, bem como a contaminação do lençol freático das áreas agrícolas. Outro problema comum refere-se à localização das lagoas de decantação, que incomodam as populações vizinhas devido ao forte odor que exalam.

Durante o PROALCOOL eram freqüentes as denúncias de poluição de rios por vinhoto, em áreas onde era cultivada a cana. Santos (1987) afirma que na década de 1980 as principais irregularidades provocadas pelas agroindústrias canavieiras goianas referiam-se à liberação do vinhoto em mananciais e ao modo inadequado de aplicação do vinhoto na fertirrigação. A aspersão por caminhões tanque com queda livre era o método de aplicação mais utilizado pelas destilarias, apresentando como inconveniente a possibilidade de vazamento de vinhoto pela vertente, imputando riscos aos mananciais d'água.

Conforme demonstrativo apresentado pela antiga Secretaria do Meio Ambiente de Goiás (SEMAGO), em 1983, foi lavrado advertências e multas à Destilaria Pite S.A., localizada em Itapuranga. A agroindústria em questão foi responsável por um dos maiores desastres ambiental já registrado no Estado. Conforme relatório 139/82, de 05/10/82 da SEMAGO, foi lançado aproximadamente, 13 milhões de litros de vinhoto nas águas do ribeirão Canastra, Uru e das Almas, ameaçando os municípios de Itapuranga, Uruana, Ceres e Rialma, o que gerou grande mortandade de peixes, colocando em risco inclusive o abastecimento de água à população. Dez dias após o ocorrido, relatórios técnicos da SEMAGO constataram a continuação do vazamento de vinhoto, conforme denuncias apresentadas pelo jornal "O Popular" que relatava:

> [...] a população [de Itapuranga] está enfrentando outras conseqüências como o mau cheiro exalado pelo vinhoto. Vários moradores da cidade afirmam que todos os dias, por volta das 18 horas até altas horas da madrugada, o mau cheiro invadem as áreas próximas a destilaria. Isso acontece porque o vinhoto está sendo jogado nas estradas que dão acesso a cidade, principalmente na rodovia que liga Itapuranga à Goiânia. (Jornal O Popular (19/10/1982) *apud* SANTOS, 1987)

Em Itapuranga, a atual agroindústria Vale Verde utiliza o vinhoto na fertirrigação das áreas de cultivo da cana-de-açúcar. Como visto, essa prática foi adotada pela antiga agroindústria PITE S/A e as experiências relacionadas à sua utilização sempre estiveram associadas aos inconvenientes do odor. Sendo assim, os agricultores que residem nas

proximidades da agroindústria reclamam do forte odor e temiam serem sujeitos a reviver as experiências negativas decorrentes da utilização do vinhoto: "[...] o cheiro eu acho que vai piorar, porque até agora eles estão moendo pouco, na época da PITE eu ficava agoniada com o cheiro, porque é perto; a vinhaça fede, eles jogam no meio do canavial" (Agricultora familiar integrada à agroindústria).

Apesar de hoje não ser tão comum ver agroindústrias canavieiras despejando vinhoto nos rios, disseminou-se a utilização de vinhoto na fertirrigação. No entanto, o aproveitamento do resíduo agroindustrial exige cuidados, principalmente no contexto atual, em que se cogita a extinção das queimadas. Segundo Gonçalves (2006), uma quantidade maior de matéria orgânica fica presente no solo quando a cana é colhida "crua", a estrutura do solo fica permeável e qualquer elemento líquido empregado atinge o lençol freático, através do qual a vinhaça pode chegar até os rios e, por sua vez, aos poços d'água que abastecem a população.

Em suma, observou-se que as opiniões dos agricultores familiares e demais agentes sociais divergem em relação aos desdobramentos ambientais relacionados ao desenvolvimento da atividade canavieira no município. Alguns agentes tendem a enfatizar os problemas ambientais, e outros, os supostos benefícios para o meio ambiente, sendo que suas opiniões estão muitas vezes condicionadas à posição que os agentes ocupam no espaço social analisado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas governamentais voltadas ao setor canavieiro brasileiro estimularam a produção de cana pelas agroindústrias e pelos grandes proprietários, levando à concentração e centralização das atividades agrícolas, especialmente pelas agroindústrias que ampliaram sua participação no total da cana-de-açúcar produzida no país. Os aparatos legais, as tecnologias disponíveis e os requisitos de acesso ao crédito priorizaram a produção de cana nas propriedades de grandes extensões territoriais, em detrimento do cultivo de cana pelos agricultores familiares e pequenos proprietários. No entanto, a expansão canavieira também ocorreu em áreas de pequenos agricultores e agricultores familiares, desencadeando vários conflitos sociais pela posse e uso da terra. Em conseqüência, processaram-se mudanças significativas nas dinâmicas produtivas, sociais e organizacionais dos pequenos agricultores, pois muitos deles cederam às pressões econômicas e venderam ou arrendaram suas terras às agroindústrias ou às grandes propriedades. Em outras situações, houve a desapropriação de agricultores e a expulsão de moradores, arrendatários, foreiros e posseiros do campo, transformando-os em trabalhadores volantes e moradores das periferias da cidade.

Entretanto, no contexto do PROALCOOL, alguns agricultores familiares conseguiram se inserir no complexo canavieiro como fornecedores de cana para agroindústrias, porém, de forma subordinada. Para isso, ampliaram suas redes de relações sociais com as agroindústrias, os prestadores de serviços, as cooperativas, dentre outros agentes. Para custear a produção de cana os agricultores recorriam a endividamentos junto às cooperativas, à integrações com agroindústrias, dedicavam-se à outras atividades produtivas, até mesmo vendiam sua força de trabalho. A produção subordinada de cana pelos agricultores familiares intensificou a diferenciação social no campo, desencadeando processos contraditórios, marcados por alterações significativas no espaço rural e nos modos de vida dos agricultores. Em determinadas situações, a integração as agroindústrias viabilizou a manutenção da terra, a concentração de capital e a reprodução social dos agricultores e, em outras, levou a perda da propriedade, a expulsão dos agricultores do campo e a proletarização.

Na contemporaneidade, o Estado retomou as políticas agroenergéticas, com a promulgação do Programa Nacional de Agroenergia, cogitando a produção de

biocombustíveis, a partir da biomassa, especialmente da cana-de-açúcar, com a intenção de contornar o problema energético mundial previsto para esse século. As premissas envoltas do atual programa agroenergético apóiam-se em supostas vantagens relativas à produção e ao consumo de biocombustíveis que o torna "mais seguro" ou "mais sustentável". Atendendo ao novo enfoque internacional, o Estado incorpora o conceito de "desenvolvimento sustentável", vinculando a política agroenergética às premissas de desenvolvimento social, ambiental e econômico.

O atual programa agroenergético coloca como objetivo central o estímulo à produção de cana para produção de álcool combustível, sendo que Goiás se encontra dentre as principais rotas de expansão dessa cultura. Os cultivos de cana tendem a ser em larga escala, principalmente pelas agroindústrias canavieiras, em terras próprias ou de terceiros, por meio de integrações com agricultores. Todavia, a cana vem adentrando também regiões de agricultura familiar, situação particularmente visível em Itapuranga. O Estado, ao retomar as políticas agroenergéticas, possibilitou a re-introdução da cultura canavieira em Itapuranga e, dessa forma contribuiu para consolidar um novo contexto socioeconômico no município delineado pela atividade canavieira. Como conseqüência, observa-se uma reconfiguração das redes de relações sociais e econômicas tecidas no município, onde os diferentes grupos aglutinam agentes sociais que partilham de interesses diversos, regidos por lógicas específicas. A emergência de novos agentes e grupos sociais, com influência política e econômica vinculados ao setor canavieiro, impuseram uma nova conformação do campo de poder existente em Itapuranga, determinando novas agregações e diferenciações sociais. Os grupos opositores e os favoráveis a atuação da agroindústria em Itapuranga manifestam visões de mundo diferenciadas e lutam para convencer aos demais agentes sociais com suas convicções e, de certa forma, conseguem influenciar os agricultores familiares na decisão pela integração – ou não – à agroindústria canavieira.

As transformações desencadeadas pela implantação da agroindústria canavieira em Itapuranga repercutem, principalmente, na vida dos agricultores familiares integrados à agroindústria, devido ao estabelecimento de novas redes de relações sociais. As novas relações são, normalmente, intermediadas por contratos de integração. Em Itapuranga, a forma mais freqüente de integração, se dá via contratos de parceria, nos quais os agricultores familiares cedem à agroindústria parte ou totalidade da área aproveitável da propriedade. Outra forma de integração observada em Itapuranga se dá via contratos de integração vertical, que representam uma minoria dos contratos efetuados pela agroindústria.

Embora os agricultores familiares se integrem de forma subordinada ao circuito da cana, as novas redes de relações tecidas entre os agricultores familiares e a agroindústria, em determinados contextos, viabilizam sua reprodução social. Isso porque a integração abre a possibilidade de melhorar a qualidade de vida daqueles agricultores mais pauperizados que, ao cederem apenas uma parte da propriedade à agroindústria, podem intensificar seus esforços na área restante, auferindo uma remuneração melhor. Em outros contextos, quando os agricultores encontram-se envolvidos em situações que comprometem e limitam as possibilidades de reprodução familiar, como problemas de saúde e idade avançada do proprietário do estabelecimento rural, a integração à agroindústria possibilita a manutenção da propriedade e, por conseguinte, amplia as possibilidades de reprodução social dos agricultores. Nesses termos, a opção dos agricultores familiares pela integração à agroindústria canavieira obedece a razões específicas não somente relacionadas à atividade agropecuária, propriamente dita.

As novas relações constituídas entre os agricultores familiares e a agroindústria, intermediada pelos contratos de integração, apesar de recente, foram suficiente para provocar alterações consideráveis na dinâmica produtiva das famílias que, de uma forma ou de outra, tiveram que se adequar à nova conjuntura. Muitos agricultores tiveram que readequar e remanejar seus esforços intensificando suas atividades em áreas reduzidas. Outros passaram a se dedicar mais intensamente às atividades produtivas que apresentam maior rentabilidade por área e que demandam pequenas extensões de terra. Outros agricultores optaram pelo arrendamento de terras de outros agricultores para continuar desenvolvendo a atividade agropecuária.

A nova conjuntura socioeconômica delineada pela atividade canavieira no município gera processos contraditórios, conflituosos e disputas de poder que repercutem na dinâmica dos agricultores familiares, bem como na vida da população de Itapuranga. Os reflexos destes processos são particularmente visíveis nos desdobramentos da geração de empregos, nas questões referentes à migração e nas polêmicas em torno da violência.

A geração de postos de trabalho pelo empreendimento canavieiro é ressaltada pelo grupo favorável a atuação da agroindústria no município como uma forma de legitimação social do empreendimento canavieiro junto a sociedade, buscando rebater as críticas dos agentes sociais contrários a sua atuação. Estes questionam várias ações do empreendimento, como as poluições decorrentes das queimadas, o uso de agrotóxicos, a derrubada das árvores, o aumento da violência, dentre outros problemas. A geração de emprego constitui um processo muitas vezes contraditório. Se, por um lado, atende, em grande parte, aos anseios da

população itapuranguense que convive com os efeitos devastadores do desemprego, por outro lado, repercute na dinâmica organizacional dos agricultores familiares. Isso porque a grande contratação de trabalhadores pela agroindústria canavieira pode influenciar na disponibilidade de mão-de-obra necessária para suprir as unidades de exploração familiar. Como conseqüência, os agricultores familiares precisam alterar sua forma de organização, conduzindo os membros da família a um maior esforço para desenvolver suas atividades produtivas, ou mesmo, a recorrer à prática de trabalho comunitário, como as "trocas de dias". Em alguns casos, altera também a dinâmica produtiva, pois os agricultores precisam reduzir a área cultivada com determinadas culturas, especialmente às que são mais exigentes em mão-de-obra.

A geração de emprego pela agroindústria canavieira de Itapuranga foi cogitada por determinados grupos de representação social do município, na esperança de conter a migração dos jovens rurais, que partiam para os grandes centros ou para o exterior na expectativa de melhores oportunidades de vida em relação a perspectiva de futuro que previam no meio rural. Nesses termos, os empregos ofertados pela agroindústria canavieira pouco repercutem na reversão do processo migratório observado. Ao contrário, tendia a intensificá-lo, uma vez que a expansão canavieira no município desencadeou um lento processo de migração de agricultores familiares do campo para a cidade, alterando, assim, a dinâmica social da região. Ao se integrarem à agroindústria e cederem suas terras para a implantação da cultura canavieira, os agricultores precisam reduzir ou abandonar os cultivos diversificados normalmente empreendidos em suas propriedades. Em outras situações, a propriedade rural modifica sua função social, transformando-se apenas num local de habitação rural. Embora em menor freqüência, já se observa casos de agricultores familiares que chegam ao extremo de migrar para a cidade, abandonando o trabalho e a vida no campo.

O fato de a agroindústria canavieira buscar trabalhadores em outros estados da federação colocou em evidência o debate e os conflitos em torno da violência. As opiniões acerca dessa questão se divergem, dependendo do grupo a partir do qual as opiniões são tomadas e, podem atuar ora como ponto de legitimação do empreendimento canavieiro, ora como crítica ao processo desencadeado por ele. Os grupos favoráveis a atuação da agroindústria em Itapuranga tendem a enfocar a redução da violência. Já os grupos contrários, ressaltam o aumento da violência, em determinados contextos, suas preocupações referentes ao aumento da violência, se confundem com manifestações de preconceitos aos trabalhadores migrantes, pejorativamente denominados de "nordestinos", o que fomenta, no conjunto da sociedade, sentimentos de preconceito.

O desenvolvimento da atividade canavieira em Itapuranga interfere na oferta e nos preços dos gêneros alimentícios, o que imputa num processo contraditório. Ao mesmo tempo em que os agricultores familiares temem a ocorrência de falta de alimentos, com o conseqüente encarecimento dos preços dos produtos que precisam adquirir no mercado, percebem uma melhora no rendimento familiar decorrente do aumento dos preços dos produtos que comercializam nas feiras do município. Os representantes do poder municipal também se inserem nos debates em torno da substituição de culturas alimentares pela cultura da cana e, na tentativa de atenuar a amplitude dos problemas relacionados à expansão canavieira no município, ressaltam que a redução na oferta de alimento levará ao aumento dos preços, estimulando um equilíbrio entre a produção de alimentos e o avanço da cultura canavieira.

A análise da ocupação do espaço produtivo no município de Itapuranga aponta para uma redução nas áreas de culturas alimentares, de frutíferas e também no efetivo da pecuária. A cana-de-açúcar é a única cultura que apresenta incremento significativo em termos de área cultivada no município. Apesar disso, é pouco provável que a expansão canavieira seja a única responsável pela causalidade desses fatores. Possivelmente, a redução das áreas de culturas alimentares, de frutíferas e do efetivo da pecuária decorre também de problemas presentes no interior das próprias cadeias produtivas, que desestimulam o exercício de determinadas atividades agropecuárias. Em contrapartida, a cultura canavieira surge como uma opção a mais para os agricultores familiares, que tendem a substituir as atividades menos rentáveis pela produção de cana, de forma integrada à agroindústria. Contudo, alguns problemas existentes em certas cadeias produtivas remetem à prioridade, dada pelo Estado, para as culturas agroenergéticas em detrimento das demais atividades agropecuárias. Tais questões vão de encontro com as diretrizes defendidas no atual programa agroenergético, pois, no plano do discurso, o poder público demonstra-se preocupado em evitar a substituição de culturas alimentares pela cultura canavieira, no intuito de garantir sua legitimidade social.

A nova conformação do espaço social decorrente da implantação da agroindústria em Itapuranga, além provocar desdobramentos sociais que tendem a redefinir novas relações sociais dos diversos agentes envolvidos, também altera as relações da sociedade como o meio ambiente, uma vez que promove transformações significativas na paisagem, suscitando uma maior disputa pelos recursos naturais que se expressam em segregações de grupos e disputas de poder. As opiniões dos agricultores familiares e demais agentes sociais divergem em relação às questões ambientais associadas à produção de cana no município. Alguns agentes tendem a enfatizar os problemas ambientais, e outros, os supostos benefícios advindos ao

meio ambiente. Vale notar que as opiniões estão muitas vezes condicionadas ao posicionamento dos agentes no espaço social analisado que os levavam a auferir benefícios ou não com a nova conformação traçada pelo circuito produtivo da cana.

Em função disso, os impasses ambientais são percebidos pelos diversos grupos e agentes sociais, sob diferentes perspectivas. Alguns grupos e agentes sociais tecem críticas às políticas de estímulo à expansão canavieira, destacando as diversas formas de degradação ambiental associadas ao cultivo da cana, como os malefícios das queimadas, os impactos adversos das monoculturas sobre o meio ambiente, a perda da biodiversidade natural e a degradação e poluição dos ecossistemas. A degradação ambiental é problematizada, sobretudo pelos grupos de representação dos agricultores familiares, por agentes sociais e agricultores familiares contrários à implantação do empreendimento canavieiro no município.

Outros tendem a enfocar os aspectos positivos relacionados à produção e utilização dos biocombustíveis oriundos da cana-de-açúcar, como o seqüestro de gás carbônico e redução das emissões de poluentes atmosféricos – associando-os ao desenvolvimento sustentável. Os representantes autorizados pelo poder municipal, que na expectativa de aumentar a arrecadação de impostos provenientes das atividades da agroindústria canavieira, atenuam os problemas e os crimes ambientais cometidos pelo empreendimento e ressaltam os benefícios ambientais relacionados a ele, como a doação de mudas para reflorestamento. Em suma, consideram que as vantagens econômicas e sociais superam e compensam as perdas e danos ambientais, como se fosse um preço justo a se pagar pelo desenvolvimento e progresso do município.

O Estado, por meio de suas políticas agroenergéticas, contribui para estimular a expansão canavieira e a inserção dos agricultores à agroindústria canavieira, via processos de integrações, o que redefine as redes de relações tecidas no contexto social, ambiental e econômico, induzindo processos contraditórios. Transformações consideráveis repercutem nas dinâmicas sociais, produtivas e organizacionais dos agricultores familiares que se agregam diretamente ou indiretamente ao circuito da cana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADISSI, P. J.; SPAGNUL, W. A atividade canavieira nordestina e a certificação socioambiental. In: FERRAZ, J. M. G.; PRADA, L. de S.; PAIXÃO, M. (Org.). **Certificação socioambiental do setor sucroalcooleiro.** São Paulo: Embrapa Meio Ambiente, 2000.

ANDRADE, M. C. de. **Modernização e pobreza**: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social. São Paulo: UNESP, 1994.

ANP – Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. **Anuário 2006**. Disponível em: <http://www.anp.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2007.

BIERHALS, J. D. **A colheita mecanizada é o futuro da cana-de-açúcar:** leis ambientais e carência de mão-de-obra tendem a pôr fim no corte manual.
Disponível em: <http://www.infp.org.br>. Acesso em: 25 jul. 2007.

BORGES, U.; FREITAG, H.; HURTIENNE, T.; NITSCH, M. **PROALCOOL:** economia política e avaliação sócio-econômica do programa brasileiro de biocombustível. Aracajú: UFS, 1988.

BRANDÃO, A. **Cana-de-açúcar**: álcool e açúcar na história e no desenvolvimento social do Brasil. Brasília: Horizonte – INL, 1985.

BRANDÃO, C. R. **Campesinato goiano:** três estudos. Goiânia: UFG, 1986.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo.** Petrópolis: Vozes, 1997.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas lingüísticas**: o que fala quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1998.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998a.

BOURDIEU, P. **Contrafogos:** táticas para enfrentar a invasão neo-liberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998b.

BOURDIEU, P. **O campo econômico**: a dimensão simbólica da dominação. Campinas: Papirus, 2000.

CAMPOS, F. I. A Política Tradicional em Goiás: 1930 a 1960. In: SOUZA, D. B. (Org.). **Goiás**: Sociedade e Estado. Goiânia: Cânone Editorial, 2004.

CASTRO, S. de S.; BORGES, R. de O.; AMARAL, R. **Estudo da expansão da cana-de-açúcar no estado de Goiás**: subsídios para uma avaliação do potencial de impactos ambientais (Anais SBPC).
Disponível em: <http://arruda.rits.org.br> Acesso em: 15 ago. 2008.

CAUME, D. J. **A agricultura familiar no estado de Goiás**. Goiânia: Editora UFG, 1997.

CHAUI, M. de S. **O que é ideologia.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

CONAB. **Avaliação da safra de cana de açúcar 2006/2007**: primeiro levantamento de Goiás. Disponível em: <http://www.conab.gov.br> Acesso em: 10 jun. 2007.

COPERSUCAR. **Proálcool**: fundamentos e perspectivas. São Paulo: Copersucar, 1989.

DIAS, F. **A questão da água**: poluição e uso abusivo In: II Seminário Científico Brasileiro sobre as Problemáticas Sociais e Ambientais do Setor Canavieiro.
Disponível em: <http://www.sucre-ethique.org >. Acesso em: 25 ago. 2007.

DIEESE, NEAD, MDA. **Estatísticas do meio rural /** Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. – São Paulo: DIEESE, 2006.

ELIAS, D. **Globalização e agricultura**: a região de Ribeirão Preto – SP. São Paulo: Edusp, 2003.

FERRAZ, J. M. G. Setor sucroalcooleiro, agribusiness e ambiente. In: FERRAZ, J. M. G.; PRADA, L. de S.; PAIXÃO, M. (Org.). **Certificação socioambiental do setor sucroalcooleiro**. São Paulo: Embrapa Meio Ambiente, 2000.

GONÇALVES, D. B. **Meio ambiente e cana-de-açúcar**: impactos e perspectivas. In: II Seminário Científico Brasileiro sobre as Problemáticas Sociais e Ambientais do Setor Canavieiro.
Disponível em: <http://www.sucre-ethique.org>. Acesso em: 25 ago. 2007.

GUEDES, S. N. R. **Verticalização da agroindústria canavieira e a regulação fundiária no Brasil**: uma comparação internacional e um estudo de Caso. 2000. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

HEREDIA, B. M. A. de. Expropriação camponesa numa área de *plantation* canavieiros. In: ENCONTRO DOS GRUPOS TEMÁTICOS, 13, 1988, Botucatu. Anais do... Botucatu: PIPSA, 1988, volume II.

HEREDIA, B. M. A. de. **Formas de dominação e espaço social**: a modernização da agroindústria canavieira de Alagoas. São Paulo: Marco Zero, 1988.

MELO, F. H. de & FONSECA, E. G. da. **Proálcool, energia e transportes**. São Paulo: Pioneira: FIPE, 1981.

IBGE. **Pesquisa agrícola municipal**.

Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br> Acesso em 10 jun. 2007.

INCRA. **Retrato da agricultura familiar.**
Disponível em: <http:www.incra.gov.br > . Acesso em: 27 abr. 2008.

Lei Estadual n. 15.834, de 23 de novembro de 2006. "Dispõe sobre redução gradativa da queima da palha de cana-de-açúcar em áreas mecanizáveis e dá outras providências". Disponível em: <http://www.gabinetecivil.goias.gov.br> Acesso em: 04 nov. 2008.

Lei Federal n. 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 – "Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências".
Disponível em: < http://www.mma.gov.br >. Acesso em: 11 out. 2007.

Lei Federal nº. 11.326 de 24 de julho de 2006 – "Dispõe sobre o conceito de Agricultor Familiar e Empreendedor Familiar Rural".
Disponível em: < http://www.mda.gov.br>. Acesso em: 11 out. 2007.

LÍRIO, V. S.; VENÂNCIO, M. M.; FELIPE, E. A. Evolução da participação brasileira no mercado sucroalcooleiro. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44, 2006, Fortaleza. CD-ROM.

LOPES, L. A. Vinte anos de Proálcool: avaliações e perspectivas. **Revista Economia & Empresa**, São Paulo, v. 3, n.2, p. 49-57, abr./jun. 1996.

LUNARDI, V. L. **A organização dos trabalhadores rurais (sindicato, associação, cooperativa) e a agricultura familiar**: uma reflexão sobre o estado de Goiás. 1999. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

MAGALHÃES, J. P. de A.; KUPERMAN, N.; MACHADO, R. C. **Proalcool**: uma avaliação global. Rio de Janeiro: ASTEL, 1991.

MAPA, MCT, MME, MDI&CE (2005). **Diretrizes de política de agroenergia 2006 –2011**.
Disponível em: <http://www.mapa.gov.br>. Acesso em: 22 abr. 2007.

MAPA, SPA, EMBRAPA. **Plano nacional de agroenergia 2006–2011**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Secretaria de Produção e Agroenergia (SPA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.
Disponível em: <http://www.embrapa.br>. Acesso em: 22 abr. 2007.

MAPA, SPA. **Plano Nacional de Agroenergia Revisado 2006-2011 /** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Secretaria de Produção e Agroenergia (SPA). 2. ed. rev. - Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.
Disponível em: <http://www.embrapa.br>. Acesso em: 22 abr. 2007.

MDA, SDT. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS). **Estudo propositivo para dinamização econômica do território rural do Oeste Rio Vermelho /**

Elaborado pelo: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Brasília, 2006.

MDA, SDT, SAF. **Plano Safra Territorial Vale do Rio Vermelho Goiás** (PST) / Elaborado pelo: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), Coordenação Geral de Negócios e Comércios (CGNC) e Secretaria de Agricultura Familiar (SAF). Brasília, 2007.

MATOS, G. R. **Sistema de produção de agricultores familiares fruticultores de Itapuranga** – GO. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

MELO, F. H. de & FONSECA, E. G. da. **Proálcool, energia e transportes**. São Paulo: Pioneira (FIPE), 1981.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS - Perito Ambiental do MP vistoria área incendiada em Acreúna. **Notícia**, 26/09/2008.
Disponível em:
<http://www.mp.go.gov.br/portalweb/conteudo.jsp?page=9&conteudo=noticia.html> Acesso em: 28 out. 2008.

MOREIRA, E., TARGINO, I., PENHA, J. P. da, PEREIRA, M. P. B. A visão dos atores sociais sobre a crise do emprego rural na zona canavieira da Paraíba. **Revista Brasileira de Estudos do Trabalho**, São Paulo, v. 1, n.1/2, p. 41-65, jan./dez. 2001.

MULLER, J. M. Transição, sustentabilidade e agricultura familiar. **Perspectiva**, Erexim, v. 5, n. 92, p. 53-66, dez. 2001.

NEAD/MDA (2006). **Estatísticas do meio rural** / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. São Paulo:

DIEESE, 2006.
Disponível em: <http:www.mda.gov.br>. Acesso em: 11 out. 2007.

NEVES, D. P. **Lavradores e pequenos produtores de cana**: estudo das formas de subordinação dos pequenos agricultores ao capital. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

NEVES, D. P. **Os fornecedores de cana e o estado intervencionista**: estudo do processo de constituição social dos fornecedores de cana. Niterói: EDUFF, 1997.

NEVES, D. P. **Agricultura familiar:** quantos ancoradouros!
Disponível em: <http://www.prudente.unesp.br> Acesso em: 08 out. 2007.

NOVAES, R. Canavieiros da Paraíba: trajetórias de lutas e identidade social. In: ENCONTRO DOS GRUPOS TEMÁTICOS, 13, 1988, Botucatu. Anais do... Botucatu: PIPSA, 1988, volume IV.

PASQUALETO, A. & ZITO, R. K. **Impactos ambientais da monocultura da cana-de-açúcar**. Goiânia: Editora UFG, 2000.

PEREIRA, A. S. & MAY, P. H. Economia de aquecimento global. In: **Economia do meio ambiente**: teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: ELSSEVIER, 2003.

PERES, A. M. de P. **O arrendamento de terras na pequena propriedade fundiária canavieira**: o caso do município de Piracicaba. 2003. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 2003.

RIBAS, A. O álcool como combustível na indústria automotiva. In: SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PROALCOOL, 1987, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: CNI/COASE, 1987.

RICHER, P. As perspectivas do álcool como energéticos e, a capacidade de competição com os combustíveis nacionais. In: SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PROALCOOL, 1987, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: CNI/COASE, 1987.

RODRIGUES, D. & ORTIZ, L. **Em direção à sustentabilidade da produção de etanol de cana-de-açúcar no Brasil.**
Disponível em: <http://vitaecivilis.org.br>. Acesso em 20 ago. 2007.

SACHS, I. **Inclusão social pelo trabalho**: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendimentos de pequeno porte. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
SCOTTO, G.; CARVALHO, I. C. de M.; GUIMARÃES, L. B. **Desenvolvimento Sustentável**. Petrópolis: Vozes, 2007.

SANTOS, M. H. M. e C. **A expansão canavieira em Goiás e seus reflexos**: exemplo de Santa Helena de Goiás. 1987. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

SEPLAN. **Produto Interno Bruto do Estado de Goiás***:* 2004**.** Goiânia: SEPLAN, 2006. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin>. Acesso em: 08 set. 2007.

SEPLAN. **Anuário Estatístico do Estado de Goiás** – 2005.
Disponível em: <http:// www.seplan.go.gov.br/sepin>. Acesso em: 08 set. 2007.

SEPLAN/SEPIN. **Goiás em Dados 2005** /Secretariado Planejamento e Desenvolvimento; Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação. Goiânia: SEPLAN, 2005.
Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin>. Acesso em: 08 set. 2007.

SEPLAN/SEPIN. **Perfil socioeconômico de Itapuranga**.
Disponível em: <http://portalsepin.seplan.go.gov.br/>. Acesso em: 22 set. 2007.

SEPLAN/SEPIN **Goiás em dados 2007**.
Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/> Acesso em: 15 nov. 2008.

STROH, P. Y. As ciências sociais na interdisciplinaridade do planejamento ambiental para o desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SZMRECSÁNYI, T. **O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil**: 1930-1975. São Paulo: HUCITEC, UNICAMPI, 1979.

TEIXEIRA, S. M., ANTONINI, I. M. & KRATZ, A. C. de A. **Programa Goiano de Biodiesel:** estratégia para a edificação do programa estadual de Bioenergia. Disponível em: <http://www.biodiesel.gov.br/>. Acesso em: 22 abr. 2007.

TERCI, E. T.; PERES, A. M. de P.; GUEDES, S. N. R. Os mercados de terra e trabalho na (re) estruturação da categoria social dos fornecedores de cana das regiões de Piracicaba e Ribeirão Preto: análise de dados de campo. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44, 2006, Fortaleza. CD-ROM.

UNICA **Setor busca definir indicadores de sustentabilidade para a cadeia produtiva.** Disponível em: http://www.unica.com.br/noticias/ Acesso em: 15/07/2008.

VIDAL, F.; SANTOS, J. A. N. dos, SANTOS, M. A. dos. Situação do setor sucroalcooleiro no Nordeste: estruturação da cadeia produtiva, produção e mercado**.** In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44, 2006, Fortaleza. CD-ROM.

VIAN, C. E. DE F. Evolução e perspectivas do complexo agroindustrial canavieiro In: **II Seminário Científico Brasileiro sobre as Problemáticas Sociais e Ambientais do Setor Canavieiro**.
Disponível em: <http://www.sucre-ethique.org/IMG/pdf/Acucar_Etico.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2007.

VIAN, C. E., LIMA, R. A. de S., LIMA, A. A**.** Estudo de impacto econômico para o setor agroindustrial canavieiro paulista e alagoano: conjuntura e agenda de pesquisa. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44, 2006, Fortaleza. CD-ROM.